



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAROLINA RAMOS HELENO

**Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a
máscara do conformismo na educação do Banco Mundial**

Feira de Santana
2017

CAROLINA RAMOS HELENO

Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Políticas educacionais, história e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Welington Araújo Silva

Feira de Santana-BA
2017

CAROLINA RAMOS HELENO

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – A MÁSCARA DO
CONFORMISMO NA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, na área Políticas Educacionais, História e Sociedade, Universidade Estadual de Feira de Santana, pela seguinte banca examinadora:

Prof . Dr . Welington Araújo Silva – Orientador

Profa . Dra. Vania Cardoso da Motta – Primeira Examinadora

Prof^a . Dr^a . Amali de Angelis Mussi– Segunda Examinadora

Resultado: _____

Feira de Santana, 4 de abril de 2017.

*Dedico aos estudantes secundaristas de nossas escolas ainda
públicas, por nos ensinar que lutar é sinônimo de renovação e
esperança.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, Fora Temer! Porque com essa “política” nossas vidas valem ainda menos. Eleições Gerais Já!

Agradeço a meus ancestrais, principalmente nossas aguerridas mulheres. Izaura Maria, Enerstina Maria, Alintes, Elvira, Marcolina, infelizmente a lista não se prolonga muito, não por não existirem, mas pela negação ao nosso passado. Sem vocês eu não seria essa mulher.

Agradeço a meus pais, Merenciana (*in memorium*) e Jorge. Mãe, obrigada por me ensinar que superar é quase um destino para os nossos, agradeço por todo amor, incentivo, coragem que você ainda desperta em mim. Seremos a disposição para luta! Pai, hoje também painho, o fato de poder ouvir sua voz, suas piadas é acalentador, sempre me empurram, com todo o carinho, a continuar! Agradeço a minha irmã Andreíza, obrigada, pelo amor e paciência que ainda restam! Quero caminhar ao seu lado sempre!

Agradeço as professoras Vânia Motta e Amali Mussi, mulheres pesquisadoras, docentes e que trabalham em um ambiente marcado pelo machismo e pela disputa institucional e política, mas que mesmo assim tiveram tempo para realizar uma criteriosa, amável e relevante contribuição ao trabalho. Muito obrigada, a disposição de vocês foi muito importante.

Agradeço a meu orientador Welington Silva por nas horas cruciais estar ao meu lado, me abraçando e afirmando que o caminho tomado não é só mais sem volta, mas também o certo! Me localizando no meio do furacão em que me meti.

Agradeço ao Coletivo Juntos!, especialmente nas figuras de Mai, Iago, Edgar, Camila, Rogérinho, Linna, Alex, pois sem vocês a luta coletiva e concreta seria apenas um discurso. Esse trabalho é fruto do que venho aprendendo com vocês ao meu lado!

Agradeço aos estudantes secundaristas do Colégio Estadual Helena de Assis, IFBA e de todos os estudantes das ocupações em Feira de Santana por renovarem a luta e

demonstrarem aos mais velhos que a novidade, radicalidade e jovialidade são instrumentos cruciais.

Agradeço ao Lepel/FACED/UFBA, especialmente as professoras Celi Taffarel, Melina, Clara, Erica, Josiane, Márcia Lúcia e Murilo, já que foi a rede de pesquisa, o coletivo de professores e também amigos em que aprendi o potencial que a ciência tem como armas da crítica e da luta. Foram com vocês que aprendi que catarses podem mudar o mundo. Sempre avante e lutando no olho do furacão!

Agradeço as bias Jamildo, Marloni, Joedson, Xavitto, Diego, Vinícius, Amós, Clebson, Netto, Magno, pois sem vocês os empoderamentos, lacrações, idas ao 4 Estações, Módulo 7 e 8 não me tornariam o que sou e nem a vida-luta estaria completa! A universidade é o nosso lugar também!

Agradeço a Linna Ramos, minha mulher, companheira, amiga, confidente, orientadora, brother por disponibilizar sua vida, amor (não disse qual!!) não somente a mim, mas a todas as mulheres que se dispõem a viver ultrapassando barreiras. Minhas conquistas são tão suas e espero que tenham muito mais ainda por vim. Te amo! <3

Agradeço a todos as pessoas que trabalham na UEFS, PPGE e principalmente no bandeirão e serviços terceirizados por manterem e disputarem a construção de uma Universidade Estadual de Feira de Santana ainda pública e de qualidade.

Agradeço a minha grande família de São Paulo, a Dedê, Pequeno, Osama, Geh, Lanner, Déinha, Quaila, Vavá, Xis, Emylly, Gabirrots, Flávio e Carmen, as minas da USP por acreditarem, lá no fundo que viveriam para me ver mestra! Olha ai, sou mestra, mas sem bolsos para guardar os escorpiões. Viva o desemprego!

Agradeço a Capes por me conceder uma bolsa de estudos que me permitiu viver e produzir ciência, mas ainda em patamares que precisam ser ampliados.

A única coisa que não existe na favela é solidariedade.

CAROLINA MARIA DE JESUS EM QUARTO DE DESPEJO

RESUMO

Elencamos a BNCC como objeto central de análise uma vez que este documento encontra-se em elaboração e discussão. Consideramos o projeto neoliberal de sociedade, a mundialização do capital como expressões condicionantes para solucionar a crise estrutural do capital na perspectiva da burguesia e, com efeito, nos perguntamos: No geral, quais são os nexos e determinações entre a agenda neoliberal imposta pelo Banco Mundial, os interesses de aparelhos mistos de hegemonia como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a teoria educacional e pedagógica defendida na BNCC? Realizamos uma revisão da bibliografia de 29 textos com uma composição variável de características como artigos científicos, monografia de base, dissertações, reportagens, artigos políticos. Orientado pelo materialismo histórico e dialético, tivemos por objetivo geral analisar os nexos entre as políticas públicas educacionais e as teorias do conhecimento que fundamentam o receituário de políticas públicas dos órgãos multilaterais e seus possíveis impactos na educação, partir da crítica às categorias de Política para o Novo Milênio, cidadania e direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Concluimos que a essência da BNCC coaduna com a manutenção do *status quo* quando dificulta o acesso da classe trabalhadora e de cor a um ensino de gestão pública, gratuito e de qualidade através da descentralização da educação básica, do repasse de verba pública para instituições privadas de educação, pela imposição de objetivos e o provável controle sobre a avaliação, e por negar aos estudantes compreender a realidade concreta pela negação da ciência, da fragmentação da educação e pelo esvaziamento teórico da categoria cidadania. Proporcionando uma educação para o conformismo.

Palavras-chave: Política Educacional; Banco Mundial; Base Nacional Comum Curricular; Educação para o Conformismo.

ABSTRACT

We refer to BNCC as the central object of analysis since this document is being drawn up and discussed. We consider the neoliberal project of society, the globalization of capital as conditioning expressions to solve the structural crisis of capital from the perspective of the bourgeoisie and, in fact, we ask ourselves: In general, what are the nexus and determinations between the neoliberal agenda imposed by the World Bank , The interests of mixed hegemony apparatuses such as the National Council of Secretaries of Education (Consed), the National Union of Municipal Managers of Education (Undime) and the educational and pedagogical theory defended at BNCC? We review the bibliography of 29 texts with a variable composition of characteristics such as scientific articles, basic monographs, dissertations, reports, political articles. Guided by historical and dialectical materialism, we had as a general objective to analyze the links between public educational policies and the theories of knowledge that underlie the prescriptions of public policies of the multilateral organs and their possible impacts on education, starting from the critique of the categories of Politics for the New Millennium, citizenship and learning and development rights. We conclude that the essence of the BNCC is consistent with the maintenance of the status quo when it impedes working and color access to quality and free public management education through decentralization of basic education, transfer of public money to private institutions of Education, the imposition of goals and the probable control over the evaluation, and for denying the students to understand the concrete reality by the negation of science, the fragmentation of education and the theoretical emptying of the category of citizenship. Providing an education for conformism.

Key words: Educational politics; World's Bank; Common Core; Education for Conformity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da 2ª versão da BNCC. p. 35.

Figura 2: Capa da 1ª versão da BNCC p. 41.

Figura 3: Capa da 2ª versão da BNCC p. 47

Figura 4 – Organograma das principais categorias da BNCC p.52.

Figura 5: Capa da terceira versão da BNCC p.54

Figura 6: Exemplo de código alfanumérico descritivo das habilidades: p.60

Figura 7: Sítio da Undime p.63

Figura 8: Sítio da Consed. P.66

Figura 9: Objetivos Estratégicos da EPP do Brasil para o EF12-15 e Áreas de Resultados p. 125

Figura 10: Organograma das principais categorias da BNCC p. 101

Figura 11: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios ético. p. 102

Figura 12: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios políticos. p. 103.

Figura 13: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios estéticos. p.105.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABAVE - Associação Brasileira de Avaliação Educacional
- ABdC - Associação Brasileira de Currículo
- AEE - Atendimento Educacional Especializado
- ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ANPUH - Associação Nacional de História
- BM - Banco Mundial
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
- CEB - Câmara de Educação Básica
- CEE-SP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo
- Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
- Cetic - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
- CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação
- DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
- DCNEB - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica
- EAP - Estratégias de Assistência ao País
- ECD - Políticas de Desempenho
- EPP - Estratégia de Parceria de País
- FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FNCE - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
- FNE - Fórum Nacional de Educação IFC - Corporação Financeira Internacional
- Inep - Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LEPEL - Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer

MEC - Ministério da Educação

MP - Medida Provisória

NIC - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

NRE -Núcleo Regional de Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEI - Organização dos Estados Iberoamericanos

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

Padeam - Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacional

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB - Produto Interno Bruto

PLP - Projeto de Lei Complementar

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE - Plano Nacional de Educação

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

ProUni - Programa Universidade para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEB – Secretária de Educação Básica

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudante

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. A BASE SERÁ SÓLIDA PARA QUEM?	34
2.2 AGENTES MISTOS DE HEGEMONIA DA BNCC	60
2.2 O QUADRO POLÍTICO E SUAS MUDANÇAS NA CONDUÇÃO DA BNCC.....	66
2.2.1 O CABO DE GUERRA POLÍTICO QUE SUSTENTA A BNCC.....	75
2. A POLÍTICA MAIS DO MESMO DO BANCO MUNDIAL CONTRA A FALÊNCIA DO NEOLIBERALISMO	79
3.1. ENCONTRO CÚPULA DO MILÊNIO E SEUS OBJETIVOS	89
3.2 O ESTADO EDUCADOR PARA O CONFORMISMO E PARALISIA	98
3.3. CAPITAL SOCIAL – BRANCOS VESTINDO MÁSCARAS NEGRAS – OU COMO O CAPITALISMO REINVENTA SUA FACE COM TINTAS CIDADÃS E NADA HUMANIZADORAS.....	101
4. DESVENDANDO A REAL FACE DA BNCC SOB A MÁSCARA DA INOVAÇÃO EDUCACIONAL	107
4.1 POR UMA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO BALIZADA PELO MÁXIMO DESEMPENHO	113
4.2 LIMITAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO VIA CONSULTA VIRTUAL	116
4.3. A HUMANIZAÇÃO DO CAPITAL PRECISA DE CONSENSO E DE UMA IDEAL CIDADANIA.....	119
4.4 A FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	122
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – A LUTA PELA EDUCAÇÃO TEM PRESSA POR POSIÇÕES EM SUA REAL DEFESA	129
6. REFERÊNCIAS.....	132
7. ANEXOS.....	135

1. INTRODUÇÃO

Após as tentativas de acalmar as ondas da crise mundial do capital que se alastram desde 2008, percebemos que no Brasil as “marolas” desta crise estão sendo maiores do que as previstas. A partir de então o período de incertezas, instabilidade política e econômica se intensificaram. A população brasileira, assim como a de outros países, vem sofrendo inúmeros ataques aos seus direitos como a aprovação da Lei n. 13.134,¹ que impede o acesso ao seguro-desemprego, a lei da terceirização², os Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016³ e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55⁴, enviados ao Congresso Nacional pelo governo ilegítimo de Michel Temer, as tentativas de privatizações veladas e explícitas das escolas básicas⁵, postos de saúde, hospitais universitários, etc.

Esse tipo de política que corta uma função em disputa do Estado, a saber, a manutenção da vida da maioria da população e a torna subsumida aos interesses dos banqueiros, grandes latifundiários e à burguesia nacional e internacional está sendo aplicada há mais de 20 anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dando continuidade à política de contrarreforma do Estado operado nos anos 1990 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), em busca de respostas para administrar a crise estrutural do capital. Por outro lado, esse mesmo governo realizou políticas

¹ Dilma sanciona lei que altera regras do seguro-desemprego com vetos. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/dilma-sanciona-lei-que-altera-regras-do-seguro-desemprego-com-vetos.html> Acesso: 15 de abril de 2016.

² A lei da terceirização é boa? Depende se você é patrão ou funcionário. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429813406_631060.html acesso em: 15 de abril de 2016.

³ Lei que autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, tendo efeito negativo para o conjunto dos servidores públicos das três esferas de governo. O projeto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que aprofundam as restrições em relação aos servidores da União, dos estados, do DF e municípios, e impõe uma série de exigências fiscais como condição para adesão ao plano de auxílio aos estados e ao Distrito Federal. Disponível em: <http://www.intersindicalcentral.com.br/pl-25716-saiba-o-que-foi-votado-e-os-proximos-passos-da-materia/> Acesso em 9 de janeiro de 2017.

⁴ PEC que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html Acesso em 9 de janeiro de 2017.

⁵ Em Goiás, polícia de Perillo mantém presos 25 manifestantes contra OS nas escolas. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/02/policia-de-marconi-perillo-mantem-presos-25-manifestantes-contra-as-os-nas-escolas-1535.html>> Acesso em 15 de abril de 2016.

compensatórias como o aumento do número de universidades e de vagas, do acesso de negros e negras em universidades⁶, dizemos compensatórias, pois ao mesmo tempo em que atenderam as demandas dos trabalhadores, que em nosso país são em sua maioria negros, em relação ao acesso à educação e do aumento real do salário mínimo o fez incentivando e facilitando as condições de mercantilização e de direção política dos empresários, visando a conciliação entre classes antagônicas⁷.

Compreendemos que os ataques à educação pública no Brasil não sejam uma expressão particular do governo do PT, mas trata-se de uma política de Estado. Tornando imperativo situar o governo do PT no âmbito do movimento mais geral do capital, pois na etapa mais desenvolvida do capitalismo (LENIN, 1984), o governo de qualquer país não se sucede desarticulado com as políticas internacionais e com as condições impostas pelos organismos multilaterais, sendo os mais conhecidos entre eles o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais órgãos são geridos e financiados pelos Estados Unidos da América e os países mais ricos da Europa. Representam o poder dos países desenvolvidos e tem como suposto objetivo equalizar a pobreza do mundo (ONU, 2016). Suas políticas são orientadas para administrar possíveis tensões, inserindo o mecanismo de alívio à pobreza segundo a aplicação da agenda neoliberal (MOTTA, 2012), atacando abertamente os direitos e a vida da classe trabalhadora e das juventudes, que em nosso país é predominantemente negra. (SOUZA, 1983).

Segundo Motta (2012), estamos vivendo um acirramento, camuflado pela ideia de globalização, da fase mais desenvolvida do capital - designada de imperialismo por Lenin (1984). Voltemos um pouco para explicitar esta fase do capitalismo, pois é uma categorial central que perpassa a nossa análise. A esta fase posta desde o final do século XIX do capitalismo dá-se o nome de imperialismo. Ela se configura com a modificação dos modos de acumulação e reprodução do capital visando o controle de suas crises e conseqüentemente, da manutenção das taxas de lucro, a partir da concentração dos meios de produção nas mãos de poucos capitalistas. Dito de outro modo são os monopólios – os quais controlam os ramos de

⁶ Número de negros em universidades brasileiras cresceu 230% na última década. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/11/23/numero-de-negros-em-universidades-brasileiras-cresceu-230-na-ultima-decada/> Acesso em 15 de abril de 2016.

⁷ Pesquisa realizada por Roberto Leher e Pedro Tavares constata um salto do quantitativo de recursos públicos destinados à rede privada por meio do fies. Em 2004 era de cerca de 1 bilhão, salta para 15 bilhões em 2014. Mais em: <http://www.educacao.ufrj.br/dpedrohenrique.pdf> Acesso em 5 de maio de 2017.

telecomunicação, de petróleo, alimentos e até educação, principalmente, de ensino superior⁸. Os bancos assumem um papel crucial nessa etapa, como consequência da fusão dos capitais industriais e bancários conformando o capital financeiro. Esses grandes grupos financeiros buscam novos locais para sua expansão, gerando uma exportação de capitais para o mundo todo e conseqüentemente, esse mundo é disputado pelas maiores potências imperialistas, culminado em guerras sem fim⁹¹⁰¹¹. (Lenin, 1984).

Essa fase se expressou nas décadas de 1980/90, na América Latina como uma ofensiva neoliberal que segundo alguns autores¹² inicia-se após a crise capitalista de 1973. Segundo Montañó e Duriguetto (2010) esse novo cenário mundial apresenta alguns fenômenos característicos, entre eles, o surgimento e expansão dos Tigres Asiáticos e do modelo industrial toyotista, crise capitalista mundial; financeirização do capital e a crise do fordismo; crise do bloco soviético; globalização do capital e por fim os impactos nas lutas de classes. Esses fenômenos, segundo os autores citados, são efeitos da diminuição da taxa de lucros nos ramos comercial e industrial (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). O que quer dizer, que no momento que os capitalistas começaram a ter a taxa de lucro reduzida, tornou-se necessário um reajuste na organização do modo de produção e acumulação, assim como em sua ideologia.

Com a modificação do modelo industrial fordista para o toyotismo, as taxas de lucros nos Tigres Asiáticos começaram a retomar, e o capital ocidental deveria se adaptar as tais modificação caso quisesse permanecer no mercado e torna-se mais competitivo. Porém, essa

⁸ Kroton compra Estácio e amplia cartel do ensino privado. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8229> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

⁹ China, Afeganistão, Paquistão e Tadjiquistão firmaram um pacto militar contra “forças terroristas”, as quais o governo chinês associa aos movimentos separatistas existente em seu território. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/mundo/asia/china_e_paises_vizinhos_criam_alianca_de_seguranca> Acesso em 10 ago. 2016.

¹⁰ Em “guerra contra as drogas”, Rodrigo Duterte promove expurgo no estado filipino. Disponível em: <http://www.abc.es/internacional/abci-duterte-ordenes-disparar-matar-no-importan-derechos-humanos-201608061351_noticia.html> Acesso em 10 de ago. 2016.

¹¹ Importante cidade síria ao sul da fronteira com a Turquia foi retomada do Estado Islâmico por exércitos curdos em aliança com combatentes árabes e forças especiais dos EUA, depois de uma campanha de dois meses. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-manbij-idUSKCN10H079>> Acesso em 10 de ago. 2016.

¹² Como por exemplo MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010

transição do fordismo ao toyotismo nas indústrias do ocidente foi mais complexa, pois eram necessárias grandes mudanças, as quais encontraram inúmeras barreiras, tais quais “[...] o forte sindicalismo, fundamentalmente europeu (...) que conforma um forte elemento de manutenção e de oposição a determinadas inovações; (...) a lenta passagem de uma fábrica concebida como autossuficiente, em que tudo é produzido internamente de forma “padronizada” e na lógica de redução de custos por unidade; para um modelo de fábrica mínima, enxuta”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). E, principalmente, a flexibilização do trabalho baseada na terceirização e subcontratação de trabalhadores.

A implementação do neoliberalismo na América Latina proporcionou, na década de 1980, uma crise generalizada como consequência do aumento da concentração de renda, da pobreza e desigualdade social, incentivando a defesa dos direitos da maioria da população. Destarte, o capital volta a repensar sua relação com o Estado, pois tencionava-se a falência do neoliberalismo para os países em desenvolvimento. Era necessário uma contrarreforma da máquina estatal.

Neste sentido, não foi o neoliberalismo que concebeu e criou a reestruturação produtiva; foi a necessidade de recuperação do lucro nos patamares exigidos pelo capital que, dada as novas possibilidades e necessidades do capital e a situação atual das lutas de classes – no contexto da terceira revolução tecnológica, da crise e da nova fase do processo de mundialização do capital -, que exigiu uma nova estratégia hegemônica, o neoliberalismo. (Idem, p. 199).

A agenda neoliberal no Brasil teve sua intensificação no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e encontrou continuidade nos governos de Lula e Dilma (PT). O Brasil, diferente dos países centrais como Alemanha, Inglaterra e EUA, teve um Estado de Bem-Estar Social reduzido, com as políticas de Estado visando financiar a educação, saúde, transporte e lazer duramente atacadas a partir dos planos de ajuste estrutural elaborados pelos países ricos e seus organismos multilaterais. A diferença de intervenção do Estado, da influência dos países centrais na economia interna alheia e na política depende, em última instância, da posição que cada país apresenta na disputa mundial realizada para controle da riqueza, em outras palavras, a análise do desenvolvimento desigual e combinado nos auxilia a compreender as consequências da divisão internacional do trabalho. (TROTSKI, 1938).

No Brasil e nos países ditos “em desenvolvimento”, como a Grécia e a Turquia, a expansão do neoliberalismo está sendo acompanhada por uma crise política e econômica que

se acentua desde 2008, e no caso brasileiro alcança seu auge em 2016. No entanto, desde 2013, estamos vivendo um ápice da descrença nas instituições políticas e partidárias, representada pela juventude saindo às ruas nas chamadas Jornadas de Junho, muito em parte pela mudança de postura do maior partido de esquerda que o país já construiu, o Partido dos Trabalhadores. O giro que os partidos trabalhistas realizaram, não somente no Brasil, mas ao redor do mundo, gerou um sentimento de repulsa a tudo aquilo que o Estado, partidos políticos representam. (GENRO; ROBAIANA, 2006).

A crise de hegemonia das políticas neoliberais desencadeou um colapso em 1990 que aprofundou os ataques aos países latinos. A população respondeu com um aumento de sua mobilização gerando grandes instabilidades no regime, o que obrigou os próprios intelectuais do capital revisarem o neoliberalismo. No entanto, essas críticas foram desenvolvidas apenas na superfície do problema, concluindo ser as crises e o aumento da pobreza e da desigualdade social resultado da má administração estatal dos países pobres. Portanto, o aumento dos conflitos entre as classes antagônicas, como ocorrido em 2013 no Brasil, são resultados da má administração governamental, sendo assim, urgente uma contrarreforma no Estado e a modificação da ideologia.

Coadunamos com a defesa realizada por Robaiiana (2016), de que a atual organização estudantil expressa profundos nexos com o processo do ápice da descrença nas instituições políticas, partidárias, superestruturais que teve início no ano de 2013, representado pela juventude ocupando às ruas. Com o avançar da história podemos nos afastar do momento histórico e seus elementos constitutivos, fundamentando uma caracterização (MORENO; PETIT, 2010), mais elaborada de certos eventos, sendo assim, em 2016 podemos aprofundar a tese de que as Jornadas de 2013 reforçam e explicitam os motivos que sustentam a falência do Partido dos Trabalhadores enquanto partido representativo da classe trabalhadora, pois, segundo o autor, o levante de 2013 foi uma demonstração concreta de que o PT não controlava mais as massas, característica que fundamenta a substituição, promovida por setores da burguesia, desse partido por qualquer outro da ordem.

As críticas realizadas aos 20 anos de governo do PT, fundamentam a escolha do objeto a ser analisado. Sustentados na tese de que o Partido dos Trabalhadores continuou a intensificação da agenda neoliberal no país, característica atribuída inicialmente ao governo do PSDB, fato consumado não somente pelo seu giro interno de rompimento com bandeiras históricas defendidas pelos movimentos sociais como a reforma agrária e a luta anti-capitalista e anti-imperialista (GENRO; ROBAINA, 2006), mas também como resultado da intensificação do imperialismo e da mundialização do capital (MOTTA, 2012), a aplicação da

política de conciliação de classes enfrenta resistências, e intensifica a polarização entre as classes, instaurando um processo de crise política culminando com o impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Essas mudanças concretas na organização da sociedade e da produção proporcionam a necessidade de modificar as condições subjetivas e a ideologia hegemônica para que as novas políticas tivessem menos problemas a serem implantadas, e é nesse contexto que se começa a ascensão do pensamento pós-moderno, e a entrada desses pensamentos na esfera educacional, as quais segundo Melo (2007), passam a ser desenvolvidas, no Brasil, na primeira metade dos anos de 1990, durante os governos de Collor e Itamar Franco. E adquire uma aplicação mais sistemática nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

A educação escolar passar a ter, na perspectiva da burguesia brasileira, como finalidades principais: contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade empresariais, em especial dos setores monopolistas da economia, principais difusores, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal. (MELO, 2007, p. 212.)

Destarte, os avanços já apontados na educação brasileira como o aumento do número das universidades públicas e de matrículas, do aumento do número de estudantes no ensino superior e básico, o aumento das escolas técnicas, etc. quando analisadas em uma primeira aproximação se comportam como um avanço nas políticas para a população mais pobre, negra e trabalhadora, entretanto, a nosso ver, essas políticas apresentam íntimas relações com as condições impostas pelo Banco Mundial às economias em desenvolvimento que recebem empréstimos deste e outros organismos multilaterais. Consequentemente, os avanços promovidos pelo PT apresentam inúmeras limitações, pois quando analisamos a fundo sua política, percebemos que a aplicação da agenda neoliberal é o guia de sua atuação.

A relação dos órgãos multilaterais com o governo brasileiro e as políticas educacionais devem ser analisadas superando a aparência inicial desta relação, inclusive superando o aspecto econômico dos empréstimos e fundamentando a disputa da hegemonia sobre a função de direção intelectual e moral do Estado (MOTTA, 2012). Devemos buscar a essência, a raiz, dessa influência para assim compreendermos melhor os rumos das políticas instituídas, nos apropriando de elementos e instrumentos teóricos e concretos, **fundamentando** assim a luta

em defesa da educação de gestão pública e de qualidade, bandeira histórica dos movimentos sociais.

O desenvolvimento desta complexa e contraditória conjuntura nos auxilia a compreender a necessidade de criticarmos, recuperando o conceito de crítica com Manacorda (1982), como o governo brasileiro se alinha a empresas privadas, associações civis visando elaborar políticas educacionais que ao mesmo tempo são reflexos e motivos de enfrentamento pelos movimentos sociais.

Sendo assim, delimitamos o objeto de estudo a fim de examinar quais os interesses privados contidos nas possíveis modificações na educação básica decorrentes do documento oficial, ainda em construção, conhecido como Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E nos perguntamos: quem são os agentes que influenciam no financiamento e nas ideias para desenvolver uma sociedade mais justa e cidadã condensada na BNCC, mas que ao mesmo modo corta direitos relativos à vida da classe trabalhadora e da juventude brasileira?

Nesse trabalho, analisamos os nexos e relações da Base com outros projetos nacionais e internacionais de educação, com o objetivo, em longo prazo, de auxiliar na construção de possibilidades de enfrentamento à contrarreforma empresarial da educação que os movimentos sociais, especificamente, o movimento dos estudantes possa produzir.

Macedo (2014) e Freitas (2016) consideram a BNCC como um resultado da influência das políticas educacionais voltadas a construir uma educação mercadorizada, fonte de lucro e de formação de mão-de-obra qualificada para atuar em um mundo do trabalho mais “flexível e dinâmico”. Os autores defendem que a Base tem como objetivo principal, subsidiado, em última instância, pelo controle da qualidade da educação através do controle da avaliação. Questionam a possibilidade de a qualidade ser garantida apenas por explicitar o que os estudantes devem aprender mediante os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Ainda segundo os autores, para além do controle da avaliação a BNCC deverá justificar a modificação dos cursos de formação de professores, no repasse de verbas às escolas e promoverá a culpabilização de diretores e professores pelo futuro fracasso escolar.

Elencamos a BNCC como objeto central de análise uma vez que este documento encontra-se em elaboração e discussão. Realizamos uma revisão da bibliografia de 29 textos com uma composição variável de características como artigos científicos, monografia de base, dissertações, reportagens, artigos políticos. Em sua maioria remetem-se a produção de análise sobre a BNCC. Dirigem suas análises para o aspecto mais geral do documento e alguns poucos textos analisam a especificidade dos componentes curriculares de interesse. Podemos

perceber uma divisão homogênea em relação a produção de argumentos a favor e contra a BNCC, porém com nítida diferença do aprofundamento teórico, geral, político dos artigos que criticam a Base. Ampliamos a revisão da literatura até então produzida ao produzir um banco de dados contendo reportagens, notícias concernente a Base, pois as notícias abordam sobre as empresas, fundações que incentivam a elaboração do documento auxiliando a produção da presente pesquisa.

As produções críticas sobre a BNCC apontam, segundo a Associação Nacional de História (ANPUH, 2016), que diversas áreas do conhecimento apresentam uma diversidade de tendências e perspectivas muita das vezes antagônicas, característica dos diversos campos de pesquisa. No entanto, segundo a Associação, as composições das comissões para a BNCC ignoraram a marca característica das pesquisas, como a diversidade de referenciais. Sendo assim, incorporamos a crítica de que o processo de constituição das comissões para elaborar os componentes da base vem desconsiderando a diversidade e pluralidade de teorias e acrescentamos ainda que a corrente a ser deixada de fora nessas comissões se fundamenta na teoria marxista de educação. Evangelista (2007) aponta que as fundamentações teóricas a serem historicamente perseguidas, retiradas de currículos são aquelas que defendem explicitamente a defesa de construção de uma sociedade socialista, como visto, na atualidade, no programa Escola sem Partido¹³.

De acordo com Marx (1980), é com o estudo dos fenômenos mais avançados que se compreende as implicações nos menos avançados, portanto, consideramos necessário analisar

13 Movimento organizado pelo bloco denominado eclesiástico-empresarial. O programa “Escola Sem Partido” é um projeto de lei que visa coibir, punir e criminalizar professores que “doutrinam política e ideologicamente” os estudantes das escolas públicas. As penas para a “prática de doutrinação” variam de sanções civis, administrativas (punição disciplinar) à penais, que podem condenar o professorado em até 6 meses de detenção, perda do cargo e ficar inelegível para outros cargos públicos (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016). Esse projeto está sendo discutido nos âmbitos federal, estadual e municipal. Há na esfera federal o PL 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que prevê a inclusão desse programa na LDB. Outro projeto relacionado é o PL1411/2015 que “Tipifica o crime de assédio ideológico e dá outras providências”, de autoria do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) que está na Comissão de Educação esperando parecer do relator designado, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF). Existem mais outros onze projetos de igual objetivo que estão tramitando nas casas legislativas de dez estados e no Distrito Federal. No estado de Alagoas o projeto autoria de Ricardo Nezinho (PMDB) foi aprovado. (PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO, 2016). Defendemos, em uma primeira aproximação, que esse programa é um retrocesso e uma desqualificação de todo o acúmulo que a ciência educacional e pedagógica vem promovendo e seus interesses não estão no âmbito educacional apenas, mas sim na disputa política de formação humana e de sociedade, ou como Motta (2012) comprova, uma disputa dos mecanismos de hegemonia de função de direção intelectual e moral. Para saber mais ver em:

<<http://contraoescolasempartidoblog.wordpress.com>>

os documentos oficiais e seus nexos com a política internacional desempenhada pelo Banco Mundial, com os interesses dos aparelhos mistos de hegemonia e com outros documentos oficiais de educação brasileira, pois apesar da aparência da BNCC ser a *la contra*¹⁴ a esse novo paradigma da mundialização do capital, sua essência coaduna com a manutenção do *status quo* quando dificulta o acesso da classe trabalhadora e de cor a um ensino de gestão pública, gratuito e de qualidade através da descentralização da educação básica, do repasse de verba pública para instituições privadas de educação, pela imposição de objetivos e o provável controle sobre a avaliação, e por negar aos estudantes compreender a realidade concreta pela negação da ciência, da fragmentação da educação e pelo esvaziamento teórico da categoria cidadania. Proporcionando uma educação para o conformismo. (MOTTA, 2012).

Para tanto, este estudo tomou por objeto a Base Nacional Comum Curricular a fim de analisar neste documento oficial as influências, no geral, das condições impostas à política educacional brasileira realizadas pelos organismos multilaterais; quais empresas e interesses estão subsidiando o documento e especificamente, os nexos desta política na elaboração da BNCC. Orientado pelo materialismo histórico e dialético, tem por objetivo geral analisar os nexos entre as políticas públicas educacionais e as teorias do conhecimento que fundamentam o receituário de políticas públicas dos órgãos multilaterais e seus possíveis impactos na educação, pois segundo o professor Newton Duarte (2001), estamos presenciando uma maior influência das pedagogias do “aprender a aprender” no ideário educacional por consequência do avanço do projeto neoliberal legitimado teoricamente pelos pilares da educação elaborados pela UNESCO¹⁵, pelo pós-modernismo, que se colocam como alternativa ao projeto de educação tecnicista.

¹⁴ Segundo Enguita (1985) o termo *a la contra* é uma das principais condições em que a crítica deve acontecer, ou seja, deve ser balizada pela realidade e se colocar em contraponto a ela. Portanto, não existe modelos ideais de educação, formação, etc. Existe a educação que está posta a qual se constrói o ‘*la contra*’. Não é uma dedução a partir de um suposto modelo de sociedade, mas, sim, da expressão geral do movimento real.

¹⁵ Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. Direcionam a educação em cinco tipos: **aprender a conhecer** (adquirir instrumentos de da compreensão), **aprender a fazer** (para poder agir sobre o meio envolvente), **aprender a viver juntos** (cooperação com os outros em todas as atividades humana), e finalmente **aprender a ser** (conceito principal que integra todos os anteriores). Atualmente apresentam 5 pilares, adicionando o **aprender para empreender**. Para Duarte (2000) estas formulações que se tornaram componentes obrigatórios na elaboração de teorias pedagógicas e políticas educacionais de grande parte do mundo, sustentam-se em torno de um ideário: o “aprender a aprender”, caracterizado pela não transmissão de conteúdos curriculares, o esvaziamento do trabalho educativo, a negação do professor e das particularidades do aluno. ao portar um alto grau de atividades voltadas para a adaptabilidade

Segundo a Linha de Pesquisa Educação, Cultura Corporal e Lazer a problemática significativa se encaixa na categoria da política educacional e seus efeitos no trabalho pedagógico. A elaboração desse trabalho se dá enquanto continuidade de estudos anteriores, onde analisamos as influências da ideologia advinda dos organismos multilaterais, ou seja, a pós-modernidade subsumindo a área de conhecimento da Educação Física.

1.2. BNCC, MOSTRA A SUA CARA – DESVENDANDO A REAL FACE DO CURRÍCULO NACIONAL

As discussões sobre a BNCC foram inicialmente aprofundadas no ano de 2013, com o destaque para o discurso de Guiomar Namó de Mello¹⁶, então presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), ex-consultora do Banco Mundial, BID e principal personagem que desenvolve e aplica estudos sobre a vinculação do desempenho com o salário e sistemas de avaliação. A diferença, discutida nessa época, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) era que a Base teria sua aplicação obrigatória nas escolas. A presidente afirmava que a base não seria um currículo, pois essa tarefa era de responsabilidade dos estados e municípios. Ela trata-se de um assunto de âmbito nacional, ou seja, irá servir de orientação para a avaliação nacional e a formação de professores. (FREITAS, 2016).

O documento seria a expressão de um projeto de país, segundo Guiomar, possibilitando aos estudantes aprender a “sobreviver no século XXI” e vai além, “o grupo está propondo que a liderança do processo *não seja do governo federal, do MEC*”. (IDEM,

às condições materiais e subjetivas da sociedade capitalista ou sociedade alienada. Mais em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/lucasbatistasouza.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2017.

¹⁶ Diretora Executiva da Fundação Victor Civita, formada Pedagogia pela USP em 1966, trabalhou mais de 10 anos como Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas no Departamento de *Pesquisas Educacionais*. Em 1982 foi nomeada Secretária Municipal de Educação de São Paulo, cargo que ocupou até o final do mandato do Prefeito Mário Covas, em 1985 liderou a implementação de “**inovações gerenciais e pedagógicas**” entre as quais se destacam: a reestruturação da carreira do magistério municipal, com mecanismos de incentivos para que os professores permanecessem na docência, que em outras palavras significa política de pagamento por desempenho aos professores. Em 1986 elegeu-se Deputada Estadual de São Paulo e em 1988 contribuiu com seu mandato para a formação *do PSDB*. 1990 e 1991 foi consultora da preparação de projetos de investimento em educação *do Banco Mundial* no Nordeste e em Minas Gerais. 1998 a 2000 foi consultora da SEMTEC/MEC para implementação da reforma curricular do Ensino Médio. Mais em: <<https://namodemello.wordpress.com/about/>> Acesso em 5 de maio de 2017.

2016, grifos nossos). O discurso da ex-consultora do BM expressa a correlação de forças em disputa pela construção da BNCC, se a liderança não deveria ser do governo, seria de quem então? Consolidamos a nossa hipótese de que o protagonismo está sendo direcionado pelos aparelhos privados de hegemonia, em outras palavras, das associações civis auxiliados por suas confluências em cargos e entidades governamentais. O destaque na afirmação da ex-presidente coloca em evidência a discussão do que seria a educação para o novo milênio. E sobre como e por quem será dirigido o processo de elaboração desse documento já que não será do governo. No entanto, essa discussão não é promovida aos professores da rede, aos estudiosos e nem a população, sabemos sobre as empresas que financiam o projeto em corredores e não em um debate explícito e democrático. Os espaços e Fóruns nacionais, estaduais e municipais, ditos amplos e democráticos são somente permeados pelos representantes da Consed, Undime e Movimento Pela Base.

Como estratégia de participação popular visando “a construção” da BNCC, foi lançado o instrumento da consulta virtual, para apenas a 1ª versão do documento. As contribuições via internet para a “crítica” da primeira versão da BNCC somaram mais de 12 milhões de entradas e foram encerradas em março de 2016. Em maio, do mesmo ano, apresentou-se a segunda versão do documento, que segundo o MEC contemplava as contribuições virtuais. No mês seguinte estava previsto a realização de seminários estaduais e por fim, junho seria o mês de finalização da proposta. Tudo isso aconteceria com maiores e menores atrasos, mas com os processos de impedimento de Dilma Rousseff, a fragilidade que os ministros do governo ilegítimo de Michel Temer e o aumento da influência do programa Escola Sem Partido, a construção da Base vem sendo prorrogada. Assim como a discussão sobre quais instituições estão liderando o processo, a forma de contribuir na crítica ao documento via internet como um mecanismo de controle e a aplicabilidade da BNCC também urgem serem problematizados.

De forma inicial, podemos elucidar que a formulação do documento ocorre com o incentivo do governo federal e principalmente de entidades como o Instituto Natura, Instituto do Itáú, Fundação Lemann, empresas nacionais e internacionais e que se camuflam na categoria de sociedade civil, conhecido como Movimento Todos pela Educação. A camuflagem, ao nosso ver, pode ser encarnada a partir da confluência de pessoas e cargos tanto nos aparelhos do Estado, exemplos o MEC, CNE, como nas associações civis. Essa conformação e o grande peso das entidades presentes na elaboração da BNCC resultam na falta de uma apresentação explícita dos elementos centrais e essenciais da proposta, temos

como exemplo, porque a necessidade de formular um documento que balize a avaliação, formação de professores deva existir; quais interesses, empresas, entidades estão subsidiando o documento; quais grupos e quais teorias do conhecimento, educacional e pedagógica fundamentam os conteúdos dos componentes curriculares?

Os documentos oficiais brasileiros são resultantes de um processo que visa à construção de um determinado tipo de mundo e sociedade, em outras palavras, são guias de como se alcançar uma sociedade alinhada com as intenções de uma parcela da sociedade que controla o mundo, a burguesia, sendo assim, as teorias utilizadas nos documentos asseguram o modo como essa construção se dará. Segundo Motta (2012), a disputa do controle da ideologia dominante é aprofundada como solução para a crise dos anos 1990 e das políticas neoliberais.

Em face do contexto mais amplo de nossa problemática, sintetizamos o problema considerando o projeto neoliberal de sociedade, a mundialização do capital como expressões condicionantes para solucionar a crise estrutural do capital na perspectiva da burguesia e, com efeito, nos perguntamos: No geral, quais são os nexos e determinações entre a agenda neoliberal imposta pelos organismos multilaterais (BM), os interesses dos aparelhos mistos de hegemonia como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a teoria educacional e pedagógica defendida na BNCC?

Tendo em vista o problema, elaboramos a hipótese que nos norteou ao longo do estudo, a saber: Supomos que a influência dos órgãos multilaterais seja direta na elaboração e aplicação das políticas educacionais e que as teorias educacionais utilizadas na BNCC são uma expressão resultante da última crise do sistema capitalista de produção, sendo assim, a concepção de educação na perspectiva da formação humana estará relacionada como contraposição às políticas neoliberais apenas na aparência, pois sua essência reforça a desigualdade social e o vão entre ricos e pobres fundamentando uma educação para o conformismo, haja vista que tanto o projeto histórico e as condições objetivas de trabalho e educação apontam para a promoção de uma cidadania burguesa e a manutenção do projeto histórico capitalista.

Diante de nosso problema e hipótese delineamos nosso objetivo geral: Analisar a Base Nacional Comum Curricular procurando os nexos e relações com a agenda para Educação dos

órgãos multilaterais, especificamente o Banco Mundial, a fim de explicitar os aparelhos privados de hegemonia que estão subsidiando a base.

Dessa maneira nossos os objetivos específicos estão demonstrados na constituição dos capítulos desse trabalho, a saber, no primeiro momento nos preocupamos em compreender a aparência de nosso objeto. Pesquisamos os aspectos políticos, econômicos e educacionais da BNCC, elencando as categorias de conteúdo denominadas de Política para o Novo Milênio, cidadania e direitos de aprendizagem e desenvolvimento como imprescindíveis para que, no segundo capítulo, fosse possível realizar o salto da análise específica para o geral, representado pela política educacional desempenhada pelo BM e suas relações com o acirramento e “nova roupagem” do neoliberalismo desencadeado na década de 1980-90 na América Latina. Apreendendo os elementos mais gerais da economia política e da educação nos foi possível retornar ao nosso objeto, produzindo o terceiro capítulo, que aspirou a construção de uma síntese, ilustrada em um posicionamento frente aos ataques da educação promovidos pela BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste trabalho foi de realizar uma crítica rigorosa, radical e de conjunto (SAVIANI, 1996), partindo do real concreto com o objetivo de subsidiar uma discussão substancial que fomente a elaboração de políticas para a defesa da educação de gestão pública, de qualidade e laica.

Consideramos essencial desvelar a fundo a relação que as teorias educacionais pautadas nos documentos apresentam com as políticas internacionais e nacionais de construção de sociedade, para tanto, defendemos que a teoria, não somente, de análise, mas de transformação do mundo mais avançada nos dias de hoje, ou seja, a que apresenta maior aderência a realidade social da divisão entre classes, é a concepção materialista e dialética de homem, sociedade e educação. Portanto, nos embasamos no marxismo como teoria política e conseqüentemente, o materialismo histórico e dialético como teoria do conhecimento.

Não nascemos humanos, mas nos tornamos a partir da realização de atividades planejadas com o intuito de assegurar a sobrevivência, implicando na própria transformação do homem e no desenvolvimento de suas capacidades psicológicas superiores (MARTINS, 2013). Essa atividade não acontecerá como mera adaptação às condições externas, mas como uma transformação ativa, isto é como práxis (TAFFAREL, no prelo). A perpetuação da espécie não se deu por questões puramente biológicas ou geracionais, mas avançou até os patamares de desenvolvimento que vivemos hoje pela atividade de transmissão dos

conhecimentos elaborados a partir do trabalho, ou seja, pela transmissão da cultura através da educação.

Dessa maneira, a educação e o trabalho são atributos essencialmente humanos, pois se não ensinarmos os mais novos a modificar a natureza eles não saberão como sobreviver. Segundo Saviani (2008), a educação apresenta uma natureza e uma especificidade. A natureza da educação é entendida como um trabalho não-material e que não se separa do produtor, ou seja, educar não produz nenhum objeto concreto e enquanto o professor está trabalhando sua aula está sendo consumida. Sua especificidade refere-se aos conhecimentos e ideias para a formação da humanidade na singularidade de cada ser humano, objetivando desta forma a segunda natureza. O local atual em que essa transmissão ocorre de forma sistemática é a escola.

Segundo o Coletivo de Autores (1992)¹⁷, a escola não desenvolve ou produz o conhecimento científico, ela se apropria dele a partir de um tratamento metodológico para que as crianças consigam aprender. Portanto, “sua função social é selecionar, organizar e sistematizar conteúdos clássicos, confortando-os com o saber popular.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27).

Compreendendo a natureza e especificidade da educação e a função social da escola, justificamos¹⁸ o projeto pelo o intuito de analisar a conjuntura internacional, a atuação dos organismos multilaterais, as entidades da associação civil e suas influências na elaboração das políticas públicas educacionais do Brasil. Possibilitando o desenvolvimento da realidade em nosso pensamento, traduzindo a realidade em abstração, a fim de instrumentalizar o enfrentamento da contrarreforma educacional promovida pelos movimentos sociais, especificamente os estudantes secundaristas. Pois, a nosso ver, a juventude se apresenta como o polo mais ativo na atual conjuntura vide o levante estudantil iniciado em 2015 com as ocupações das escolas no país. Na forma de pensamento, as raízes e contradições da

17 Grupo responsável pela elaboração do livro “Metodologia do Ensino da Educação Física” de 1992.

18 Escolhemos a abordagem crítico-superadora não apenas por uma afinidade pessoal, mas, principalmente pela sua opção de classe. A professora Micheli Escobar em entrevista afirma: O que nós fazemos agora, radicalmente, é defender um projeto histórico socialista. (...) A gente não está defendendo o socialismo que estava se desenvolvendo na Rússia, na China, em Cuba, nem o socialismo da Coréia, embora estejamos trazendo dos exemplos do desenvolvimento dessas experiências também elementos dessa configuração e do entendimento do que seja o socialismo. (...) Para nós, essa concepção socialista de mundo significa a crítica a duas propriedades fundamentais do capitalismo, a primeira, a apropriação privada dos meios de produção que é o que o caracteriza e, a segunda, a divisão da sociedade em classes sociais (ESCOBAR, 2012, pg.7).

realidade podem ser analisadas e na volta a realidade concreta podemos alcançar um patamar mais desenvolvido de crítica, fundamentando a elaboração de propostas concretas de modificações. (KOSIK, 2010).

Fundamentamo-nos no método dialético e histórico de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Delimitamos nossas fontes bibliográficas especificamente a documentos oficiais e às teses, dissertações, livros e artigos, aos quais submetemos ao fichamento enfatizando a concepção e atuação dos órgãos multilaterais na política educacional brasileira, o desenvolvimento da BNCC e as outras propostas educacionais do governo Michel Temer, a concepção de educação escolar, cidadania e direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Construímos o percurso lógico desse trabalho subsidiados nas categorias metodológicas (KUENZER, 1998) da totalidade e contradição. Procuramos as relações gerais do movimento do capital a partir do desenvolvimento da crise dos anos 80-90 e a atuação do Banco Mundial para traçar seus nexos contraditórios com a elaboração e os atores responsáveis pela BNCC.

Destarte, coadunamos com Lukács (19767) ao asseverar que

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Lukács, 1967, p.240).

Propomos como técnica de análise de tais fichamentos a análise de conteúdo (BARDIN, 1970). A sistematização dos resultados aconteceu a partir da exposição das contradições das argumentações sobre as categorias de conteúdo (KUENZER, 1998), Políticas para o Novo Milênio, educação, cidadania e direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Por tratar-se de uma crítica, nos baseamos em Enguita (1993), para afirmar que não estamos planejando construir um modelo de educação, mas sim construir uma oposição concreta. Intentamos realizar uma crítica materialista, analisando os momentos históricos de criação e aplicação das teorias questionadas, buscando não perder de vista a totalidade dos processos que a Educação Brasileira se encontra, assim como os percursos que a economia

política vem traçando. Realizando, assim, o que o autor denominou de avaliação crítica da educação realmente existente. (ENGUITA, 1993, p.80).

Marx não nos deixou uma receita para seguir e construir o materialismo histórico e dialético, conseguimos inferir e discuti-lo a partir de sua pesquisa sobre O Capital (1980) e seus escritos preparatórios como o Grundrisse (1857-8). Destarte, não nos prolongaremos em uma descrição de como o método se constrói, mas nos esforçamos para que o movimento do pensamento, a partir das categorias da totalidade e contradição e seus nexos com as categorias de conteúdo expresse, em forma de abstrações e na volta ao concreto, a essência de nosso objeto e do método elencado.

Vejamos, então, como a tentativa de construir um Sistema Nacional de Educação está ocorrendo.

2. A BASE SERÁ SÓLIDA PARA QUEM?

Até poucos meses atrás a Base Nacional Comum Curricular era um documento desconhecido. Sua elaboração se limitava aos gabinetes do Ministério da Educação (MEC) com assessoria dos aparelhos privados de hegemonia¹⁹ responsáveis pela educação e pesquisadores de universidades, ambientes restritos para a atuação dos movimentos sociais ou intelectuais contra hegemônicos. A debilidade da discussão não reduziu ao tornar-se pública em meados de 2013.

Apesar da parca publicização e ínfima participação realmente popular, a polêmica em torno do documento se fortaleceu muito mais pelos problemas por ele suscitados do que pela possibilidade de melhora da educação. A discussão, a nosso ver, vem recebendo destaque após a aprovação da MP 746 da Reforma do Ensino Médio²⁰ no final de 2016. No entanto, a discussão ainda se apresenta restrita aos intelectuais do capital, especialistas da educação, suscitando-nos a necessidade de expandir e massificar a construção do enfrentamento a mais um documento oficial educacional representante da política neoliberal para os países em desenvolvimento.

Diante das inúmeras críticas realizadas pelas entidades nacionais como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Associação Nacional de História (ANPUH), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre outras e os argumentos de defesa realizados tanto pelo governo como pelas instituições da

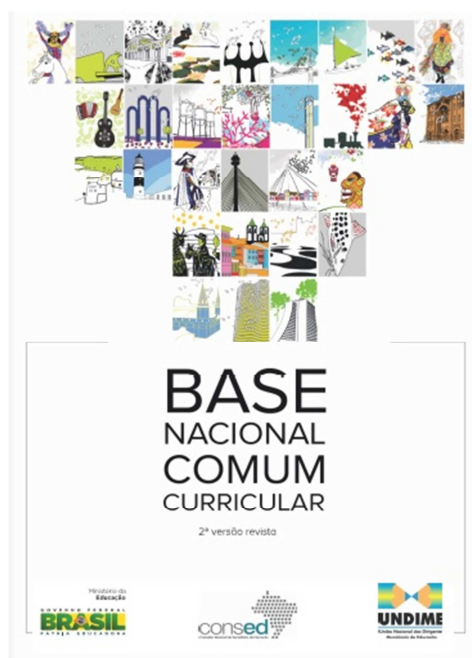
¹⁹ Entidades voltadas à propagação de ideias com vistas à obtenção da hegemonia. Em Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia podem ser assim sintetizados: [...] são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade. In: FONSENCA, 2007. Imprensa e agenda ultraliberal no Brasil. Disponível em: < <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=624>> Acesso em 15 de maio de 2017.

²⁰ Será a BNCC que estruturará os novos currículos propostos pela Reforma do Ensino Médio. Essa reforma impõe itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

sociedade civil como Movimento Todos pela Educação, Movimento Pela Base Nacional Comum nos fica a indagação, mas afinal o que é a BNCC? Quais seus objetivos e finalidades? Quais empresas e interesses subsidiam a criação do documento?

Essas perguntas nos guiaram na produção dessa pesquisa, sendo assim, vamos principiar pelo começo, o que é BNCC?

Figura 1: Capa da 2ª versão da BNCC



Fonte: MEC, Consed e Undime.

De acordo com o Ministério da Educação, a Base é uma exigência que consta na Nova Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). (BRASIL, 2016). Segundo o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB), a BNCC é entendida como um conjunto de “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas [...]” (Parecer CNE/CEB n 07/2010).

Destarte, seu objetivo é “apresentar os direitos e objetivos **de aprendizagem**²¹ e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as três etapas de escolarização”, a saber, o ensino infantil, fundamental e médio. (BRASIL, 2016, p.25, grifos nossos). Portanto, a BNCC é um documento de caráter normativo balizador de um “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2017, p.7), com a finalidade de orientar os sistemas educacionais na elaboração de propostas curriculares. No entanto, sua relação com a LDB, as DNC e o PNE, etc. e a forma de construção desses documentos vêm sendo radicalmente criticadas.

Macedo (2014) nos relembra que a discussão sobre a centralização do currículo não é inédita, ela remonta aos anos de 1930 com os Pioneiros da Educação e é retomada no contexto de hegemonia da agenda neoliberal para a educação²². Conforme o conjunto de intelectuais do capital inseridos no BM e FMI, o controle da educação deveria passar por uma reforma de gestão na perspectiva empresarial consistindo na elaboração de novas normatizações. A necessidade por um currículo único estava consolidada na LDB, apresentando já a forma de conteúdos comuns e uma parte diversificada. Porém, segundo a autora, a própria LDB permite a compreensão de que a Base Comum estava contemplada nesse documento de 1996, o que em outras palavras quer dizer, a normatização para os currículos está sustentada na LDB, não necessitando de um documento específico para tal fim.

Mesmo contemplada a discussão do currículo único, impulsionada pelas forças neoliberais, se associou a construção da normatização específica do currículo com as DCNs. A responsabilidade de coordenar os processos de elaboração desses documentos foi dividida entre o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE), encontrando barreiras importantes, pois as duas instâncias apresentavam lógicas distintas ao legislar sobre o currículo. (BONAMINO; MARTINEZ, 2002).

Os PCNs foram apresentados pelo MEC ao CNE no ano de 1996, com o intuito de serem homologados como Diretrizes Nacionais, porém, mais uma vez sua construção foi questionada pelos movimentos sociais. Macedo (2014) sintetiza as críticas ao afirmar que a

²¹ Note-se que a passagem destacada não cita direito à educação, mas sim a aprendizagem e desenvolvimento. O sentido de educação vem sendo modificado e está em disputa, trataremos o tema mais adiante.

²² No caso brasileiro esse período corresponde ao governo de Fernando Henrique Cardoso, alcançando seu ápice nos governos seguintes.

consulta pública fora feita apenas com sujeitos individuais, sem que suas respostas fossem publicizadas e sem divulgar quem foi consultado ou o que responderam à consulta. Diante dessas supostas falhas o CNE decidiu tornar os PCNs em um documento alternativo e não obrigatório, com a intenção de construir as DCNs. A autora assevera que essa posição não agradou as forças neoliberais e a demanda pela centralização do currículo não cessou, como podemos presenciar atualmente.

A esperança que envolvia a transição entre o governo de FHC para o de Lula, recém-eleito em 2003, embalava o sentimento de que as políticas para a educação seriam mais disputadas e fortaleceriam o combate contra as investidas neoliberais, no entanto, a promoção de sua qualidade agora ganhava somente o adjetivo de social²³. Sendo assim, em 2009, retorna-se a discussão sobre as DCNs e a BNCC com o Programa Currículo em Movimento, tendo como objetivo produzir os documentos apontados, culminando em 2010 com a finalização das Diretrizes pelo CNE e em 2014 foi a vez do PNE que reforçou a necessidade da Base diferenciada das Diretrizes. (IDEM, 2014).

Destarte, em 2013 retoma-se as discussões sobre a BNCC que segundo Guiomar Namó de Mello, então presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, a diferença, discutida na época, com os Parâmetros Curriculares Nacionais era que a Base teria sua aplicação obrigatória nas escolas. A presidente afirmava que a base não seria um currículo, pois essa tarefa era de responsabilidade dos estados e municípios, tratava-se de um assunto de âmbito nacional, ou seja, que irá servir de orientação para a avaliação nacional e a formação de professores²⁴. (FREITAS, 2016).

²³ Coadunando com a defesa de Motta (2012) de que os organismos multilaterais vem modificando suas políticas afim de humanizar o capitalismo, adotando e desenvolvendo a atualização da Teoria do Capital Humano agora condensada na Teoria do Capital Social que é endereçada aos países pobres como o Brasil e se expressa no acirramento das políticas neoliberais agora renovadas.

²⁴ A amplitude da incumbência da BNCC não é restrita apenas a “orientar” a formulação dos objetivos de cada componente curricular, mas interfere no conjunto da política educacional, dirigindo a Organização do Trabalho Pedagógico (FREITAS, 1995), e seus elementos essenciais como os pares dialético Objetivos/Avaliação e Conteúdo/Método, assim como os aspectos financeiros e de uma disputa dos mecanismos de hegemonia de função de direção intelectual e moral (MOTTA, 2012). A avaliação seguirá a lógica imprimida pelo OCDE a partir do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), sendo assim a formação para atingir os patamares requeridos deverá também ser modificada.

O documento seria a expressão de um projeto de país que incluía o desenvolvimento da nação, segundo Guiomar, possibilitando aos estudantes aprender a “**sobreviver no século XXI (...)**”.

Estranho seria se os termos ‘sobreviver’ e ‘século XXI’ não saltassem aos nossos olhos, juntamente com a disputa política encerrada na liderança do processo entre governo e sociedade civil. O discurso da ex-presidente encerra elementos cruciais para a caracterização do objeto, pois torna-se necessário aprofundar o entendimento do que seria uma educação voltada não mais para a formação ampliada, que fomentasse o senso crítico, mas que desenvolvesse capacidades que possibilitariam aos estudantes serem incluídos no mercado de trabalho e em uma sociedade em constante mudança e instabilidade.

O discurso do CEE do estado de São Paulo merece destaque pela influência que a ex-presidente apresenta nos estudos e políticas baseadas na avaliação e políticas de desempenho elaboradas pelo BM. Destarte, a crítica inicialmente realizada na análise desse discurso se fundamenta enquanto a primeira aproximação ao objeto desta pesquisa e tem como objetivo destacar as categorias de conteúdo que o objeto nos sugeriu. (TAFFAREL, 2005). Sendo assim, relacionar o discurso promovido pelos gestores da educação à ideologia centrada na sociedade do conhecimento, no fim da história e nos desafios impostos pelo novo milênio²⁵ é a nossa primeira categoria de análise, em outras palavras, a política do Banco Mundial para o novo milênio destinada aos países “em desenvolvimento” foi pesquisada afim de relacionar o âmbito singular da BNCC encerrado na concepção de ‘sobreviver no século XXI’ com o aspecto geral dos efeitos do imperialismo.

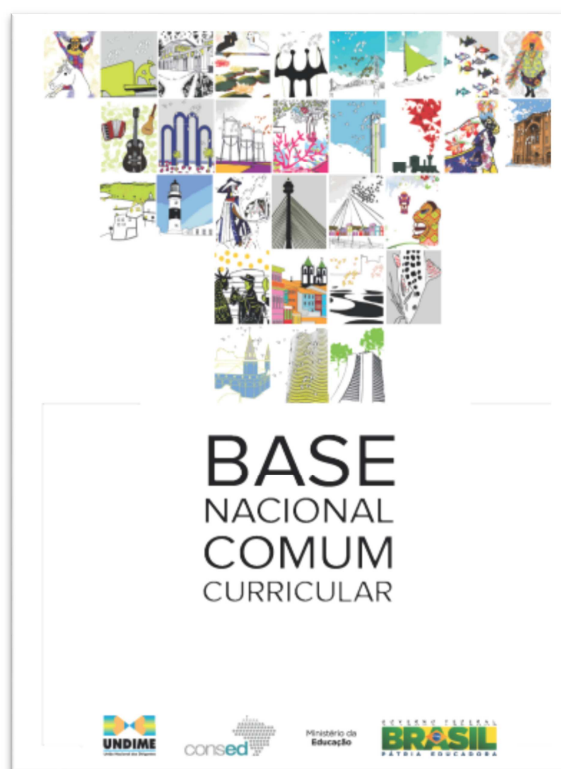
Iniciando a análise do documento oficial²⁶, encontramos três versões durante a produção desse trabalho. Atualmente, contamos com a terceira versão do documento que deverá ser avaliada pelo CNE até o final do ano de 2017. Iremos apresentar as versões separadamente visando explicitar as forças sociais que disputavam a sua construção e quais aspectos da BNCC receberam críticas.

²⁵ Os conceitos de sociedade do conhecimento e fim da história são discutidos por Francis Fukuyama e fundamentam os estudos dos organismos multilaterais que geraram as novas concepções de desenvolvimento e pobreza condensados no documento intitulado Declaração do Milênio que foi apresentado no ano 2000 no Encontro da Cúpula do Milênio das Organizações das Nações Unidas (ONU).

²⁶ Nesse primeiro momento analisamos o conteúdo dos documentos, os agentes denominados pela Undime e Consed serão apresentados posteriormente.

2.1. A primeira versão

Figura 2: Capa da 1ª versão da BNCC



Fonte: Brasil, 2015

Para elaboração de sua primeira versão foram convocados, no dia 10 de julho de 2015, 116 pesquisadores e professores e professoras da rede básica. Na elaboração desse documento preliminar estiveram envolvidos sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica (SEB), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Fórum Nacional de Educação (FNE), entre outras.

Segundo as entidades, o documento, foi elaborado a partir das contribuições de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação.

A proposta de elaboração da BNCC pelo MEC consistia na formação de comissões de especialistas e como instrumento que validasse o processo com um rótulo democrático foi desenvolvido uma consulta pública virtual, desta maneira, o portal virtual visando à consulta foi lançado em 30 de julho de 2015, possibilitando a consulta em 16 de setembro. Os prazos para a finalização da contribuição virtual tiveram como primeiro limite a data de 15 de dezembro sendo estendido para 15 de março de 2016.

A produção da BNCC está ocorrendo no núcleo do furacão das disputas políticas atuais. Sendo assim, os personagens influentes em sua composição também estão em constante modificação. A apresentação da primeira versão da BNCC que aconteceu em setembro de 2015, foi realizada por um dos ex-ministros da Educação, Renato Janine. Substituto de Cid Gomes que renunciou ao cargo, em março de 2015, depois de um desgaste com os deputados da então base aliada do governo do PT, o PMDB, principalmente na figura do ex-presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha²⁷.

A Base, segundo Janine, seria um documento estratégico que visaria à renovação e aprimoramento da educação básica, sendo que sem um forte financiamento a formação de nossos jovens estaria prejudicada. (BRASIL, 2015). No entanto, o ex-ministro não explicitou que tipo de renovação e nem o tipo de financiamento a ser privilegiado nesse novo passo da Educação Brasileira. A renovação e o tipo de financiamento almejados são melhores compreendidos quando dirigimos nossos estudos para dentro do furacão, em outras palavras, para quem e quais entidades elaboram e apoiam esta proposta²⁸.

A renovação, ainda na primeira versão do documento, aconteceria na formação inicial e continuada dos professores e, principalmente, na reformulação dos materiais didáticos. (BRASIL, 2015).

O Secretário-executivo do MEC, a essa época, foi Luiz Cláudio Costa, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no período 2008-2012. Depois de integrar a Secretaria de Educação Superior, Costa passou a fazer parte do Instituto Nacional de Estudos

²⁷ Mais sobre em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/eduardo-cunha-anuncia-demissao-do-ministro-da-educacao-cid-gomes.html>> Acesso em 29/06/2016.

²⁸ Relação que aprofundaremos no último capítulo.

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), assumiu a presidência nos anos 2012-2014 por indicação de Aloízio Mercadante e após o afastamento de Cid Gomes assumiu como Ministro interino do MEC antes da posse de Janine.

Outro cargo de destaque que influencia na elaboração da BNCC é o da Secretária da Educação Básica que a época da primeira e segunda versão do documento estava sob o comando de Manuel Palacios da Cunha e Melo. Palacios é professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd. Tem experiência na área de avaliação de sistemas, instituições e programas educacionais.

É imprescindível destacar os cargos assumidos por essas figuras e sua relação com órgãos, estudos e pesquisas direcionados para a elaboração de sistemas de avaliação censitária e por desempenho. Defendemos existir uma defesa de interesses na escolha dos cargos assumidos no MEC que preferencialmente estejam relacionado com a produção do conhecimento que fundamente uma educação de qualidade baseada em evidências quantitativas. Sendo assim, não é por acaso que a BNCC desde sua primeira versão já apresente elementos que condicionam os objetivos elaborados com a avaliação censitária e com políticas salariais de desempenho.

A primeira versão da BNCC foi superada com o desenvolvimento das versões posteriores, no entanto, consideramos essencial apresentar alguns elementos desse documento, pois consideramos tratar-se de uma expressão concreta e contraditória da direção promovida por Palácios, Costas, as entidades, ou melhor dizendo, das forças políticas em disputa na formulação da Base.

O documento preliminar contava em sua capa o apoio explícito da Codime e Undime, encontrávamos também a descrição dos cargos e quem os ocupava. Com essa descrição foi possível estabelecer nexos sobre a confluências de interesses nos cargos assumidos nessas “ONGs” e instituições estatais, contradição que abordaremos ao final do capítulo.

Com quase 300 páginas, a BNCC abarcava desde o Ensino Infantil ao Ensino Médio. Sendo um de seus princípios norteadores a construção de percursos de aprendizagem e desenvolvimento que pudessem garantir o direito à educação. As concepções de educação, escola e conhecimento não estão explícitas, no entanto, podemos inferi-los a partir dos

objetivos determinados a serem alcançados pelos estudantes. Entre esses objetivos destacamos:

experimental e desenvolver habilidades de trabalho; se informar sobre condições de acesso à formação profissional e acadêmica, sobre oportunidades de engajamento na produção e oferta de bens e serviços, para programar prosseguimento de estudos ou ingresso ao mundo do trabalho; (BRASIL, 2015, p.8).

O utilitarismo e pragmatismo ficam estampados na concepção de educação adotada. A atuação dos estudantes das escolas públicas fica restrita a obtenção de empregos e na oferta de bens e serviços, não se discute a produção do conhecimento ou a própria precarização desses postos de trabalho. Exige-se que os estudantes possam produzir, evitando, em última instância, o desperdício de mão-de-obra.

Encontramos ainda a afirmação de que “A escola não é a única instituição responsável por garantir esses direitos, mas tem um papel importante para que eles sejam assegurados aos estudantes.” (BRASIL, 2015, p.9). No documento, de forma geral, não foi tratado qual seria o papel social da escola, mas a adoção da lógica empresarial não está descartada, pois para que a escola possa cumprir seu papel o documento sugere que ela mobilize recursos de todas as áreas do conhecimento e dos componentes curriculares de forma articulada e por um percurso progressivo²⁹.

O papel da escola será cumprido caso os estudantes, professores e outros envolvidos desenvolvam a capacidade de linguagem, de se comunicar, sendo ela um “ambiente de vivência e de produção cultural” (Idem, p.10). Essa concepção de escola se aproxima ao que a pós-modernidade defende, uma escola onde a produção de cultura e saberes está acima do acesso ao conhecimento científico elaborado. A formação voltada para compreender e utilizar a tecnologia pode ser relacionado com a necessidade de formar trabalhadores das novas fábricas, dos serviços e bens, já citado anteriormente no documento.

O destaque contraditório da primeira versão da BNCC, a nosso ver, é a criação do setor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo organizar

²⁹ Apresentamos como proposta antagônica ao percurso metodológico progressivo típico de abordagens tecnicistas o percurso em espiral ascendente desenvolvido também pela Pedagogia Histórico-Crítica. Saber mais em VIGOTSKI, Lev Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

atividades de forma complementar a escolarização regular, voltada para estudantes com deficiência, transtornos e os com “altas habilidades”, os chamados super dotados. Nos salta os olhos, pois para diagnosticar tais crianças é preciso uma avaliação censitária, o que pode prejudicar quem não alcança a meta, mas privilegia os estudantes que sobressaem, proporcionando um novo nicho de atuação empresarial para uma educação “privilegiada”.

Seguindo na descrição de como funcionaria o AEE³⁰, é apresentado os aparelhos tecnológicos que poderão ser utilizados para o trabalho com estudantes deficientes e também os superdotados. Entre eles estão leitores de tela, teclados alternativos, scanner com voz, sintetizadores de voz, etc. Consideramos esse elemento como a criação de demanda para as empresas educacionais, abre-se uma necessidade que deve ser suprida, assim como com os materiais didáticos. Uma necessidade que está sendo criada e imposta sem que os resultados sejam modificados, beneficiando apenas o ramo das empresas de tecnologia.

“A BNC é constituída pelos conhecimentos fundamentais aos quais todo/toda estudante brasileiro/a deve ter acesso para que seus **Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento sejam assegurados.**” (BRASIL, 2015, p.16 grifos meus). O documento é enfático a defender o direito de aprendizagem ao invés do direito ao acesso do ensino público, gratuito e de qualidade. Muda-se o foco o universal da qualidade da estrutura e organização escolar, da valorização da profissão docente e do acesso ao conhecimento científico para um direito particular de aprender e desenvolver em uma escola organizada empresarialmente, contando com testes censitários padronizados e com atividades especiais para quem se destacar. Esse elemento vem se repetindo em toda a trajetória da BNCC.

A primeira versão do documento apresenta implicitamente uma concepção de educação, de escola, conhecimento e organização escolar fundamentada em princípios individualistas e que reforçam a Teoria do Capital Social a partir da responsabilização dos estudantes e professoras pela inclusão ou não no mundo do trabalho, propiciando demandas a empresas educacionais de avaliação, materiais didáticos e formação de professores. O novo elemento de contradição se remete as entidades que se apresentam como defensoras dos direitos dos estudantes, como a UBES. É importante ressaltar que foi durante o governo do PT que retornou-se a elaboração de uma base curricular e que essa entidade, desde então vem auxiliado e se posicionado no campo de defesa da construção da Base, ignorando o conflito

³⁰ Essa proposta é dissolvida nas próximas versões, mas sua aparição sustenta a elaboração de tendências futuras para uma maior fragmentação da educação pública e de qualidade.

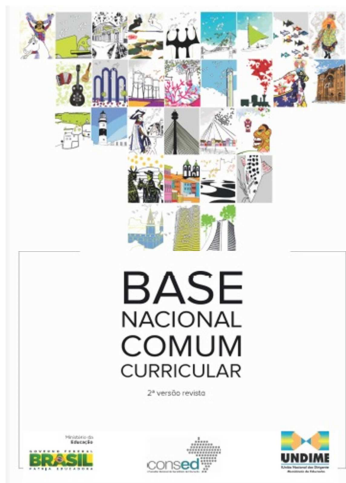
de interesses da burguesia internacional, a partir do BM, da burguesia nacional e sua relação com a sociedade civil e os governos.

Avancemos, o furacão político não diminuiu em nada e depois de cinco meses na pasta da Educação, Renato Janine é demitido pela presidente em setembro de 2015. A saída de Janine foi consubstanciada como resultado de uma reforma ministerial, essa reforma, por sua vez, aconteceu visando a governabilidade do PT no Planalto. Para assegurar o poder e a possibilidade de continuar com os planos de conciliação de classes o PT deixou de realizar alianças com a classe trabalhadora, alianças essas que fundamentariam a legitimidade de seu governo. Contando com um governo legítimo, suas políticas e decisões seriam apoiadas e defendidas por essa parcela da população, caracterizando o que Luíza Erundina (informação verbal³¹) classifica como um governo radicalmente democrático, garantindo assim a governabilidade. No entanto, a tentativa de assegurar a governabilidade se deu por alianças com o PMDB, PP, PR, partidos históricos de defesa do capitalismo, sendo a raiz do problema não somente o processo de aliança em si, mas a modificação no programa do partido. (GENRO; ROBAINA, 2006). Ao contar com tais alianças Dilma demite Janine, retorna com Aloizio Mercadante que era ministro na Casa Civil para o MEC.

³¹ Fala realizada na propaganda partidária do PSOL no dia 21/06/2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PJ-yqajt3yw>> Acesso em 15 de ago. 2016.

2.1.1. Segunda versão

Figura 3: Capa da 2ª versão da BNCC



Fonte:Brasil, 2016

A segunda versão foi apresentada pelo ex-ministro do MEC, Aloizio Mercadante, no dia 3 de maio de 2016³². Apesar da troca de ministro, os cargos na Secretária Executiva e na SEB se mantiveram com Costa e Palácios, respectivamente.

O documento contava com os logos das entidades responsáveis por sua elaboração, a saber, MEC, Consed e Undime. Ainda na introdução do documento era possível encontrar, ao longo de 17 páginas, os nomes, cargos e entidades de todas as áreas do conhecimento, revisores, especialista que construiriam a Base.

A BNCC apresentava uma linguagem simples e de fácil leitura, a despeito de sua extensiva descrição dos objetivos e a falta de explicitação de conceitos centrais. Ela era composta por sete capítulos, os quais podem ser agrupados em cinco pontos. A Introdução é o primeiro ponto, composta: a) Sobre a Construção de uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil; b) Princípios da Base e Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento; c) A

³² Importante destacar que o afastamento da presidente Dilma ocorreu em 12 de maio, iniciando o processo de impedimento culminado em agosto do mesmo ano, dando origem as mudanças também no MEC.

BNCC e as etapas de escolarização. Em seguida é apresentado os capítulos referentes às etapas, as áreas de conhecimento e os componentes disciplinares: d) Etapa do Ensino Infantil; e) Etapa Ensino Fundamental Anos Iniciais; f) Etapa Ensino Fundamental Anos Finais e por fim, g) Etapa Ensino Médio, totalizando 675 páginas.

O primeiro capítulo era intitulado “Sobre a Construção de uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil”. Em suas alegações iniciais, quase que imediatamente, encontramos um ponto de divergência entre a posição do governo e a posição de uma parcela da comunidade da educação, representada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), entre outras.

O presente documento, fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira em geral, apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. Apresenta-se, aqui, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. (MEC, 2016, p.24).

A polêmica sobre o dito amplo processo de debate culminou na realização do Colóquio Nacional “A Base em Questão: desafios para a educação e o ensino no Brasil”, realizado no dia 25 de abril de 2016 no Rio de Janeiro³³. Onde inúmeras entidades, entre elas a ANPEd, se posicionaram contra a metodologia utilizada pelo Ministério da Educação, pois ao invés de organizarem debates públicos, o MEC elegeu a escuta de especialistas convidados apoiada em uma consulta virtual em detrimento da promoção de amplos debates e contribuições da sociedade.

As entidades criticam a forma como a discussão sobre a Base vem sendo desenvolvida. A centralidade na consulta virtual apresenta contradições e limitações para desenvolver uma discussão mais ampla que expresse os interesses da ampla maioria da população e, a nosso ver, manifesta a influência da ideologia hegemônica impressa pelos organismos internacionais e suas políticas de contenção da crise do capital.

³³ Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi tema de debate entre associações científicas em colóquio promovido pela ANPEd; novo documento será entregue ao CNE esta semana pelo MEC. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debate-entre-associaoes-cientificas-em> Acesso em 9 de maio e 2016

Retomando o estudo da BNCC, segue a passagem que explicita a concepção de educação,

[...] como direito [que] abarca as intencionalidades do processo educacional, em direção à garantia de acesso, pelos estudantes e pelas estudantes, às condições para seu exercício de **cidadania**. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresentados pelos componentes curriculares que integram a BNCC, referem-se a essas intencionalidades educacionais. (Idem, 2016, p.24-25).

Verificamos que o conceito de educação é apresentado de forma limitada aos direitos individuais e coletivos, capacitando ao exercício da cidadania (BRASIL, 2016, p.25-26). Uma concepção de educação que historicamente é criticada pelos movimentos sociais e intelectuais contra hegemônicos, porém foi a grande exposição, ao longo de todo o documento, do termo cidadania que mais suscitou questionamentos. Em caráter inicial, podemos criticar a concepção de educação relacionada com cidadania, pois essa relação não questiona a fundo o tipo de sociedade que estamos desenvolvendo e nem as características desse cidadão. Propõe uma aceitação frente à realidade, um enquadramento ao *status quo*, ou como MOTTA (2012) assevera fundamenta uma educação para o conformismo, portanto, desvelar a raiz que sustenta a categoria cidadania nesse documento se configura como a nossa segunda categoria a ser analisada no próximo capítulo.

Avançando na leitura do documento para seu segundo capítulo, denominado “Princípios da Base Nacional Comum Curricular e Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento”, encontramos pela primeira vez, a descrição do conceito de direito de aprendizagem e desenvolvimento:

Aprendizagem e desenvolvimento são processos contínuos que se referem a mudanças que se dão ao longo da vida, integrando aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e cognitivos³⁴. Ao tratar **do direito de aprender e de se desenvolver**, busca-se colocar

³⁴ A integração desses aspectos conforma os ditos aspectos socioemocionais, conceito que está sendo defendido por Viviane Senna com parceria de seu Instituto Senna com a OCDE e a Prefeitura do Rio de Janeiro na elaboração de uma avaliação de habilidades socioemocionais. Segundo Freitas, o MEC divulgou que irá incluí-las na Base Nacional Comum (e portanto nas avaliações). O autor assevera que ao “incluir nas avaliações de larga escala esta exigência [habilidades socioemocionais] sem alterar as relações internas na escola, o que se obterá é um incentivo ao ensino direto para efeito de desempenho em testes, pois uma das maiores dificuldades de todas as reformulações educacionais é exatamente mudar a forma de organização escolar. Como nossa Base Nacional Curricular é destinada a promover avaliação para responsabilizar, o efeito de tal padronização será desastroso.” Para saber mais < <https://avaliacaoeducacional.com/2017/01/18/habilidades-socioemocionais-e-organizacao-escolar/>> Acesso em 25 de janeiro de 2017.

em perspectiva as oportunidades de desenvolvimento do/a estudante e os meios para garantir-lhe a formação comum, imprescindível ao exercício da **cidadania**. (BRASIL, 2016, p.34, grifos nossos).

Apesar de não tornar explícito a teoria de desenvolvimento humano em que se fundamenta a Base, podemos inferir que a aprendizagem e desenvolvimento são tomados como processos que ocorrem invariavelmente em nossas vidas, quase exclusivamente naturais. Sempre relacionado ao exercício da cidadania. Esses direitos se explicitam em relação aos princípios éticos, políticos e estéticos, nos quais se fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais e devem orientar uma “educação básica que vise à formação humana integral, a construção de uma **sociedade mais justa**, na qual todas as formas de **discriminação, preconceito e exclusão sejam combatidas**”. (BRASIL, 2016, p.34, grifos nossos).

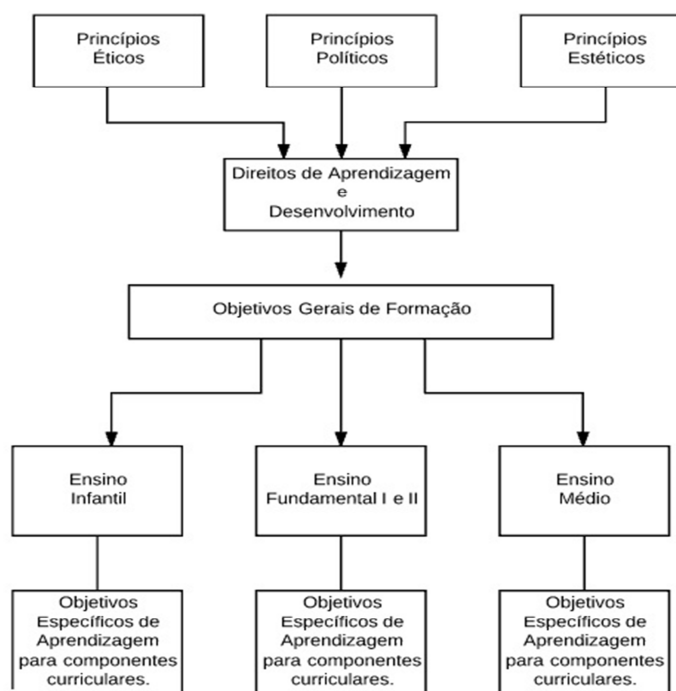
Freitas (1987) assevera a necessidade de explicitar o tipo de sociedade a qual se intenta construir, a partir da categoria projeto histórico, teoria educacional e pedagógica. Uma sociedade mais justa, como o documento qualifica, não necessariamente vai alterar a conformação atual de socialização dos meios de produção e a não exploração dos seres humanos pelos mesmos, problemas que em última instância conformam a sociedade de classes que vivemos. (MARX, 2008). Destarte, a ideologia que fundamenta a criação de uma sociedade mais justa e o combate à discriminação precisa ser melhor analisado, superando a aparência de progressista para realçar os nexos com a política para o novo milênio desenvolvida pelo Banco Mundial.

Sinteticamente, o conceito de projeto de nação vislumbrado pelo governo será norteado pela formação humana e deverá ser coordenada a partir de propostas curriculares fundamentadas no **direito de aprendizagem e ao desenvolvimento**. Percebe-se que não mais se trata de direito a educação ampliada, pública e de qualidade, mas sim de uma fragmentação da educação a seus aspectos mais instrumentais, denominados de aprendizagem e desenvolvimento, relação que se desdobra a partir das categorias anteriormente elencadas, ou seja, das políticas para o novo milênio, da educação voltada para a cidadania. Sendo assim, consideramos que o direito de aprendizagem e ao desenvolvimento também apresenta nexos com as outras categorias, e portanto, será desenvolvida a posteriori a sua análise.

Prosseguindo na leitura, nos deparamos com o detalhamento da categoria direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, a qual se fundamenta em outros três princípios, a saber,

princípios éticos, políticos e estéticos. A partir do detalhamento desses três princípios da categoria apontada, definem-se os objetivos gerais de formação para cada etapa da escolarização, e conseqüentemente, os objetivos específicos de cada componente curricular.

Figura 4 – Organograma das principais categorias da BNCC



Fonte: Elaborada pela autora.

A produção e aprofundamento do organograma nos auxilia a compreender os possíveis nexos entre a elaboração e delimitação de certos princípios com a concepção de um projeto histórico, projeto de nação e de cidadania que segundo nossa hipótese está balizado pelas orientações do BM. Os princípios elencados no documento expressam a concepção de mundo e de formação humana de uma determinada classe social e ao influenciar os objetivos específicos de cada disciplina incidem diretamente na vida da maioria da população. Portanto, ao desvendarmos quais interesses produziram os princípios que subsidiam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os objetivos gerais de formação e seu real significado, poderemos criticar o objetivo geral e a validade da BNCC.

Mercadante apresentou a segunda versão em maio de 2016, porém poucos dias após a divulgação a ex-presidente Dilma é afastada. Michel Temer ao assumir o interino cargo convoca José Mendonça Bezerra Filho para o MEC. Mendonça Filho é *administrador de empresas*, filiado ao Democratas (DEM), formado em *Administração de Empresas* pela Universidade de Pernambuco e fez o curso de Gestão Pública pela Kennedy School, Escola de Governo da Universidade de Harvard (EUA). Foi secretário-executivo do Pacto 21, um conselho formado por empresários, intelectuais e universidades para discutir projetos estruturadores para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do estado. Assumiu o cargo de governador em 2006, após Jarbas Vasconcelos disputar a eleição para senador, durante seu mandato foi o responsável pela criação do primeiro ciclo de 23 escolas integrais em Pernambuco e como prioridade assumiu um empréstimo do Banco Mundial para a área de Educação.

Mendonça Filho não substituiu imediatamente Manuel Palácio do SEB e nem Luiz Cláudio Costa da Secretária-executiva do MEC, como era de se esperar em uma transição truculenta como o impedimento da presidente. A troca veio a ocorrer no final de maio, passando a ocupar o cargo no SEB o vice-presidente do Consed, Rossieli Soares da Silva que estava na Secretaria do Estado do Amazonas, responsável por projetos como o *Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas*, o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam) e o Professor na Era Digital. Maria Helena Guimarães de Castro assume a secretária-executiva, a “educadora” atuava como diretora-executiva da *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados* (Seade), de São Paulo, por três anos. Faz parte da comissão técnica do *Movimento Todos Pela Educação*, além de ser uma das sócias-fundadoras do movimento, assim como foi *presidente do Inep* entre 1995 e 2001 e secretária estadual de Educação de São Paulo na gestão de José Serra (PSDB), em 2007.

Importante frisar que tanto a mudança de governo, como a mudança dos sujeitos em seus altos cargos de poder não modificaram o foco de tornar a BNCC um documento que “inove” relacionando a avaliação censitária com políticas de desempenho. Os novos ministros, secretários-executivos e presidentes do SEB apresentam íntima relação e “know-how” nos estudos sobre avaliação e institutos, como o Inep. Apesar do impedimento da presidente, os nomes trocados e um novo governo, os ataques a educação a partir do controle da avaliação e construção de políticas “inovadoras” baseadas no desempenho continuaram se aprofundando. Assim como o protagonismo das ONGs, reforçando a tese de que o PT vem

reproduzindo políticas semelhantes às que criticaram antes de assumirem o poder em 2003. Sinalizando um avanço das forças gerais do capital sob a social-democracia.

Durante os meses de julho e agosto deveriam ocorrer Seminários Estaduais, etapa que pretendia finalizar a construção do documento antes de encaminharem ao CNE para aprovação. Entretanto, as mudanças promovidas pelo governo ilegítimo nos cargos de ministros, e a tentativa de transferir a responsabilidade de formulação do MEC para o Congresso Nacional, assim como a resistência dos movimentos sociais veio inviabilizando a realização dos seminários.

2.1.2. Terceira versão

Figura 5: Capa da terceira versão da BNCC



Fonte: Brasil, 2017.

O início de 2017 marcou a reorganização do governo ilegítimo e das relações intra burguesia nacional possibilitando a realização do seminário ocorrido nos dias 25 e 26 de janeiro para apresentação da terceira versão do documento. Representantes do CNE, Consed, Undime se reuniram na sede do Inep para a realização do evento organizado pelo MEC, onde detalharam as modificações documento. Nem os estudantes, professores e nem a população souberam das alterações apresentadas.

Fora um evento exclusivo para os próprios elaboradores da proposta, estavam presentes figuras representativas da confluência de interesses no âmbito da sociedade política e seus cargos no governo e da sociedade civil e seus cargos em associações civis. Apresentaremos alguns nomes e suas relações:

Eduardo Deschamps, presidente do CNE (ex-presidente e atual vice do Consed), possui graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já trabalhou como *docente avaliador INEP* e atualmente está filiado ao Partido Social Democrático (PSD)³⁵.

Maria Helena de Castro, secretária executiva MEC, socióloga e Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, membro do Comitê Científico da *Associação Brasileira de Avaliação Educacional/ABAVE*. Foi membro do Comitê Técnico do "Todos pela Educação". Participou do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular. Participou também de vários comitês internacionais ligados à educação na UNESCO e na OCDE³⁶.

Rossieli Soares da Silva, secretário do SEB, graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (2003), com destaque para experiência na área de Planejamento educacional e *avaliação educacional*, atuou como Diretor de Planejamento, Secretário Executivo de Gestão da Secretaria de Estado da educação e *Qualidade de Ensino do Amazonas*³⁷.

Maria Inês Fini, presidente do INEP e consultora do Banco Mundial, especialista em *Currículo e Avaliação*, com experiência em Gestão Educacional na Educação Básica e

³⁵ Para saber mais: < <http://psd-sc.org.br/2015/09/secretario-de-educacao-eduardo-deschamps-entra-para-o-psd-de-santa-catarina/>> Acesso em 27 de abril de 2017.

³⁶ Para saber mais: < <https://www.escavador.com/sobre/1267329/maria-helena-guimaraes-de-castro>> Acesso em 27 de abril de 2017.

³⁷ Para saber mais: < <https://www.escavador.com/sobre/6508091/rossieli-soares-da-silva>> Acesso em 27 de abril de 2017.

Superior. De 2003 a 2006, desenvolveu e coordenou projetos para a implantação *de Sistemas de Avaliação em larga escala* para sistemas de ensino, prefeituras e secretarias de estado da educação³⁸.

Aléssio Costa Lima, ainda presidente da Undime, professor Auxiliar do Curso de Administração da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 1998. Atualmente, desde 2003, é Orientador da Célula de *Pesquisa e Avaliação Educacional* da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará - SEDUC³⁹.

Maria Cecília Amêndola da Motta, presidente do Consed, pedagoga com Habilitação *em Administração Escolar* pela Universidade do Oeste Paulista (1980), Membro do Comitê Municipal Compromisso *Todos pela Educação* em 2007-2012, e vice-presidente do Consed/Região Centro Oeste. Atualmente, ocupa o cargo de Secretária de Estado de Educação.

Priscila Cruz, fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação. Graduada em Administração (FGV) e Direito (USP), mestre em Administração Pública (Harvard Kennedy School).

Denis Mizne, CEO da Fundação Lemann e representante do Movimento pela Base, fundador da ONG Instituto Sou da Paz.

E por fim, mas não menos importante, **Manuel Palácio** estava presente na apresentação da BNCC enquanto coordenador da primeira versão, apesar de não mais compor o SEB. Sua presença no seminário demarca a relevância política dos interesses que Palacios defende, relacionados, a nosso ver, com a concepção de educação elaborada pelo BM.

São apenas nove pessoas e cargos que demonstram, ao aprofundarmos nossas análises para além da aparência, as espúrias ligações e relações entre entidades privadas como a Fundação Lemann e instituições do âmbito público. O conflito de interesses é nítido, todos os representantes tem influências, de maior ou menor grau, de estudos sobre a avaliação e

³⁸ De 2007 a 2010, criou e coordenou o Projeto São Paulo Faz Escola, responsável pela reestruturação do currículo e do sistema de avaliação SARESP da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Para saber mais: < <https://www.escavador.com/sobre/6580038/maria-ines-fini> > Acesso em 27 de abril de 2017.

³⁹ Mais em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4262431T0> Acesso em 27 de abril de 2017.

administração da educação, relação com o Banco Mundial e aplicação de políticas de desempenho indexadas a método avaliativos censitários.

As influências desses atores e da correlação de forças para a reorganização da crise política e econômica do país proporcionaram modificações no documento apresentado em janeiro e sua versão recém lançada para a população em geral em abril de 2017. A atual polêmica está ao redor da retirada dos termos de identidade de gênero e sexualidade.

Uma nota do MEC afirma que a retirada dos termos foi feita para “evitar redundâncias” e que não “comprometeram ou modificaram os pressupostos”. Na apresentação do documento, a secretária executiva do MEC Maria Helena Castro não respondeu de forma convincente a tais questionamentos, segundo a secretária “Não queremos nem ser contra nem a favor. Somos a favor da pluralidade”. As mídias tradicionais afirmam que antes de alterar a redação do documento o ministro da educação Mendonça Filho e o presidente Michel Temer se reuniram com a Frente Parlamentar Evangélica, sendo esse encontro o motivo para o retrocesso na redação do documento. Os parlamentares apelaram contra o que chamaram de “teoria sociológica que desconsidera a realidade biológica dos adolescentes”.

O CNTE⁴⁰ elaborou uma moção de repúdio contra a retirada dos termos da BNCC e se soma aos esforços de outras entidades e ONGs que também destacam o novo ponto negativo do processo. O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)⁴¹ embora defenda globalmente uma avaliação positiva do documento, considera um retrocesso a retirada do trabalho pedagógico com questões de gênero e de orientação sexual.

O atual conjunto de críticas da terceira versão da BNCC continua questionando a forma como o conteúdo do documento vem sendo elaborado, não há enraizamento das críticas voltadas para o protagonismo das associações civis, ONGs em sua construção, tão pouco a

⁴⁰Moção de Repúdio à proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, apresentada pelo MEC, que retira as expressões “orientação sexual” e identidade de gênero” de seu texto. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/mocoos/18239-mocao-de-repudio-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-apresentada-pelo-mec-que-retira-as-expressoes-orientacao-sexual-e-identidade-de-genero-de-seu-texto.html> Acesso em 15 de maio de 2017.

⁴¹Cenpec lamenta modificações na 3ª versão da Base. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/2017/04/07/cenpec-lamenta-modificacoes-na-3a-versao-da-base/> Acesso em 15 de maio de 2017.

procura de nexos dessa influência com a forma e o conteúdo da BNCC em si. As forças sociais que disputam a BNCC concentram divergências apenas na aparência do documento em si, como o ocorrido com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) que criticou a Base pela retirada do componente curricular da Educação Física, entretanto, logo ao retornarem com o componente para a grade curricular, as críticas se cessaram⁴².

A disputa pela BNCC apresenta uma estável conformação das forças políticas envolvidas, em sua maioria aprovam a elaboração do documento, divergindo apenas na forma do documento em si. Não há espaços contra hegemônicos em evidência, as críticas à condução do processo de forma anti democrática e concentradas nas resoluções do BM e Unesco que se expressa na influência das associações civis Codime e Undime não estão sendo exploradas por movimentos estudantis autônomos ou não, ONGs, coletivos. As forças contra hegemônicas não tem visibilidade na composição de forças em nenhum dos aparelhos, tanto governamental ou misto. Por isso a fragilidade da discussão ainda concentrada nos conteúdos em si do documento e não sua concepção de educação voltada para o conformismo e cumprimentos das metas desenvolvidas pelo BM para os países dito em desenvolvimento

Nas versões antigas do documento havia a apresentação dos nomes e entidades dos pesquisadores, revisores, especialistas, membros do Consed e Undime que conformaram a construção da BNCC. Foram 17 páginas com os nomes, localidades e entidades. Uma expressão positiva de acesso a informação, no entanto, a terceira versão não conta mais com esse detalhamento.

Foi retirado também os logos do MEC, Consed e Undime da capa da BNCC, podendo caracterizar uma tentativa de dirigir a atenção ao conteúdo específico do documento, para não suscitar questionamentos de quem por trás está dessa concepção de currículo único. O Consed e Undime são citados como parcerias e uma novidade é a declaração de apoio do Movimento pela Base, um dos braços do Movimento Todos Pela Educação.

Segundo declarações do MEC, o Ensino Médio foi retirado dessa versão, pois será preciso outra revisão por conta da aprovação da MP 746 sobre a Reforma do Ensino Médio. A

⁴² Carta aberta do Fórum em defesa da Educação Física entregue ao Congresso Nacional Brasileiro. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/noticias-detalle.php?id=1173> Acesso em 15 de maio de 2017.

previsão é que a revisão seja encaminhada ao CNE no segundo semestre de 2017. O Ensino Religioso também foi retirado dessa última versão, causando uma comoção desse setor⁴³.

O documento reafirma que:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e **progressivo de aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (...) e indica **conhecimentos e competências** que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade (BRASIL, 2017, p.7, grifos nossos).

Todavia não é tornado explícito a fundamentação teórica, porém é possível inferirmos ao analisarmos as três versões, uma repetição e aprofundamento da categoria de aprendizagens essenciais que os estudantes tem o direito de desenvolver, retornando para o debate sobre o desenvolvimento de capacidades e competências subsidiada pelas teorias escolanovistas da educação⁴⁴.

Aprofundando a crítica sobre o conteúdo da BNCC encontramos a expressão do controle que a BNCC poderá exercer sobre o trabalho pedagógico, tornando-o quantificável e passível de avaliação pode ser exemplificado pelo próprio documento:

⁴³ Manifesto contra a exclusão do ER da 3ª versão da BNCC. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=1924> Acesso em 15 de maio de 2017.

⁴⁴ Para saber mais: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm> Acesso em 27 de abril de 2017.

Figura 5: Exemplo de código alfanumérico descritivo das habilidades:



Fonte: Brasil, 2017, p. 28

Na habilidade de uma certa aula localizada em uma certa Unidade Temática poderemos ler uma frase que sintetizará o objetivo da aula em si. A frase é bem sintética, sempre iniciada com um verbo seguido de complementos. Citamos como exemplo o conteúdo da dança, no componente da Educação Física para os 1º e 2º anos. “(EF12EF12) Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário e regional, valorizando-as, sem preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2017, p. 185). A BNCC explica como deve ser feita a leitura da frase para que nós possamos compreender como deveremos trabalhar em sala de aula.

A delimitação dos objetivos alinhada com as avaliações e punições tornará inevitável certo percurso de aula. Podemos nos escusar pensando que os documentos oficiais nunca alcançaram a nossa prática diária nas escolas, porém, salientamos, pois, que ela será cobrada nos processos avaliativos decorrentes da política de desempenho. Surpreendentemente, ao avançarmos na leitura ainda com o pressentimento de que não seremos mestres de nossa própria aula, deparamo-nos com “Ainda assim, as habilidades não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à opção por abordagens ou metodologias.” (Idem, p.28). Consideramos essa defesa da BNCC como um recurso discursivo para amenizar ou defender que o documento e a educação do Banco Mundial promove a pluralidade de conhecimento, tornando opcional as abordagens ou metodologias eleitas pelas professoras.

A liberdade da elaboração das professoras é colocada, novamente, em questão com o avançar da leitura da BNCC. Ao apresentarem a área de conhecimento denominada de Linguagem fica explícito o embasamento teórico fundamentado na Semiótica, mesmo não tornando explícito a filiação a essa teoria do conhecimento. Ao defrontarmos com uma BNCC que delimita objetivos, porém “permite” a liberdade de escolha garantida pela opção da professora poder se fundamentar em uma ou outra abordagem ou metodologia não nos parece convincente. Ao delimitarmos uma área de conhecimento as metodologias encontrarão discordância na elaboração do objetivo em si, a organização do trabalho pedagógico deve seguir uma coerência interna (FREITAS, 1987).

Freitas (2017) sistematiza as críticas voltadas para a alta elaboração das escritas das habilidades que deverão ser trabalhadas na BNCC. O autor questiona o controle da avaliação a partir dos códigos das habilidades que ele denomina de DNA de cada objetivo específico. Freitas promove um salto da crítica do controle das abordagens e metodologias a partir do chamado DNA dos objetivos, para sua implicação geral na avaliação de desempenho como o ENEN e na política salarial. Ele elabora tendências de como poderão ser os efeitos do DNA da habilidade e sua aferição em provas censitárias, ou seja, o DNA é um instrumento que torna possível categorizar as provas realizadas por estudantes, professores a partir das respostas dadas a cada DNA. Para solucionar o futuro problema de desempenho, Freitas (2017), acredita que as professoras poderão se concentrar em estudos das provas anteriores visando o maior aproveitamento de seus estudantes, pois, em última instância, o desempenho dos estudantes balizará o tamanho de seu salário.

A defesa governamental e das entidades da sociedade civil responsáveis pela BNCC tentam assegurar que o documento não limitará a atuação individual de cada professora, porém ao ultrapassarmos a barreira da imediaticidade do objeto, saltamos dos aspectos particulares da organização do trabalho pedagógico que se mostram convincente por conta de sua organização da aprendizagem precisa, passando pelos elementos políticos da disputa em torno do documento, chegando aos aspectos gerais encarnados nos interesses que o Banco Mundial defendem, em nome de grandes nações, e suas intenções com países que contam com uma grande quantidade de mão-de-obra disponível, recursos ecológicos e como estão transformando a educação aos moldes de seus interesses.

Finalmente, fica explícito o papel do MEC em mediar a relação das entidades Consed e Undime e o governo representado pelo CNE. Ao MEC foi atribuído o papel de encaminhar

as discussões e elaborações teóricas subsidiadas pelas associações civis ao governo brasileiro. Não coube ao MEC a promoção de espaços de debates, formulação e questionamento da existência da BNCC. Consolidando o caráter não público desse documento.

Sendo assim, avançaremos para exposição dos agentes, ou melhor dizendo, das entidades que constam⁴⁵ como “colaboradores” na construção da BNCC.

⁴⁵ Ilustrado na figura 1.

2.2 AGENTES MISTOS DE HEGEMONIA DA BNCC

UNDIME

Figura 7: Sítio da Undime.



n

Fonte: undime.org.br

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, foi fundada em 10 de outubro de 1986, a julgar pelo nome pensamos ser uma organização pública, no entanto, ela se configura uma associação civil, pessoa jurídica de **direito privado**, sem fins lucrativos, e autônoma frente aos governos, partidos políticos, credos e a outras instituições. Apresenta autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede em Brasília/ DF. Sua missão é “(...) integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com **qualidade social**”, fundamentada nos princípios de “gestão democrática na **construção de consensos**” pautadas na transparência e ética. (UNDIME, 2017, grifos nossos). Tem como finalidade coletar, produzir e divulgar informações relativas a ética, **cultura de paz, cidadania, direitos humanos, democracia**, educação, a partir de um planejamento integrado e participativo.

A associação Undime tem como atual presidente Alessio Costa Lima, formado em *Administração de Empresas* pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em *Gestão Escolar* pela Universidade Estadual do Ceará, mestre em Políticas Públicas pela UECE (2007). Desde 2003 é orientador da célula de *Pesquisa e Avaliação Educacional* da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará - SEDUC. Como a confluência entre cargos nos aparelhos estatais e privados é frequente, Alessio tomou posse como Conselheiro da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE em 2016, ainda durante o governo de Dilma e ratificado no governo de Temer.

A cerimônia de posse foi presidida pelo ministro da Educação, Mendonça Filho que nomeou algumas prioridades que a educação brasileira deve desenvolver, como melhorias nas políticas públicas referentes à formação de professores; reformulação do Ensino Médio; implementação da escola em tempo integral; e a Base Nacional Comum Curricular⁴⁶.

A Undime é formada por dirigentes municipais de educação de 5.570 municípios brasileiros, atuando diretamente na formação e condução política a partir da participação em reuniões e fóruns nacionais, de todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas. Esses cargos não são eletivos para os representantes do governo, porém a entidade permite membros honorários, ou seja, pessoas que tenham, reconhecidamente, colaborado para o aprimoramento da educação pública municipal. Ampliando a característica da entidade para aglutinar atores da esfera estatal e também privada.

As parcerias se apresentam enquanto outro elemento que amplia o escopo de atuação da entidade confluindo interesses do governo e da sociedade civil. Segundo o site da Undime, são contratadas a partir do interesse comum ao controle do processo educacional e figuram entre elas “sindicatos, confederações, associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil”. As instituições estatais também conformam o grupo de parceiros, sendo assim a entidade tem relações com as três esferas do poder público, segundo o estatuto, visando contribuir com a “formulação, promoção e acompanhamento de políticas nacionais de educação”.

⁴⁶ Para saber mais: < <https://undime.org.br/noticia/12-07-2016-09-20-presidente-da-undime-toma-posse-no-conselho-nacional-de-educacao>> Acesso em 5 de maio de 2017.

Entre as parcerias institucionais despontam o Unicef, Itaú Social, Instituto Natura e entre outros, e parceiros da UNESCO, Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), Todos Pela Educação, Consed, Fundação Victor Civita e mais⁴⁷.

Fundamentada nas relações estabelecidas com outras empresas e o poder público a Undime apresenta seus objetivos, figuram entre eles:

PROMOVER a ética, **a cultura de paz, a cidadania**, os direitos humanos, a democracia e outros **valores universais**; (...) PARTICIPAR da formulação de políticas educacionais, fazendo-se **representar em instâncias decisórias**, acompanhando suas aplicações nos planos, programas e projetos correspondentes; INCENTIVAR a formação dos Dirigentes Municipais de Educação para que, no desempenho de suas funções, contribuam decisivamente para a melhoria da educação pública; LUTAR pela autonomia municipal. (IDEM, 2017, grifos nossos).

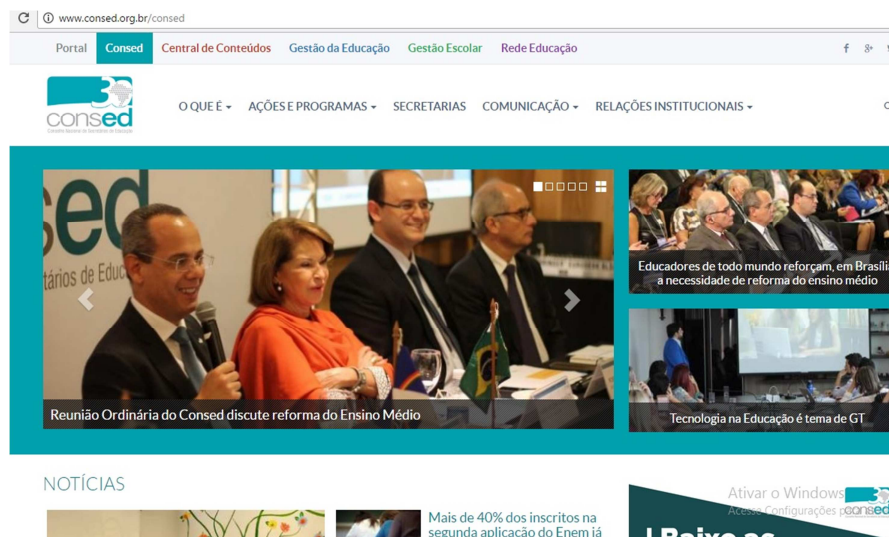
Seus recursos financeiros, segundo o documento, são constituídos por doações e dotações que lhe sejam repassadas por governos municipais, estaduais e federal, assim como por pessoas de direito público ou privado; anuidade de seus associados; contribuições voluntárias das seccionais da Undime e/ ou de entidades outras.

Nesse tipo de entidade percebemos a influência de setores do aparelho do Estado, somados com a influência de aparelhos privados de hegemonia como as Fundações Lemman e principalmente as proposições do BM e Unesco, caracterizando o que estamos convencionando de aparelhos mistos de hegemonia. Consideramos uma entidade ampla pois aglutina cargos do governo, de ONGs, associações civis, porém nenhuma presença de entidades de educação popular, contra hegemônicas é permitido, demonstrando a limitação desse tipo de entidade.

⁴⁷ Fundação FSA, Fundação Lemann, Alana, Fundação Telefônica Vivo, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Rede Nacional Primeira Infância, Frente Nacional de Prefeitos, CNTE, UNCME e CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

CONSED

Figura 8: Sítio da Consed.



Fonte: www.consed.org.br

Na Reunião do Fórum de Secretários de Educação, ocorrida em 1986 foi fundado o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), sendo também uma associação civil, de pessoa jurídica **de direito privado**, sem fins lucrativos, que congrega as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Sua missão, segundo o Estatuto, é atuar frente às políticas públicas, promovendo a melhoria da qualidade da educação básica pública e universal, através das relações entre as secretárias e empresas, com o “cuidado” de **otimizar os recursos físicos e financeiros** em suas atividades. (CONSED, 2017, grifos nossos).

A partir de sua finalidade a entidade se auto denomina de “parceiro dos Poderes Públicos na discussão das políticas educacionais, na realização de ações, estudos e outras atividades afetas à área”, parceria com o Estado se estende ao apoio financeiro. O Consed toma para sua responsabilidade o papel de **formular, implementar e avaliar** as políticas

públicas de educação, sempre alinhado com seus parceiros como a Fundação Roberto Marinho, Embaixada Americana, Todos Pela Educação, entre outras⁴⁸

Atualmente, de Antônio Idilvan de Lima Alencar é o presidente, substituindo Fred Amancio⁴⁹. Com mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o novo presidente do Consed é também especialista em engenharia de produção pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/UFPB) e especialista em política e administração tributária e marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). presidiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é filiado ao PROS⁵⁰.

O Consed conta como Conselheiro Fiscal, Aléssio Trindade de Barros (ex-secretário de Educação Profissional e Tecnológica no Ministério da Educação), doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande (2004) e professor do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFPB). Em 2015, assumiu Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, destacando suas prioridades como a implantação da gestão da *Educação Profissional* e o início do funcionamento das escolas técnicas estaduais, começando com a *Escola Técnica Estadual de Bayeux*.

Os membros efetivos dessa associação civil são compostos pelos *titulares das secretarias de educação do estado* e por membros que tenham “comprovada experiência, know how, capacidade técnica e/ou **articulação política** no tocante à temática educacional.”. É uma organização que explicitamente tem relações entre as esferas dos aparelhos privados de hegemonia contidos em suas parcerias e cargos estatais.

48 Ministério da Educação, Fundação Itaú Social, Unesco, Instituto Unibanco, Fundação Victor Civita, Gerdau, a própria Undime, British Cousel no Brasil, Instituto Natura, Fundação Santillana, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Cenpec, Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Senado Federal, Câmara dos Deputados, FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

49 Fred Amancio, substituiu Eduardo Deschamps que assumiu a presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE) em outubro de 2016. Amancio é formado em administração pela Universidade de Pernambuco e em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, com pós graduação em Economia Aplicada à Gestão Fiscal, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 2010, assumiu a Secretaria Estadual de Saúde. Fred Amancio também foi secretário de Desenvolvimento Econômico e presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape. Antes de assumir a Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, cargo que ocupa atualmente, exerceu a função de secretário de Planejamento e Gestão. Amancio tem íntimas relações com o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

50 Mais em: < <http://veja.abril.com.br/educacao/aliado-de-cid-gomes-assume-presidencia-do-fnde/>> Acesso em 15 de maio de 2017.

O Consed é representante das Secretárias Estaduais de Educação em qualquer órgão deliberativo e consultivo correlatos à área da educação, portanto, influencia o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o **Congresso Nacional** e o **Conselho Nacional de Educação**, com vistas a discutir as políticas educacionais e o seu financiamento. A empresa dirige a definição dos parâmetros nacionais de educação que segundo a entidade ocorre “sem prejuízo da defesa da autonomia dos entes federativos”, **obtendo plena liberdade** para planejar serviços educacionais e aprovar os respectivos planos de educação, de acordo com a realidade local e suas **condições orçamentário-financeiras**”. Portanto, essa entidade de direitos privados tem “plena liberdade” para formular, aplicar e avaliar políticas públicas educacional, pois articula cargos do Estado com as fundações relacionadas com grandes empresas internacionais, sendo assim a característica de reformar o ensino básico de forma democrática, participativa, fomentando uma educação cidadã reflete, em última instância, os interesses dessas entidades.

Temos uma extensão do que Gramsci considera de estado político (ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem) com a esfera da sociedade civil (conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido da adesão voluntária de seus membros) ampliado o alcance das políticas burguesas para a maioria da população sem que possam participar e questionar a hegemonia realizada pela a ampliação do estado e de seu poder de regulação, coersão e convencimento. (MENDONÇA, 2014).

Essas entidades são um misto da sociedade política, expressa pela obrigatoriedade de participação dos cargos do governo, com a sociedade civil e sua participação relacionada com conhecimentos prévios, *know-how*, articulações políticas e estudos sobre a educação. É uma aliança explícita entre o Estado e os aparelhos privados de hegemonia burgueses, deslocando para exterior dessas entidades os movimentos sociais e contra hegemônicos.

É nítido a generalização de características entre as duas entidades, como a natureza em associações da sociedade civil, a profunda relação com o Estado expressa nos cargos ocupados, a parceria enquanto espaço para atuação de fundações, ONGs, associações civis, porém limitante para entidades contra hegemônicas, tomando grande destaque a contradição explícita de interesses públicos e privados. Considerando a contradição aberta pela relação

das associações civis com o governo e fundações, consideramos ambas as entidades como aparelhos mistos de hegemonia.

Esses nexos entre o Estado e as organizações sociais empresariais confluindo para concepções de educação cidadã, de fomento ao consenso e democracia se somarão aos estudos das três categorias anteriormente elencadas na BNCC. Destarte, a partir da primeira aproximação com objeto (seu conteúdo e agentes), o estudo foi realizado fundamentando-se na análise das categorias, a) Política do Novo Milênio, b) cidadania e; c) direitos de aprendizagem e desenvolvimento que após um estudo crítico da BNCC se apresentaram enquanto categorias essenciais para defendermos que o documento elaborado pelo governo brasileiro e organizações da sociedade civil expressa a política elaborada pelos organismos multilaterais com destino aos países em desenvolvimento como expressão do capital em minimizar os efeitos das crises estruturais e da disputa dos mecanismos de hegemonia de função de direção intelectual e moral que garanta a sobrevivência do modo de produção capitalista e de seu modo de acumulação globalizado e financeirizado.

O exame da BNCC nos forneceu elementos que a relacionam com a agenda neoliberal defendida pelos centros econômicos hegemônicos, facilitando a compreensão de que os ataques a educação pública e de qualidade brasileira fazem parte, em última instância, de um plano global para os países pobres se inserirem na nova divisão internacional do trabalho, envolvendo questões de ampliação do mercado educacional e ajustes à nova sociabilidade do capital, denominada de empreendedorismo, assim sendo urge também a necessidade de compreender o contexto político local em que o documento está sendo desenvolvido, pois a correlação de forças internacional tem expressões na política brasileira. Portanto, apresentaremos no próximo tópico as disputas políticas em que a BNCC está assentada.

2.2 O QUADRO POLÍTICO E SUAS MUDANÇAS NA CONDUÇÃO DA BNCC

Estudar e pesquisar sobre política e educação nesse turbilhão de acontecimentos a que chamamos de conjuntura política do Brasil não é uma tarefa simples. A cada dia mudam-se os ministros e por consequência da disputa entre a própria burguesia, da fragmentação da esquerda ainda mais fraturada por conta da atuação de mais de uma década do PT, estamos

vivendo em um período caracterizado como o fim da Nova República (ROBAIANA, 2016; SAFATLE, 2015), período de grande instabilidade das instâncias tradicionais da política, refletindo no processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff e no acirramento da aplicação das políticas de ajustes estruturais.

A crise mundial do capital ignorou as tentativas dos governos do PT em amenizar os efeitos dessa grande avalanche, configurando-se não mais como as esperadas marolas, mas sim em um conjunto, organizadamente orquestrado, de retiradas de direitos e ataques a vida da classe trabalhadora, em especial da população negra e indígena.

Os ataques que não eram novidades para a população brasileira tiveram seu ápice no dia 15 de dezembro de 2016, desprezando as inúmeras tentativas para barrar sua aprovação promovidas por diversos setores dos movimentos sociais, os senadores promulgaram a PEC 55, impondo um teto para os gastos públicos por 20 anos. De acordo com a PEC, o teto de gastos para o ano de 2017 será definido a partir das despesas primárias pagas em 2016. A partir do próximo ano os gastos públicos do governo federal poderão somente aumentar de acordo com a inflação acumulada no período. Os gastos com educação no corrente ano ficarão com 18% da arrecadação dos impostos, mas por sua vez, em 2018 esses gastos, assim como os da saúde, também estarão indexados à inflação.

Estamos acompanhando a tentativa de reformar a Previdência Social, disfarçada sob o falacioso discurso de contenção da crise e do grande rombo nas contas públicas. Diversos aparelhos privados de hegemonia, como as Organizações Globo, vem construindo a falaciosa narrativa de que o aumento do número de idosos alinhado com a diminuição na arrecadação fiscal proporcionou um déficit de 149,2 bilhões no INSS em 2016, estimando que em 2017 esse déficit alcance 181,2 bilhões⁵¹. No entanto, não se discute a intenção de salvar a manutenção do pagamento das dívidas externas e internas, nem sobre o destino da maior parcela do PIB para pagamento da dívida externa ainda não auditada. A reforma não é uma iniciativa inédita do governo Temer, mas já teve incursões com o mesmo motivo no governo Lula.

Retomando as atuais investidas do capital sob a política brasileira, não se faz supérfluo procurarmos na história o acúmulo de tensões que fundamentam a atual política, que

⁵¹ Para saber mais: <http://oglobo.globo.com/economia/previdencia-e-trabalho/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743>

coadunamos com as leituras que apontam como o final do Período da Nova República. A situação política e econômica do Brasil vem demandando nossa atenção e atuação desde, principalmente, o início da construção da narrativa petista para sair da crise, ponto inicial dessa digressão.

As propostas utilizadas para saída estavam sendo elaboradas pelos oligopólios com franca intenção de assaltar o “Fundo Público, recursos naturais, setores econômicos estratégicos, direitos sociais e trabalhistas” (BEZERRA, 2016, s/p). O resultado dessa política é a piora da qualidade de vida dos 99% mais pobres do mundo e do Brasil, porém a precarização da vida não vem acontecendo sem resistência. Inspirados nos movimentos contestatórios dos EUA, Espanha, Portugal, Turquia, França, México, etc. a população brasileira vem se organizando e questionando as instâncias políticas e o *modus operandi* de fazer política que desencadeia o processo de crise de legitimidade dessas instituições, culminando nos atos ocorridos em 2013, mais conhecidos como as Jornadas de Junho. Grande parcela da população brasileira, principalmente a juventude, saiu às ruas exigindo melhorias na saúde, educação e o fim da corrupção estrutural a qual nossa política está assentada. A Jornada inaugurou o protagonismo do país nas lutas democráticas já em disputa desde 2011, ao lado de movimentos como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe, entre outros.

As Jornadas, a partir de seus atos multitudinários em diversas cidades do país, questionaram as políticas de mobilidade urbana, saúde, educação, corrupção, etc. No entanto, o avanço alcançado com as massivas mobilizações foi pontual. Entre os legados das Jornadas, tivemos a caracterização de que os massivos e espontâneos movimentos contestatórios não estavam mais sendo dirigido pelo PT e por nenhum outro partido, fundamentando a tese da crise de legitimidade das instâncias tradicionais de política, atingindo na raiz da estrutura o já fragilizado Partido dos Trabalhadores. (ROBAIANA, 2016). A indignação sobre reversão dos ganhos das Jornadas de Junho se somou ao estelionato eleitoral promovido por Dilma, que aplicou o programa da campanha derrotada de 2014. A precarização da vida se intensificou em 2015, pois a crise não foi solucionada e a burguesia urge para que seus lucros não sejam atingidos. A pressão sobre o PT aumentou tanto do lado da burguesia, para aplicar os ajustes estruturais, como da classe trabalhadora, questionando a política de conciliação de classes.

A disputa pela efetivação das políticas sociais propagandeadas pelo governo do PT esbarrou em crescentes desafios junto ao acirramento da crise mundial. Logo após a reeleição

de Dilma Rousseff em 2015, o próprio governo realizou cortes nas áreas da Educação e Saúde, aumentou a transferência do fundo público para empresas privadas através das privatizações sob o comando das Organizações Sociais, iniciou o processo de descentralização e reorganização dos sistemas educacionais. Essas políticas beneficiam somente a burguesia, contradizendo a agenda apresentada em campanha eleitoral.

A relação dos governos estaduais, apesar de apresentarem uma polarização nos partidos dirigentes, não foge à regra, sendo assim, em nome de uma suposta crise fiscal do Estado, corte e mais cortes foram realizados. No estado de São Paulo, onde PSDB governa há mais de 20 anos, os cortes na educação foram sentidos e mobilizaram uma grande parcela da população. Em 2015, o anúncio sobre o fechamento de 93 escolas sob o argumento de que o número de estudantes cairia, camuflava a política de desresponsabilização do Estado com a educação básica sob a fachada da Reorganização Escolar. A essa decisão tomada arbitrariamente pelo governo foi promovido um enfrentamento antes nunca visto⁵².

Os estudantes secundaristas paulistas, em sua maioria de idades entre 14 a 18 anos, organizaram ocupações no estado, iniciando um processo de ocupação de mais de 1000 escolas em todo o país. Os estudantes vivenciaram por mais de dois meses um regime de gestão, manutenção e de criação de oficinas essencialmente estudantil. O governo estadual, representado na figura do governador Geraldo Alckmin, na época recuou frente a magnitude da mobilização, destituindo do cargo de secretário da Educação Herman Voorwald⁵³, entretanto, a reorganização prosseguiu e escolas continuaram sendo fechadas desde o início de 2016. Os problemas envolvendo a intensificação da precarização da educação não se encerram na Reorganização Escolar, pois escândalos envolvendo o governo do PSDB em São Paulo foram divulgados, mais um caso de corrupção fora desvendado, agora envolvendo a compra e repasse de merendas, reacendendo a mobilização estudantil que no mês de abril possibilitou a ocupação do Centro Paula Souza⁵⁴.

⁵² Em 15 anos 40 mil escolas rurais foram fechadas, para saber mais: <http://radios.abc.com.br/brasil-rural/educacao/2016-09/estudos-apontam-fechamentos-de-40-mil-escolas-rurais-nos-ultimos-15-anos> Acesso em 5 de maio de 2017.

⁵³ Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1979), mestrado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1983) e doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (1988).

⁵⁴ Ocupação de alunos no Centro Paula Souza aumenta e impasse prossegue. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/ocupacao-de-alunos-no-centro-paula-souza-aumenta-e-impasse-prosegue.html> Acesso em 29 de abril de 2016.

Os ataques à educação pública não estão apenas concentrados em SP, no final de 2015 a privatização apareceu com uma roupagem nova no estado de Goiás. As escolas estaduais passariam por um processo de abertura de licitação para que Organizações Sociais gerenciassem as escolas. A primeira vista o nome pode nos iludir, as organizações sociais representam nada mais que uma forma branda de privatização. São empresas, em sua maioria com capital internacional, especialistas em gerenciar e padronizar as instituições, exaurindo o governo de suas obrigações nas áreas sociais. Implementam a política norte-americana baseada nas escolas Charters⁵⁵.

A precarização continua Brasil a fora, a gestão de Luiz Pezão do PMDB no Rio de Janeiro atacava também a educação com o fechamento de escolas. Até a metade do mês de abril de 2015 os estudantes ocuparam mais de 73 escolas⁵⁶ contra a falta de verba que incide no sucateamento das estruturas, precarização do trabalho docente, destruindo a escola pública. A cidade do Rio de Janeiro é atualmente o laboratório de aplicação das dita inovações escolares, representadas pelas políticas de responsabilização dos docentes pelo desempenho.

O estado baiano também refletiu o movimento da realidade nacional com a dinâmica de enfrentamento aos cortes na educação pública sustentado pelos estudantes do ensino médio. Em novembro de 2015, estudantes e professores da pequena cidade de Ipiaú e Itabuna fecharam a rodovia, a sede Núcleo Regional de Educação (NRE) contra o fechamento de turnos e escolas estaduais nessas localidades⁵⁷, inaugurando o levante secundarista baiano da segunda década do século XXI, que culminou em novembro de 2016 com a ocupação de diversas escolas pelo estado⁵⁸, entre elas a ocupação do Colégio Estadual Helena Assis Suzart, localizado em um bairro periférico da cidade de Feira de Santana, uma das únicas

⁵⁵ Forma de privatização da educação feita por concessão de gestão da escola à iniciativa privada ou por contrato de gestão (charter). Para saber mais, acesse: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9413>> Acesso em 5 de maio de 2017.

⁵⁶ Mapa das escolas ocupadas no RJ: Disponível em: https://www.google.com/maps/d/viewer?hl=ptBR&authuser=0&mid=1IIERA_NZxZTneTIpZ5F0nrxZ_5k Acesso em 29 de abril 2016.

⁵⁷ Como o PSDB de São Paulo, PT da Bahia ensaia fechamento de escolas. Disponível em: <http://guanambifm.com.br/2015/11/24/como-o-psdb-de-sao-paulo-pt-da-bahia-ensaia-fechamento-de-escolas/> Acesso em 9 ago. 2016.

⁵⁸ Tivemos ocupações também na Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). No IFBA, as ocupações ocorrem em 11 campi, de Simões Filho, Valença, Ilhéus, Porto Seguro, Feira de Santana, Conquista, Barreiras, Irecê, Paulo Afonso, Juazeiro e Eunápolis.

ocupações que alcançou avanços na negociação com direção e o governo, apesar dos ataques à ocupação e à vida dos ocupantes derivados da política carlista⁵⁹ ainda viva no estado.

A partir do grande levante secundarista que vivenciamos no país é possível perceber a crítica à política institucional como um tudo, independente do partido que está no poder. A juventude que nasceu no início dos anos 2000 teve grande parte da sua vida sob tutela do governo do PT, não tiveram a experiência de ver o nascer do partido e nem a decepção que a Carta aos Brasileiros proporcionou a esquerda no ano 2002. As Jornadas de Junho e o Levante dos Secundarista questionam a legitimidade do PT se reivindicar de esquerda diante a aplicação das políticas de conciliação de classe.

A mudança programática fundamental do PT foi na análise das forças sociais capazes de operar uma transformação favorável aos interesses do povo. O núcleo dirigente do PT assumiu com força, desde o início dos anos 90, a estratégia da conquista de um governo de colaboração com setores da burguesia. Quando finalmente assumiu o governo federal, deu o passo que faltava para uma alteração de sua natureza: de uma força com características ainda progressivas para uma formação política reacionária. Um salto em sua integração no regime liberal democrático burguês. O PT passou a ser o principal aplicador dos planos capitalistas. Realizando um governo de coalizão com a burguesia, o partido passou a viver o mesmo processo experimentado pela socialdemocracia europeia, cujos partidos operários oportunistas foram transformados em partidos burgueses normais, representação política direta dos interesses do imperialismo europeu. (GENRO; ROBAINA, 2005, p.88).

No caso do PT a falência ainda está em curso, porém a falta de apoio popular configurado tanto no desfecho do impedimento de Dilma, como nas intermináveis delações da Operação Lava Jato demonstram a fragilidade da política para conciliar as classes e as alianças para manter a governabilidade⁶⁰. Sendo assim, coadunamos com Genro e Robaina (2005) que a falência do PT é reflexo da falência da socialdemocracia mundial.

Ao mesmo tempo que as críticas aos governos do PT se fortaleciam diante das mobilizações da juventude, fortaleceu-se o pacto entre as burguesias que comandam o país,

⁵⁹ Carlismo é o termo utilizado para designar o grupo formado no estado brasileiro da Bahia em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). Político influente e que desenvolveu a tecnocracia na administração pública. Atualmente, seu neto, Antônio Carlos Magalhães Neto, ilustra a política carlista na prefeitura de Salvador.

⁶⁰ Como os acordos para que Rodrigo Maia fosse eleito presidente do Senado.

dando seqüência ao o golpe palaciano para destituir Dilma da presidência, uma manobra para empossar Michel Temer à revelia do voto popular.

Defendemos que o processo de impedimento gerado sem crime de responsabilidade fiscal, como o aplicado pela direita, é um golpe palaciano, pois não se caracteriza como um golpe de estado afim de instaurar um novo regime político. O regime continua vigorando, apoiado no Congresso, no judiciário e por fim nas Forças Armadas.

O vice assume no lugar da presidente. O partido que esteve durante todo o governo numa posição subordinada na coligação, abocanhando mais cargos e esquemas de corrupção e dando menos as cartas na linha política passaria a ter ainda mais cargos e poder e ainda passaria a ditar os rumos da política. O partido dominante seria desalojado do governo. O PMDB agregaria no condomínio de poder o DEM, o PSDB e Paulinho da Força voltaria a ter lugar no governo como já teve nos governos do PT. Um golpe palaciano pode ocorrer e este parece ser o sentido do impeachment orquestrado por Temer, PSDB e Rede Globo. (MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA, 2016, s/p)

Diante de um desfecho não imaginado e nem construído pela esquerda recém abalada pelas Jornadas de Junho e o Levante Secundarista, a destituição de Dilma ocorre com o acirramento das políticas neoliberais, que segundo Saflate (2015) não significa apenas o fim do ciclo do lulismo, mas sim o fim da Nova República. Destarte, o modelo de governabilidade conquistado no final da ditadura civil-militar conformada com uma dinâmica de conflitos, polaridades e projetos perdeu seu sentido, tornando ilusório o aperfeiçoamento democrático e a consolidação de suas instituições que a burguesia tanto clama.

Estamos em 2015 e a única “reforma política” no horizonte consegue piorar ainda mais o que já era bastante ruim, ainda mais ao ser capitaneada por pessoas do quilate dos “indiciados lutando para sobreviver através de toda forma de chantagem”, Eduardo Cunha e Renan Calheiros. Sim, meus amigos, tudo isso apenas demonstra como a Nova República acabou. Sua governabilidade foi fundada em dois pilares: a cooptação constante de trânsfugas da ditadura (Sarney, ACM, Jorge Bornhausen etc.) e a gestão da massa fisiológica alimentada pelos cálculos oligárquicos locais. Essa era a forma de “evitar conflitos”, criando uma aparência de estabilidade paga com inércia, violência policial e espasmos de crescimento com alta concentração. (SAFLATE, 2015).

Portanto, estamos entrando em uma nova fase da política brasileira, onde a primeira vista pode-se concluir ser o crescimento das forças conservadoras o elemento central das

investidas contra os trabalhadores, no entanto, asseveramos que os ataques a maioria da população é uma resposta da burguesia ao levante popular, as Jornadas de Junho, às ocupações de escolas, etc., pois com uma maior organização e elaboração da indignação popular espera-se uma intensificação da segurança do regime burguês. (ROBAIANA, 2016).

Sendo assim, como resposta ao grande abalo proporcionado pelos atos de 2013 e as ocupações escolares em 2015/2016 da juventude em defesa da educação, contra a PEC, o regime burguês vem tentando se reorientar no cenário político, agora com o acirramento de seus ataques não apenas a esfera econômica, mas também de direção intelectual e moral.

Esse processo de controle burguês da vida segundo Bezerra (2016), não se limita a esfera da “sociedade política” ou a esfera econômica, mas ocorre da mesma forma na “sociedade civil”. Para o autor os aparatos ideológicos que servem a burguesia estão divididos em dois grandes grupos: midiático-empresarial e o eclesiástico-empresarial. O mais antigo é representado pelas Organizações Globo, já o segundo e recente é o bloco das igrejas evangélicas dirigidas por setores eclesiásticos, da política nacional e de uma fração da burguesia influente nas mídias de massas.

Os escalões superiores desse setor da liderança evangélica constituem uma fração própria da burguesia, que tem uma origem e um repertório de recursos bastante distintos daqueles próprios às velhas oligarquias quatrocentonas: nutrido por elas tanta desconfiança quanto elas lhe dirigem desdém e hostilidade. Essa “burguesia gospel” funda seu poder econômico na “extorsão carismática” dos fiéis e seu poder político no controle eclesiástico do voto. A sua presença sempre crescente na mídia de massa, consolida e faz avançar sua influência, que pode ser expressa no fato de que a “bancada evangélica”, suprapartidária e multieclesiástica, dotada de uma agenda reacionária, em grande medida, importada da direita religiosa dos EUA, é hoje maior do que qualquer bancada partidária no Congresso Nacional. (BEZERRA, 2016, s/p).

Os dois blocos competem entre si, sendo que o midiático-empresarial, representado pela Globo, vem perdendo o monopólio na produção do conhecimento e o segundo vem se apresentando como um “mal necessário” diante do crescimento do apoio de setores populares.

Esses blocos representam a hegemonia burguesa nos aparelhos ideológicos da sociedade civil, já os movimentos de esquerda e populares não tem espaços nas grandes mídias, sendo assim, Bezerra (2016) defende que os espaços ocupados por essas forças são as margens das redes sociais, igrejas católicas e evangélicas históricas, nos movimentos sociais,

nas escolas e universidades públicas. Esses dois últimos campos são aonde a disputa vem se acirrando, pois,

O caráter mais democrático próprio às instituições públicas, bem como sua função diretamente educativa, ainda permite que o pluralismo e o vivo debate científico, teórico, político e ético – completamente ausentes na grande mídia e na igreja fundamentalista – se expresse e cumpra sua função formativa. (IDEM, 2016, s/p).

Com o desmonte iminente da educação pública, os movimentos sociais estão se organizando, promovendo paralisações, greves⁶¹, ocupações com o objetivo de garantir seus direitos e lutando por sua melhora. Posto isso, a reação da burguesia se intensifica e vemos projetos como a Reforma do Ensino Médio e o programa Escola Sem Partido objetivando censurar e criminalizar a atividade docente, tendo como essência a disputa pelo controle dos poucos aparelhos ideológicos que a classe trabalhadora exerce influência, a educação de seus filhos.

O projeto intenta retirar das escolas públicas o caráter formativo e crítico alegando ser um crime ao desejo das famílias por suas opções morais e valorativas. O nome da causa também é uma referência ao Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater a “doutrinação ideológica”. O próprio nome deste movimento é enganador, pois nos coloca uma dicotomia entre uma escola sem partido ou uma escola com partido. Mas, não se enganem, não é isso que está em jogo. O Escola Sem Partido defende que professores não são educadores e que “formar o cidadão crítico” é sinônimo de “fazer a cabeça dos alunos”. É um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, defendendo que os professores apenas instruem para formar trabalhadores sem capacidade de reflexão crítica.

Sendo assim, ao argumento de existir uma escola sem ideologia soma-se a necessidade de reorientar esse novo período político, caracterizado como o fim da Nova República.

Após esse percurso geral na política brasileira, aprofundaremos nossa análise para as relações políticas imbricadas na construção de nosso objeto, a BNCC e seus correlatos como o já citado programa Escola Sem Partido.

⁶¹ Aprovou-se recentemente que Educação é prestação de serviço essencial e, portanto, não pode fazer greve.

2.2.1 O cabo de guerra político que sustenta a BNCC.

Mercadante foi o ministro que apresentou a segunda versão da BNCC ao Conselho Nacional de Educação, no dia 3 de maio de 2016. Segundo Mercadante esta versão, que ainda não é a final, conseguiu avançar através do diálogo. Sendo seu objetivo principal garantir os direitos de aprendizagem⁶² de todos os estudantes. Orientando toda a política **de livros didáticos**, que será reestruturada, incidindo sobre a **formação de professores e sobre as avaliações nacionais**⁶³.

Nesse recorte do discurso do ex-ministro, vemos a repetição de elementos já apontados por Janine, como a ênfase para a promoção de materiais didáticos, aprofundando para política de formação de professores e de avaliações. É notável que ambos os ex-ministros tenham citado as mesmas políticas, nos colocando a urgência da resolução do problema elencado, a saber, quais interesses estão sustentando a política de materiais didáticos, formação de professores e avaliações?

Após o afastamento da presidente, Michel Temer assume o governo nomeando a ministro da Educação o deputado José Mendonça Bezerra Filho (DEM), ex-governador do estado de Pernambuco. O ministro como uma de suas primeiras atividades recebeu, no mês de abril, a visita do apresentador e ex-ator, Alexandre Frota⁶⁴, para discutir propostas para a educação, nas quais figuraram o programa Escola Sem Partido. A ingerência do ministro foi criticada, no entanto, a posição de Mendonça Filho não se alterou, culminando no problemático seminário ocorrido na Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir a BNCC⁶⁵. A composição do seminário recebeu críticas, pois ocorreu quase exclusivamente por defensores do projeto Escola sem Partido. Houve discussões e manobras políticas para

⁶² O discurso do ex-ministro já incorporava expressões e concepções fundamentada na BNCC e como explicitaremos a seguir, concepções do Banco Mundial.

⁶³ Segunda versão da base curricular incorpora sugestões de consulta pública. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/ultimasnoticias/229875/Segunda-vers%C3%A3o-da-base-curricular-incorpora-sugest%C3%B5es-de-consulta-p%C3%BAblica-base-nacional-comum-curricularBNCCConselho-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3oCNEMECMercadanteEduca%C3%A7%C3%A3o.htm>> Acesso em 9 de maio de 2016.

⁶⁴ Mendonça Filho recebe propostas de Alexandre Frota para educação. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/25/mendonca-filho-recebe-propostas-de-alexandre-frota-para-educacao.htm> Acesso em 11 de ago. 2016.

⁶⁵ Seminário sobre a BNCC realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no dia 31/05/2016. Segue a carta da presidente da Anped disponível em: <http://www.anped.org.br/news/carta-da-presidente-da-anped-aos-deputados-federais-sobre-o-seminario-da-bncc> Acesso no dia 25 de janeiro de 2017.

transferir a elaboração da Base sob a responsabilidade do MEC para o Congresso Nacional, delegando as atribuições de elaborar, discutir e aprovar o documento com a justificativa de que o legislativo apresenta condições de assegurar a pluralidade e representar a sociedade brasileira.⁶⁶ Para o ministro a BNCC não faz parte de uma discussão política, mas sim técnica.

Após o tencionado seminário, a disputa para a formulação da Base entre MEC, os deputados e empresários da educação se acirrou. Impondo, no dia três de julho, ao MEC adiar a previsão de conclusão da BNCC para novembro, argumentando a necessidade de discutir a formulação do documento em conjunto com a sociedade⁶⁷. Até o presente momento não foi divulgado a data de entrega da versão final ao CNE.

As personagens da disputa política brasileira, que mais se assemelha as tramas elaboradas pelas novelas mexicanas, são um reflexo da concepção de Estado e das contrarreformas realizadas. O fato de indicar e destituir um nome para cargos essenciais representa, em última instância, o controle da burguesia sob o estado da vida tanto coerciva como consensualmente. Desde 2015 até hoje tivemos quatro Ministros da Educação, com diferentes interesses, partidos e relações com a sociedade civil, entretanto, um cargo não se modificava apesar da disputa entre o PT e PMDB se acirrar. O Secretário de Educação Básica (SEB), responsável pela educação desde o ensino infantil ao ensino médio e de todos seus aspectos como financiamento, formação de professores, etc. A secretária do SEB, ao nosso ver, se apresenta enquanto um cargo central para a disputa da construção da educação brasileira. Uma disputa em que organizações sociais se confundem com aparelhos do Estado e atualmente a correlação de forças promove a estabilidade para os interesses privados e ataques à educação pública a partir do trabalho do ex-secretário Manuel Palácios.

Palácios é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), orientou a vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, responsável pela educação do estado e ocupou o cargo na SEB de 2015 a 2016. O professor se manteve na SEB durante os mandatos do PT e do PMDB e atualmente participou do mais recente seminário sobre a BNCC em janeiro de 2017, experiências que demonstram a importância do professor no desenvolvimento das políticas

⁶⁶ Escola sem Partido mira na Base. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/escola-sem-partido-mira-na-base> Acesso em 11 de ago. 2016.

⁶⁷ MEC adia entrega da versão final de base curricular das escolas para novembro. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/mec-adia-entrega-da-versao-final-de-base-curricular-das-escolas-para> Acesso em 11 de ago. 2016.

educacionais empresariais, pois a situação política se modificava, no entanto os ataques à educação continuavam graças a sua atuação na Secretaria. Seu primeiro desafio era fomentar a discussão da BNCC já que não havia um currículo comum na federação, devendo ser essa uma de suas prioridades⁶⁸.

A despeito das modificações empresariais na educação estarem ocorrendo sem grandes transtornos com Palácios na SEB, a transição para o governo de Temer vislumbrava uma aceleração nas contrarreformas educacionais e para tanto Rossieli Soares da Silva assume a SEB em maio de 2016. O histórico dessa personagem nos estarrece ainda mais, pois ele foi secretário de *Educação e Qualidade* do estado do Amazonas, responsável pelos projetos de Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas, o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam) e atuava como vice-presidente do Consed. O conflito de interesses expressos na política de desempenho e responsabilização dos docentes em seus projetos se alinha com o cargo na associação civil responsável pela elaboração da BNCC. Os cargos principais da Educação estão nas mãos de figuras representativas da sociedade civil interessadas na formulação de uma educação empresarial enquanto resposta a “modernização do Estado”.

Finalmente, o ano de 2017 vem se configurando como ano chave para os movimentos sociais, pois com a aprovação dessas duas medidas e entre outras, o papel do Estado e o rumo das políticas de seguridade social estão abaladas. Sintetizamos a apresentação realizada até este ponto como sendo respostas ao golpe palaciano, (IDEM, 2016) que em nada se assemelha ao que vivemos em 1964, possibilitando Michel Temer (PMDB) assumir a presidência. O apoio da população ao governo ilegítimo se expressa em uma taxa de 13%, enquanto sua taxa de reprovação ronda aos 46% no mês de dezembro de 2016⁶⁹, o descontentamento da parcela popular da sociedade aumenta, como as pesquisas demonstram, assim como as investidas contra educação de gestão pública a partir dos planos de privatização, descentralização, cortes

⁶⁸ Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/politicas-publicas/conheca-manuel-palacios-novo-secretario-educacao-basica-mec-880040.shtml> Acesso em 8 de março de 2017.

⁶⁹ No último levantamento do Ibope encomendado pela CNI, de 4 de outubro, Temer aparecia com a aprovação de 14% dos entrevistados, enquanto 39% o desaprovavam e 34% consideravam a gestão dele regular – outros 12%, à época, não souberam responder. Em pesquisa do Ibope divulgada em 1º de julho, quando Temer ainda era presidente em exercício, o peemedebista aparecia com a aprovação de 13% dos entrevistados, enquanto 39% o desaprovavam e 36% consideravam a gestão dele regular. À época, outros 13% não souberam responder. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/46-reprovam-governo-temer-e-13-aprovam-diz-ibope.ghtml>> Acesso em 27 de janeiro de 2017.

de verbas expressos em documentos como Pátria Educadora⁷⁰, representativo da política do governo Dilma e sua atualização com o documento balizador do governo Michel Temer, Pontes para o Futuro.

Portanto, em uma primeira aproximação com o objeto, apesar das modificações de ministros é possível inferir uma generalização na posição do governo em defender projetos que criminalizam professores como o programa Escola sem Partido, o monopólio da produção de materiais didáticos, uma concepção de formação de professores e as avaliações censitárias. Entretanto, a busca por resposta não se encerra, pois quem o governo está representando com a defesa da BNCC? Quais os interesses fundamentam a política de materiais didáticos, formação de professores, avaliações?

Defendemos a hipótese previamente apontada de que o governo brasileiro vem implementando uma política educacional voltada para a criminalização dos docentes, precarização da educação pública e ênfase de financiamento para educação privada visando o fortalecimento de certos ramos da burguesia nacional e internacional, enquanto uma disputa internacional para manter a coesão social. Sendo assim, discorreremos no próximo capítulo o movimento mais geral do capital para formular políticas de desenvolvimento para os países periféricos que a nosso ver tem íntimas relações com o quadro político e o desenvolvimento da reforma empresarial da educação.

⁷⁰ Nesse documento, segundo MOTTA (2015), a educação será um dos pilares para a elaboração de uma política de desenvolvimento da “nação”; um projeto político de Estado, e não de governo: “O esforço para qualificar o ensino público surge no Brasil dentro de contexto maior: a construção de nova estratégia de desenvolvimento nacional” (SAE, 2015, p. 4). “Eis a ‘nova’ estratégia de desenvolvimento ‘produtivista incluyente’: abrir possibilidades de ‘ampliação produtiva’ (ampliação de acumulação de capital) com ajuste na capacitação da força de trabalho conforme demanda desses novos setores, criando, nesse sentido, oportunidades também para os trabalhadores ‘ficarem de pé’. (p.30). Para saber mais: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2016/12/PNE_2014_2024_V_final.pdf> Acesso em 5 de maio de 2017.

2. A POLÍTICA MAIS DO MESMO DO BANCO MUNDIAL CONTRA A FALÊNCIA DO NEOLIBERALISMO

A revolução provocada pela classe burguesa (...) Na função do estado consiste especialmente na vontade de conformismo (...). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes: a concepção de castas fechadas. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do estado é transformada: o estado torna-se 'educador'. (Gramsci, 2000, p.271).

As atuais discussões sobre a educação brasileira englobam elementos complexos como a questão do financiamento, da organização e da formulação de um currículo nacional comum, etc. e estão sendo desenvolvidas na forma de documentos oficiais, como os PCN, as Diretrizes Curriculares, e no caso específico de análise desse trabalho na BNCC. No entanto, o estudo desses documentos não pode permanecer na esfera da aparência, da simples análise dos documentos em si (KOSIK, 2010), ao invés, deve contextualizá-lo e buscar as raízes das teorias do conhecimento, educacionais e pedagógicas que as balizam e principalmente, por quem são elaborados, quais seus objetivos reais, quais forças sociais disputaram e interviram na elaboração desses documentos e qual projeto histórico entende promover. (FREITAS, 1987).

Para tal, defendemos que a análise do específico não pode ser realizada sem traçar os nexos e relações com seu aspecto geral, com a totalidade. (KOSIK, 2010). Neste caso, as políticas nacionais são o específico do objeto e asseveramos sua relação com as políticas internacionais, neste caso buscando o movimento entre elas, investigando a totalidade desses fatos. Sendo assim, a totalidade das políticas educacionais está diante a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a fase imperialista (LENIN, 1984) em meio a grandes crises estruturais, tendo sua máxima expressão nos órgãos multilaterais e suas políticas para os

países em desenvolvimento. Partimos, portanto, da realidade concreta e sendo assim, para iniciar o debate apresentaremos um quadro da conjuntura política em que estamos colocados.

Todo objeto ou fenômeno sendo ele social ou natural apresenta padrões. Elementos em comum que ao longo da história vão traçando regularidades. Até mesmo o modo como produzimos a vida apresenta padrões, ou melhor dizendo, o capitalismo tem regularidades em sua essência, denominadas de crises. As crises econômicas, crises políticas, “não pense em crise, trabalhe” são adubadas, segundo Marx, pela pobreza que restringe ainda mais o poder de consumo da população.

As crises se intensificaram rapidamente, desde o início da aplicação do neoliberalismo nos anos 1960-70 nos países desenvolvidos e de sua internacionalização para os países periférico-dependentes, concentrado no período dos anos 80 e 90. A mundialização do capital acirrou a contradição relacionada à superprodução e o mercado mundial, que segundo Motta (2012) é a gênese do sistema capitalista e aumenta ao nível que ascende a competição entre os próprios capitalistas, gerando uma alta produção de mercadorias que não são consumidas, caindo conseqüentemente, as taxas de lucro.

O fenômeno denominado nesse trabalho ora de globalização, ora de mundialização⁷¹ se refere a fase mais desenvolvida do capital descrita por Lenin. Motta (2012) fundamenta-se em Chesnais (1996) ao afirmar que essa longa fase é resultado de dois movimentos que se relacionam. O primeiro está localizado nas condições concretas da acumulação ininterrupta do capital que se desenvolve desde 1914; o outro se apresenta na superestrutura da sociedade, ou seja, está relacionado às políticas de privatização, desregulamentação e ataques às conquistas da classe trabalhadora. “Nesse processo de acumulação do capital, o deslocamento intra e interpaíses e regiões se caracteriza com uma estratégia burguesa para enfrentar as flutuações da taxa de lucro.” (p.34).

Na obra *Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal*, Santos (2006) explora a face superestrutural da globalização ao afirmar que essa fase é uma fábula que o capitalismo nos obriga a acreditar. Divulga-se o mito da difusão instantânea de notícias e da ruptura das fronteiras, como se o mundo estivesse ao alcance de todos. No

⁷¹ Motta (2012) utiliza o termo mundialização, pois considera ser um conceito mais elaborado. O termo globalização caiu nas graças da população e é atualmente utilizado para designar qualquer sentido que lhe seja conveniente.

entanto, o autor assevera que o mercado global aprofunda as diferenças locais, pois ao estimular o consumo, a uniformidade de um mundo mais unido e cidadão se torna cada vez mais distante. “De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades.” (SANTOS, 2006, p. 19). Segundo Motta (2012) o capitalismo mundializado tem sua base teórica na pós-modernidade⁷².

A mundialização do capital para os países pobres se desenvolveu em associação com a crise da dívida externa dos anos 1980, resultando no ajuste estrutural que consolidou as privatizações, abertura financeira, desregulamentações dos mercados definidas no Consenso de Washington. “A ‘crise da dívida’ resultou de um processo encadeado de pedidos de moratória nos anos finais da década de 1970, que em princípio era visto como fruto da corrupção e da incompetência desses governos.” (Idem, 2012, p. 50).

Os anos 90 foram exigentes com os países pobres. A América Latina vivia o processo de abertura comercial e o fortalecer do capital financeiro. Sofria com a contrarreforma do Estado condensadas no contingenciamento de seus gastos para a área da saúde, educação, etc. visando a disciplina fiscal, a garantia ao direito de propriedade e a flexibilização das atividades econômicas. As empresas nacionais, voltadas para a construção de infraestrutura foram privatizadas a preços irrisórios. O México foi primeiro país a privatizar a produção de petróleo ao lado da Argentina, terceirizou a extração e o refino, restando ao país apenas a

⁷² É com o argumento de que o modo de produção se modificou e da falta de fronteiras para o capital que a pós-modernidade assegura sua existência. No entanto, a pós-modernidade não surge da emergência de uma sociedade pós-industrial ou pós-capitalista, mas sim de uma transformação da aparência do capitalismo, de seu modo de acumulação. Essas modificações no modo de acumulação impulsionaram alguns autores a alegarem que estamos vivendo a falência do trabalho como elemento central de nossa produção, o fim da História como características ao surgimento da pós-modernidade. No entanto, a formulação desses argumentos tem o intuito de negar, destruir teorias que apontam que um outro modo de produção sem a exploração do homem pelo homem e a propriedade privada é possível, ou seja, o destinatário é a teoria marxista (EVANGELISTA, 2002). Podemos resumi-lo segundo o que Gamboa (s/d) conclui sobre as formulações de Lyotard (1986). O pensamento pós-moderno apresenta: (a) incredulidade nas denominadas metanarrativas, (b) crise da razão, (c) jogos de linguagem para explicar as relações sociais, (d) análise anistórica das contradições da modernidade (GAMBOA, s/d). Essas características estão apoiadas na crítica do giro linguístico à teoria clássica do conhecimento, ou seja, em reação ao conhecimento científico moderno fundamentado na filosofia analítica mais conhecida por positivismo. As orientações do BM e outras agências internacionais para o desenvolvimento dos países pobres para o novo milênio não podem desafiar a raiz do neoliberalismo, já que o objetivo delas é objetivar essas políticas, destarte, lançam mão da pós-modernidade. Motta (2012) nos apresenta a categoria de contra ideologia inofensiva, consideramos a pós-modernidade como parte dessa categoria, pois ela não enfrenta a fundo as raízes do neoliberalismo ou do capitalismo em si.

comercialização de derivados. Não podemos nos esquecer do campo de batalha que se instalou na frente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro contra privatização da Companhia da Vale do Rio Doce, no ano de 1997, mesmo ano que se privatizaram diversos bancos e o setor de telefonia no Brasil.

A agenda de privatização e abertura comercial é resultado das medidas econômicas condensadas no Consenso de Washington, difundidas mundialmente pelo FMI. Sua principal promessa estava fundamentada em duas teorias, na Teoria do Derrame que defendia que quanto mais o mundo produzisse, maior seria o acúmulo de riquezas facilitando a divisão entre a população; e na Teoria do Desenvolvimento, onde o subdesenvolvimento era considerado uma etapa para alcançar a modernidade. (MOTTA, 2012).

Entretanto,

Contrariando os argumentos dos defensores da globalização neoliberal de que com o “livre mercado” as possibilidades de acumulação de riquezas seriam ampliadas e, dessa forma, o excedente de tal riqueza chegaria até os países e as camadas mais pobres da população, constatou-se nesse período a intensificação da polarização entre países e entre classes e um extraordinário aumento da pobreza, do desemprego e da precarização do trabalho, inclusive nos países centrais. Na concepção de Choussudovsky (1999), o que ocorreu foi a globalização da pobreza. (MOTTA, 2012, p.29-30).

As privatizações, o Estado “mínimo” para o social, ou em outras palavras, o neoliberalismo não auxiliou na distribuição de renda, muito pelo contrário, temos como um dos maiores exemplos atuais dos efeitos da privatização o estouro na barragem de Fundão na cidade de Mariana – MG. O desastre socioambiental de maior impacto na história do Brasil, ocorrido em novembro de 2016. Entre os culpados por destruir uma das maiores bacias de água doce do país e gerar um novo surto de febre amarela estão a mineradora Samarco e suas acionistas a Vale⁷³, BHP⁷⁴ e VogBR⁷⁵.

73 Estatal privatizada em 1997, por apenas R\$3,3 bilhões. Ocupa o 1º lugar na produção mundial de minério de ferro, pelotas e níquel. 332,4 mi de toneladas métricas de minério de ferro produzidas em 2014. US\$ 1,1 bi em investimentos, sendo 24% em Ações Sociais e 76% em projetos ambientais. É a maior empresa de mineração do mundo, antiga empresa estatal e que hoje é responsável pelo desastre e também participa das investidas na educação a partir de suas parcerias com a Undime, Codime.

74 A BHP Billiton está entre os maiores produtores mundiais de commodities, incluindo minério de ferro, cobre e urânio. Temos também interesses substanciais no petróleo, gás e energia. Extraímos e processamos minerais,

A tensão dos anos 90 na América Latina e Caribe foi sentida em todo o mundo. A agenda neoliberal de privatização, financeirização instalou uma política de intensificação da desigualdade social. As reações da classe trabalhadora, que em nosso país é majoritariamente negra e periférica, se somaram às lutas no México, Argentina, Chile pressionando os principais organismos multilaterais e a social-democracia a buscarem alternativas ao aumento da pobreza e desigualdade social. Motta (2012) afirma que a velha concepção liberal de que a pobreza acentuada ameaça a coesão social, colocando em risco a governabilidade é retomada. O BM e outros organismos iniciam a formulação de estudos e intervenções visando assegurar a coesão social e as bases de governabilidades dos países pobres, garantindo o enfrentamento a pobreza e o crescimento econômico exigido para manter as taxas de lucro.

Para justificar a continuidade da aplicação da agenda neoliberal agora envolta em novos moldes, o BM e seus intelectuais fortaleceram as pesquisas para desenvolver uma base teórica que sustentasse os ajustes estruturais ao mesmo tempo que assegurasse a coesão social. Uma máscara a velha conhecida barbárie capitalista.

A crise de 1982 no México alertou que a situação poderia se intensificar para todos os países da América Latina e África. Ela não somente se intensificou como gerou uma instabilidade do mercado internacional, exigindo que o FMI e o Banco Mundial assumissem a direção do processo de redução das crises, coordenando por meio das condicionalidades às dívidas e de ajustes às orientações político-econômicas elaboradas especificamente para os países em desenvolvimento.

petróleo e gás de nossas operações de produção localizadas principalmente na Austrália e nas Américas. Nossos produtos são vendidos em todo o mundo, com vendas e marketing conduzido através de Cingapura e Houston, Estados Unidos. Nossa sede global está em Melbourne, Austrália. Operamos em uma estrutura de duas empresas listadas, com duas empresas-mãe (BHP Billiton Ltd e BHP Billiton Plc) operadas como uma única entidade econômica. Somos geridos por um Conselho unificado e de gestão. Tradução nossa, disponível em: <http://www.bhpbilliton.com/our-approach/our-company/about-us> Acesso em 30 de janeiro de 2017.

75 A VOGBR tem atuação nas áreas de Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos, voltada para o setor de mineração, participando de todas as fases dos empreendimentos, desde estudos e projetos, até o acompanhamento técnico das obras. A partir de um corpo técnico multidisciplinar e experiente, oferece soluções inteligentes e diferenciadas. Com uma estrutura de gestão, controle e planejamento de projetos, a VOGBR garante suas entregas com o rigor exigido no setor, onde formalização, procedimentos, segurança, prazo, custo e qualidade são requisitos básicos.” A cidade de Mariana – MG e o país sofre com o rigor de segurança dessa empresa. Disponível em: <http://vogbr.com.br/empresa.php?Id=1> Acesso em 30 de janeiro de 2017.

O FMI e o Banco Mundial, convencidos de que os mecanismos do livre mercado iriam solucionar grande parte dos problemas enfrentados pelos países endividados (“inflação, desemprego, subinvestimentos, burocracias públicas ineficientes etc.”), exigiram: “reduzir os gastos públicos (com ênfase na área social), colocar um fim nas restrições comerciais, remover subsídios e criar mecanismos legais e financeiros para a economia de mercado livre. (Idem, 2012, p.51)

A crise se aprofunda, culminando no pedido de moratória do México⁷⁶, e a esse acirramento soma-se o endurecimento do BM para conceder os empréstimos. O Banco Mundial inicia a política de exigir condicionalidades para conceder o investimento, exigência consubstanciada em troca dos estudos elaborados pelas agências, obtendo o poder de intervir nas políticas internas, influenciando, em última instância, na própria legislação dos países “parceiros”. Vemos, portanto, uma drástica mudança na política do organismo, colocando-o como protagonista no processo de reestruturação e exploração dos países em desenvolvimento, característica que fortalece seu papel como aparelho privado de hegemonia.

A esse novo papel do BM tem-se o objetivo primordial de monitorar de perto as economias da América Latina e África como vistas a reduzir a pobreza de modo eficaz, tornando-se uma condicionalidade, uma meta a ser cumprida a partir dos acordos firmados de empréstimo. No entanto, mesmo com políticas sociais focadas nas camadas mais pobres da população, como pontuado anteriormente, o endurecimento dos acordos e das soluções para a crise somente aumentaram a pobreza e desigualdade.

Segundo os Dados do Relatório da ONU (2000), a diferença entre países ricos e pobres, no período 1960-62 e 2000-02 vem aumentando. A renda per capita média avançou sete vezes mais para os países ricos em comparação aos 25% de avanço dos países mais pobres. No início dos anos 1990, 45% das rendas nacionais eram detidas por apenas 10% dos países ricos, sendo o Brasil o líder da região, “os 10% mais abastados tem renda equivalente a 32 vezes o que ganham 40% mais pobres. Em 1980, a América Latina e o Caribe tinham renda per capita média de 18% dos rendimentos dos países mais ricos do mundo. Em 2001, os ganhos eram só de 12,8%”. (MOTTA, 2012, p.59). Em 2014, a desigualdade entre os países ricos e pobres alcançou seu maior nível em 30 anos. Os 10% da população mais rica e que são

76 A Restauração da Economia Mexicana. Disponível em:

<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/03/24/a-restauracao-da-economia-mexicana/> Acesso em 15 de ago. de 2016.

membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE) ganham 9,5 vezes a renda dos 10% mais pobres⁷⁷.

Portanto, a teoria do Derrame, onde as riquezas do mundo deveriam aumentar para assim propiciar a divisão entre os países e as populações, falhou. Não houve crescimento econômico e nem derrame de riqueza para os países pobres como defendido pelo FMI e Banco Mundial. Assim como a Teoria do Desenvolvimento também se mostrou falha, pois aos olhos do BM as dificuldades dos países pobres melhorarem seu crescimento e condições de vida eram de responsabilidade dos governos desses países, pois esses locais não souberam encontrar a generalidade das condicionalidades impostas e adapta-las as condições de cada país, portanto não são as políticas do neoliberalismo que estavam equivocadas, mas sim as escolhas políticas dos governantes dos países de capitalismo dependente. (MOTTA, 2012).

Somando as pressões advindas com o aumento da pobreza, da desigualdade social e das lutas encampadas pelos movimentos sociais, os organismos internacionais iniciam um processo de “auto-avaliação” de suas políticas, conformando novas orientações e estratégias para o desenvolvimento do milênio.

Destarte, em 1995 inicia-se um movimento de reuniões e fóruns entre diversos chefes de Estado e as agências multilaterais para discutir as consequências das crises econômicas nos países de capitalismo dependente e suas influências na governabilidade. Esse primeiro encontro foi a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social”, ocorrida em Copenhague. Desse encontro das lideranças dos países desenvolvidos culminou a realização da Cúpula do Milênio, organizada pelas Nações Unidas (ONU), nos anos 2000, definindo como marco prioritário o combate à pobreza. Motta (2012, p.132) argumenta que após a realização dessas reuniões criou-se um consenso sob a ideia de reformar o papel do Estado dos países dependentes a fim de fortalecer a “governabilidade democrática e uma maior eficácia dos mercados”. Destarte, a política definida para superar esse quadro de aumento de pobreza e perda de controle dos governos para gerenciar o Estado propiciando o crescimento econômico foi baseada na “modernização” do próprio Estado e no fortalecimento da sociedade civil.

77 Mais em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/diferenca-entre-ricos-e-pobres-alcanca-maior-nivel-em-30-anos-aponta-ocde-8762.html> Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

Com isso, novas orientações de políticas foram elaboradas para o novo milênio, novas ações foram traçadas e velhos conceitos foram ressignificados. As concepções de desenvolvimento e pobreza foram ampliadas, atribuindo-se uma dose de complexidade, pragmatismo e eticidade, como declara a equipe do Banco Mundial. Na perspectiva dessa instituição, o Estado não deve ser nem mínimo nem máximo, mas ativo. E a sociedade civil, mantendo status de uma terceira esfera, entre o Estado e o mercado, deve fortalecer a ética nas relações sociais, transmitindo valores de solidariedade, e exercer uma função educadora junto à camada **mais pobre da classe trabalhadora**, a fim de formar uma **consciência cívica** necessária à sua **participação nos processos decisórios locais**, visando à aplicação do **potencial produtivo de que ainda dispõe**. (Idem, 2012, p.132, grifos nossos).

Motta (2012) assevera que os discursos fomentando uma nova política de redução da pobreza, destinada aos países em desenvolvimento, apresentavam em sua essência uma apreensão sob os riscos de perda da base de governabilidade e uma subjetivação do termo pobreza. A visão de pobreza não estava mais sendo entendida como um problema da nação, mas sim dos indivíduos e de seus grupos. A autora se fundamenta nos estudos de Bernardo Kliksberg⁷⁸ que analisaram os discursos ocorridos na Cúpula em Copenhague, entre eles destacamos a fala do ex-presidente do Chile, Patricio Aylwin.

Os pobres, em geral, não são os responsáveis por sua situação. Muitos deles são pessoas esforçadas, que conseguiriam superar essa condição se contasse com no mínimo de apoio ou se as condições gerais do país fossem melhoradas. (Kliksber apud Motta, 2012, p.62).

A autora salienta que a subjetivação da pobreza fomenta uma abordagem de novo tipo de pobreza, uma tendência que emergiu no final do século XX e se mantém atualmente na agenda dos organismos multilaterais.

Para o Banco Mundial, segundo o Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra pobreza, o conceito de pobreza ultrapassa a renda, o limitado desenvolvimento humano, mas assume também aspectos de vulnerabilidade, escassos espaços de representação, poder e voz. Sendo assim, consideram que a pobreza vista de forma multidimensional “aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é

⁷⁸ Ele foi coordenador do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES), é atualmente Conselheiro Especial da ONU para programas de desenvolvimento. É considerado o pioneiro nas elaborações de desenvolvimento ético, capital social e responsabilidade social.

preciso levar em conta outros aspectos, como fatores sociais e as forças culturais”. (BANCO MUNDIAL, 2000)

O relatório aceita a visão estabelecida da pobreza, que engloba não só a renda e consumos baixos, mas também níveis baixos de educação, saúde, nutrição e outras áreas de desenvolvimento humano. Com base no que a pobreza significa para a maioria das pessoas, amplia essa definição para incluir a falta de poder e voz e a vulnerabilidade ao medo. (idem, p.19).

A pobreza, independente se objetiva ou subjetiva, aumentou. A desigualdade entre classes, no caso brasileiro o abismo entre brancos e negros, entre países configurou segundo a autora, um novo mapa mundial, onde podíamos localizar zonas de pobreza até mesmo em países ricos e regiões inteiras. Com o aumento da desigualdade criou-se uma onda de protestos contra a globalização, como já explicitado anteriormente nos casos brasileiros, mexicanos e argentinos.

Diante desse quadro, os principais organismos multilaterais concluíram que essa “nova” pobreza deveria ser combatida e as orientações macroeconômicas para o desenvolvimento de matrizes ortodoxas, suplantadas. Outra metodologia econômica, mais humana, devia ser então implementada. (Idem, 2012, p.67).

Logo, para enfrentar a crise do capital das décadas de 80 e 90 foi preciso que os próprios intelectuais do capital realizassem uma “auto-crítica”, no entanto, a profundidade dessas críticas não ultrapassaram a aparência do problema. Não questionou-se o modo de produzir a vida, o capital em si, mas apenas as políticas que cada governo desenvolvia diante do aumento da pobreza advindas das políticas macroeconômicas elaboradas pelas agências multilaterais. Portanto, as respostas para superar o aumento da pobreza na virada do milênio também ficaram em sua aparência, ficaram restritas a mudanças no Estado, considerado pelos intelectuais do capital o responsável pela crise e pelos problemas da globalização.

O combate as mazelas do capitalismo se dão com o reforço do mercado regulando a vida, em outras palavras, ocorre com uma reformulação do neoliberalismo. A solução é mais do mesmo segundo a cartilha do capital. No entanto, um novo sujeito modelou a velha máscara ao capitalismo.

Foi a social-democracia que fundamentou a proposta vindoura para reformar o Estado, a chamada “terceira via”. Segundo Motta (2012), o renascer da proposta da terceira via teve como principal incentivador o ex primeiro-ministro Tony Blair, sendo fundamentado teoricamente com os estudos de Anthony Giddens.

Entre a social-democracia do velho estilo keynesiano, que compreende o capitalismo de livre mercado, dotado de “qualidade irracionais”, porém possíveis de serem controladas pelo Estado, e o neoliberalismo que, ao contrário, defende o Estado-mínimo e concebe um mercado com qualidades superiores, a terceira via pretende criar um projeto político modernizador para que a social-democracia possa administrar a crise do sistema, aprofundar a democracia e promover mais igualdade de oportunidades – a chamada “redistribuição de possibilidade”. (MOTTA, 2012, p.78).

A responsabilidade dos problemas gerados na aplicação da agenda neoliberal elaborada pelo BM nos países em desenvolvimento foi delegada aos governos e a estrutura em que estavam assentados. Destarte, o Estado mínimo defendido pelos liberais foi considerado também como responsável, pois a falta de participação dos governantes e da população inviabilizaram que as condicionalidades dos planos macroeconômicos fossem adaptadas às realidades locais. Era necessário aperfeiçoar a democracia burguesa sem que o Estado máximo desenvolvido com a política do Welfare State retornasse, de tal forma que os ajustes estruturais e a redução dos gastos públicos fossem garantidas.

Seria, portanto, um Estado ativo, um Estado baseado na sociedade civil enquanto um terceiro setor, sendo esse setor compreendido como uma esfera a parte do próprio Estado, da sociedade política.

Há na proposta da terceira via a intenção de se consolidar uma “esquerda moderna”, que visa governar um tipo de capitalismo “competente e justo”. Competente no sentido de conformado aos moldes de uma gerência empresarial, participativa e transparente, e que divide a administração dos riscos dos negócios com os empregados. E justo, de forma a aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidades. (Idem, 2012, p.81).

A autora assevera que o sentido de democracia está relacionado ao que os estudos da pós-modernidade defendem, ou seja, nega-se a democracia como participação da população como um todo e descentraliza o governo visando a participação local, dos bairros e pequenas cidades. Destaca-se a participação localizada de tomadas de decisão, são as comunidades

locais, tipicamente pobres e carentes que devem ser o foco de atuação, pois são o centro da pobreza e da degradação cívica.

Nessa conjuntura de crise e aumento da pobreza o sentido de cidadania vem perdendo espaço também. Para Giddens (apud MOTTA, 2012), o declínio da cidadania vem acompanhado com o descrédito do senso de solidariedade, aumento da violência e a dissolução da família⁷⁹. Considerando fundamental a aliança entre Estado e sociedade civil para renovar essa cultura cívica que vem se perdendo.

Para desempenhar eficazmente esse papel, a política da terceira via defende: uma nova economia mista, que busque uma nova sinergia entre os setores públicos e os privados; parceria entre Estado e sociedade civil, principalmente no processo de superação do declínio cívico e no controle da criminalidade; o cultivo do potencial humano, como substituto da redistribuição a posteriori e da educação como uma base da redistribuição de possibilidade. (MOTTA, 2012, p.82).

O Estado ativo tem, portanto, a função de administrar os riscos e aparências do aumento da pobreza, não somente em seu âmbito objetivo, como subjetivo visto no declínio da cidadania e da família; de forma responsável e pautada por metodologias empresariais junto a empresas da chamada sociedade civil. Uma contrarreforma do Estado elaborada pela social democracia como resposta do capital a solucionar suas crises.

3.1. ENCONTRO CÚPULA DO MILÊNIO E SEUS OBJETIVOS

As modificações no papel do Estado e prevalência da sociedade civil para gerenciar programas voltados para a camada mais pobre da população tem como subsídio o Encontro de Cúpula do Milênio, anteriormente mencionada. Nesse encontro estavam presente 189 países,

⁷⁹ Elabora-se crítica a dissolução da família e aumento da violência, porém, em nenhum momento é questionado a violência contra LGBTs e a primeira posição do país no índice de assassinatos a pessoas trans ou o número de mulheres violentadas dentro de casa. Questiona-se a destruição da família sem tocar em todas as determinações que contempla esse fenômeno.

entre eles o Brasil, que assinaram a Declaração do Milênio⁸⁰. Este documento tinha como objetivo geral acabar com a pobreza e a fome até o ano de 2015, contendo oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que segundo Motta (2012) são: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino primário universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade do meio ambiente; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento e a luta contra a pobreza. Para cada objetivo traçado havia 18 metas a serem cumpridas.

Esses objetivos e metas fizeram parte dos programas elaborados pelo Banco Mundial direcionado aos países tomadores de empréstimo e constam nos documentos intitulados de Estratégias de Assistência ao País (EAP). Motta (2012) nos elucida sobre o caráter desse documento.

O EAP é um documento estratégico de implementação do plano geral de atividades e das operações de empréstimo do grupo do Banco Mundial para os países tomadores de empréstimos. Nele estão descritas as estratégias de assistência do Banco com base em uma avaliação das prioridades no país e são indicados os níveis e a composição da assistência a ser proporcionada conforme a carteira e o desempenho econômico do país. Essa avaliação é composta por um diagnóstico que implica: exame do desempenho econômico do país, especialmente dos avanços conseguidos nas reformas estruturais prescritas pelo BM; avaliação de toda a gama de prioridades orçamentárias e eficiências nas despesas do país; análise de um conjunto de atividades com potencial de desenvolvimento; avaliação do desempenho no que diz respeito à redução da pobreza; identificação e avaliação das oportunidades de crescimento do setor privado, bem como de barreiras a esse crescimento; identificação dos problemas ambientais mais prementes e a capacidade de enfrenta-los. (Idem, 2012, p. 136).

Atualmente o Banco Mundial substituiu o EAP pelo documento intitulado Estratégia de Parceria de País (EPP)⁸¹, sendo que o último documento estratégico elaborado para o

80 Documento elaborado Cepal, Unesco, FMI, BIRD, Organização Mundial do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Unicef, entre outros.

⁸¹ A Estratégia de Parceria de País (CPF, em inglês) do Grupo Banco Mundial visa tornar nosso modelo mais sistemático, baseado em evidências, seletivo e focado no duplo objetivo do Banco de acabar com a pobreza extrema e aumentar a prosperidade compartilhada de forma sustentável. O CPF substitui a Estratégia de Assistência ao País (CAS, em inglês). Usado em conjunto com um Diagnóstico Sistemático de País (SCD), o CPF orienta o apoio do Grupo do Banco Mundial (GBM) a um país membro. Disponível em: <http://www.BANCO MUNDIAL.org/en/projects-operations/country-strategies> Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

Brasil foi produzido em setembro de 2011, compreendendo os exercícios fiscais de 2012 a 2015 que coincidiu com o primeiro semestre de governo da presidente Dilma.

O documento foi elaborado pelo Grupo do BM⁸² e pelas unidades setoriais da Região da América Latina e do Caribe e em colaboração com as autoridades brasileiras⁸³ nos níveis Federal, Estadual e Municipal e visa

a criação de oportunidades para redução da pobreza e da desigualdade definindo como meta os pobres e vulneráveis, apoiando o crescimento e a criação de empregos, fortalecendo a governança, promovendo uma ação coletiva global, estimulando a inovação e competitividade no setor privado e abordando a mudança climática (BANCO MUNDIAL, 2011, p.1).

O relatório apresenta um resumo executivo com ponderações sintéticas sobre os aspectos econômicos, comerciais sobre o país e os desafios a serem cumpridos, gerando os seguintes objetivos: 1) Aumentar a eficiência dos investimentos públicos e privados; 2) Melhorar a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda; 3) Promover o desenvolvimento econômico regional; 4) Melhorar a gestão sustentável de recursos naturais e a resiliência ao clima.

Em sua parte inicial, é retomado as políticas efetuadas no período anterior desta EPP para analisar o desempenho econômico do país frente as possibilidades de agravamento da crise mundial, levantando a possibilidade de uma desaceleração do crescimento. Essa possibilidade era reduzida, segundo o BM, pelas grandes reservas externas do país; pela solidez do sistema financeiro e pela alta taxa da demanda interna. O Banco defendeu a postura fiscal do Brasil em aumentar a economia, ou em outras palavras, os ajustes estruturais e cortes

⁸² Mais especificamente foram o BIRD e IFC que elaboraram o documento. A Corporação Financeira Internacional (IFC) é a agência responsável pelo desenvolvimento da região Nordeste do país, pois é a mais pobre; pelo desenvolvimento sustentável na Amazônia e outros ecossistemas tidos como frágeis. No ano 2011 a relação com essa agência se aperfeiçoou, colocando o Brasil como o país que mais desenvolveu negócios com a IFC no mundo. Para o novo período abrangido pelo documento essa relação se modificaria a partir de um maior foco de investimentos para as regiões fronteiriças e mais pobres do Brasil, ampliando o apoio à inovação e a competitividade com os governos Estaduais a partir das Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas áreas de infraestrutura, setores sociais e meio ambiente (p.iii)

⁸³ Participaram também o setor privado, sociedade civil e sete governadores de estado. “Como o programa do Banco Mundial está cada vez mais direcionado para o nível subnacional, as consultas tiveram um foco específico em clientes e grupos interessados estaduais e municipais. Ao todo, as consultas subnacionais englobaram todas as cinco regiões do país, representando mais de 70% do PIB brasileiro e 65% da população do país” p.17.

dos gastos públicos a fim de equilibrar a demanda interna e define as políticas de redução da desigualdade do Brasil como satisfatória⁸⁴, pois desde 2003 o país conseguiu tirar da pobreza 22 milhões de pessoas, superando a crise mundial de 2008-2009.

Segundo o Banco, o fato primordial que auxiliou o país a enfrentar a crise mundial foi consolidado pelas eleições de 2010, onde a presidente Dilma ratificou o modelo econômico do país e sua “estratégia política baseada em superávits primários, metas de inflação e taxa de câmbio flutuante” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.2). Sendo que no início de 2011 o superávit primário alcançou o marco de 92 bilhões de reais, atingindo 78% da meta estipulada para o ano. Destarte, a taxa de crescimento do PIB aumentaria para 4 a 4,5% após a recessão desenvolvida na crise. Esse crescimento estipulado a médio prazo estava relacionado com o aumento dos investimentos concentrados na exploração de petróleo em alto mar e pela construção das estruturas para a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

O positivo cenário desenhado pelo BM indicava também um progresso social rápido, apesar do Brasil figurar entre os 10 países mais desiguais do mundo.

2003 e 2009 a pobreza caiu até 40% e a pobreza extrema até 52%. Mais de 22 milhões de brasileiros emergiram da pobreza durante esse período e quase 13 milhões saíram da pobreza extrema. O rápido progresso social também foi observado em áreas da educação e da saúde. A subnutrição entre crianças com menos de cinco anos foi reduzida em mais da metade desde a década de 1990. As taxas de sobrevivência nesse grupo etário e a fração de crianças com peso adequado para sua idade atingiram 98%. Quase todas as crianças estão matriculadas atualmente na escola - 98% delas com idade entre 7 e 14 anos e o acesso à eletricidade é quase universal. Além disso, as diferenças associadas a gênero nos resultados da educação foram basicamente eliminadas e, na verdade, um hiato a favor das meninas agora existe nas taxas de matrícula nos ensinos médio e superior. (Idem, 2011, p. 7).

Para que o país continuasse a crescer e reduzisse a pobreza, o BM apresentou que os altos índices de crescimento agregado e um aumento na produtividade e nos salários dos trabalhadores na base da distribuição de renda era necessário. Assim como um aumento nos investimentos públicos e privados na infraestrutura e a continuação dos cortes nos gastos públicos. A produtividade da mão-de-obra seria desenvolvida a partir de melhorias complementares na qualidade e quantidade de capital humano.

⁸⁴ O documento ainda defende que as reformas de Estado realizadas na década de 1990 e as “sólidas políticas sociais e macroeconômicas” promoveram um longo período de estabilidade política e econômica gerando ganhos sociais.

A expansão massiva da escolaridade no Brasil nos últimos 15 anos teve efeitos dramáticos na força de trabalho. Em 1993, perto de 70% da força de trabalho não havia concluído o ensino médio. Hoje esse número é de 40%. A maior mudança não é o acesso à escola fundamental, mas a parcela muito mais alta de crianças que permanecem na escola até o ensino médio. Para o sistema de educação básica, a implicação primordial é a urgência de se elevar os padrões de **aprendizado dos alunos, especialmente entre crianças pobres**. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.10, grifos nossos).

Voltando para a atual análise desta EPP, segundo o Banco Mundial, o Brasil vem passando por uma transição demográfica onde o número de pessoas que precisam ir à escola vem diminuindo ao passo que o número de idosos está aumentando, gerando alguns desafios e oportunidades:

O desafio é aproveitar esta oportunidade para melhorar a **eficácia** do sistema educacional, de modo que eleve a **produtividade** da próxima geração. Por outro lado, as despesas com seguro social e saúde devem aumentar substancialmente, impulsionadas principalmente pela parcela crescente de idosos na população. Embora as reformas previdenciárias de 1999 e 2003 tenham reduzido pela metade os custos previstos com despesas previdenciárias, esses custos devem mais do que dobrar para 22,4% do PIB até 2050. (Idem, 2011, p.10, grifos nossos).

Após a realização desse diagnóstico da conjuntura econômica, o documento aponta a possibilidade do Brasil cumprir a maioria dos Objetivos do Milênio até 2015, pois à vista do Banco, o país está melhorando os resultados sobre a saúde infantil, aumentando o acesso à educação básica perto da universalidade e diminuindo o desmatamento da Amazônia. No entanto, é necessário continuar os avanços para atingir “um desenvolvimento ainda maior, com abordagens ainda mais inovadoras, integradas e intensivas em conhecimento” (p. i).

Destarte, três grandes desafios para o país são elencados. O primeiro concerne a aceleração do crescimento econômico para diminuir a possibilidades de crises, sendo importante aumentar a “poupança e investimento, redução de hiatos de infraestrutura, aumento da produtividade do setor privado e melhoria do **capital humano**” (BANCO MUNDIAL, 2011,p.1, grifos nossos). O próximo desafio seria de diminuir a desigualdade e oferecer oportunidades de desenvolvimento, destacando a participação das mulheres. O terceiro era aumentar a sustentabilidade e a resiliência ambiental com foco na conservação da biodiversidade.

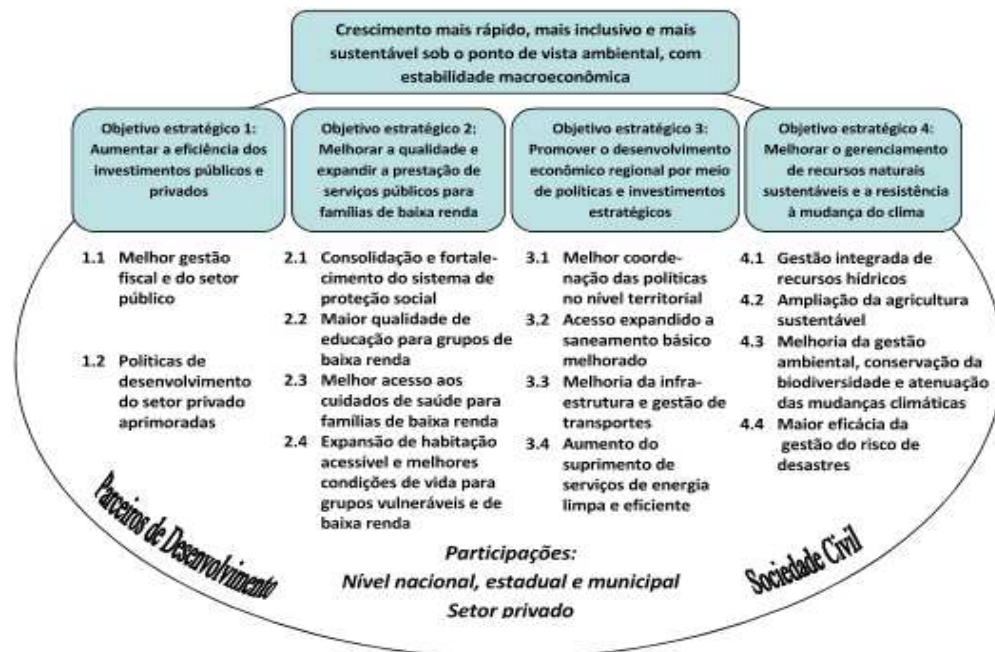
Considerando os desafios elaborados, fica-nos nítido o novo papel do Banco Mundial em não somente realizar empréstimos⁸⁵, mas principalmente produzir conhecimento com o foco na redução da pobreza, assegurando a coesão social e reduzindo os impactos das crises estruturais. Esse novo papel tem como balizador quatro princípios: Flexibilidade; Seletividade; Inovação e Alavancagem, sendo os dois últimos mais explícitos no tocante da direção ideológica promovida, pois a inovação visa promover reformas de políticas públicas a partir do oferecimento de instrumentos tidos inovadores, como o empréstimo baseado em resultados; e o último apresenta a utilização de recursos do governo, setor privado e outros parceiros para promover o desenvolvimento almejado.

A partir dos três desafios são propostos quatro objetivos estratégicos que visam minimizar os problemas de desenvolvimento de segunda geração para assim alcançar taxas maiores de crescimento sustentável. São eles: (i) aumentar a eficiência de investimentos públicos e privados; (ii) melhorar a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda; (iii) promover o desenvolvimento econômico regional por meio de políticas melhoradas, investimentos em infraestrutura estratégica e apoio para o setor privado em áreas “de fronteira”; e (iv) melhorar ainda mais a gestão sustentável de recursos naturais e aumentar a resiliência climática e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento econômico local e ajudar a atender à crescente demanda mundial de alimentos. (BANCO MUNDIAL, 2011).

Tendo em vista os quatro objetivos estratégicos elencados, o BM apresenta ainda 14 áreas de resultados básicos, destacando que a viabilidade do alcance ou não desses resultados depende da capacidade gerencial dos governos, portanto, isenta-se do processo de aplicação dessas políticas assim como fez durante a crise 1980-90 na América Latina.

⁸⁵ O documento aponta como fator limitante para o volume de empréstimos o tamanho do programa (16,5 bilhões de dólares destinados ao Brasil) considerado relativamente pequeno em relação à economia brasileira e a complexidade dos projetos multissetoriais elaborados. Defende que a parceria entre o BM e o Brasil deve superar essa limitação de um montante líquido “pequeno”, pois a influência do BM não deve se restringir apenas as contribuições financeiras, mas principalmente para desenvolver conhecimentos “destinados a apoiar intervenções inovadoras que, ampliadas, podem fornecer benefícios que poderiam exceder bastante o impacto direto dos projetos originais do WBG” p. iv

Figura 5: Objetivos Estratégicos da EPP do Brasil para o EF12-15 e Áreas de Resultados



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2011.

Para cada área de resultado apresentada na figura anterior, o Banco desenvolveu objetivos específicos a serem cumpridos. A seguir, iremos analisar algumas das metas referentes aos objetivos 1 e 2, concernente ao nosso objeto.

2.1.2. Objetivo estratégico 1: Aumentar a eficiência dos investimentos públicos e privados.

Melhoria da gestão fiscal e do setor público, concerne a administração da máquina estatal e segundo o BM, o próximo passo do Brasil seria promover sistemas administrativos eficientes para permitir que os recursos economizados com a política de ajustes estruturais sejam utilizados em um ambiente transparente e normativo, tendo como critério gerencial a responsabilização de modo a evitar a corrupção e práticas fraudulentas contribuindo, assim, para o cumprimento das obrigações tributárias com o Banco.

Meta 10:

Aumentar os mecanismos participativos para incorporar as perspectivas regionais e dos cidadãos no processo de formulação de políticas, inclusive por meio de debates públicos destinados a identificar problemas locais e soluções viáveis, ajudando a determinar prioridades, **gerando consenso e fortalecendo mecanismos de responsabilização entre o governo e os cidadãos**. (BANCO MUNDIAL, 2011,p.24, grifos nossos).

Motta (2012) assevera que a necessidade da participação popular para o BM, mesmo que limitada às consultas virtuais, pode fomentar o consenso, auxiliando a aplicação dos ajustes estruturais realizados pelo governo. A ideia de possibilitar maior participação nas decisões políticas foi subsidiada por uma pesquisa realizada⁸⁶ pelo próprio Banco nos anos 1990. A participação é mediada pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e associações da sociedade civil, ou seja, aquele suposto “terceiro setor” que é responsável pela articulação entre os cidadãos e os governantes. É possível perceber a limitação dessa participação na atual discussão sobre a Reforma do Ensino Médio, onde os estudantes recém formados do ensino fundamental deverão optar por áreas do conhecimento a serem estudadas no ensino médio. O governo brasileiro reforça que a possibilidade de escolha é um fator de incentivo, positiva, no entanto, não aborda e nem permite que os próprios estudantes elaborarem as opções a serem escolhidas ou até mesmo questione a necessidade de restringir sua formação a uma área de conhecimento somente. Uma liberdade de escolha com possibilidades desiguais não é liberdade. A participação social é limitada ao que a burguesia define como imprescindível aos pobres.

Meta 11.

Promover o uso sistemático de **informações de desempenho** durante todo o planejamento, orçamento e ciclo de política e a adoção de técnicas modernas da **gestão de desempenho**. O Banco Mundial apoiará esforços para alinha melhor as prioridades das políticas estratégicas com a alocações orçamentárias, aumentar o foco nos **resultados apresentados** com os recursos fornecidos e enfatizar a **responsabilidade individual e organizacional e a responsabilização pelos resultados**. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.25, grifos nossos).

A nosso ver essa meta apresenta nexos com a tarefa primordial do Banco Mundial em expressar sua atuação baseada em evidências. A necessidade de quantificar, relacionar o desempenho a qualidade dos serviços prestados cabe em espaços empresariais, fabris e que são aprimorados com a divisão social do trabalho. Ao exportar essa ideia para a educação

⁸⁶ Conhecida como Vozes dos Pobres: Brasil. Relatório nacional (relatório participativo sobre a pobreza preparado para o Poverty Reduction and Economic Management Network) Washington, 2000.

vemos o salário das professoras indexados com o desempenho dos estudantes como forma de garantir a melhor qualidade da formação docente. Política que vem sendo duramente criticada pelos movimentos sociais, pois ela não vem acompanhada de melhores investimentos nas redes públicas de ensino, mas responsabiliza severamente a qualidade de vida das professoras pela falta de investimento em sua formação e atuação e as culpabiliza pelo fracasso escolar.

Objetivo Estratégico 2: Melhorar a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda

O BM compreende que os esforços para erradicar a pobreza devam ocorrer de forma coordenada com diversos setores e em todos os níveis de governo, pois adotam uma visão multidimensional de pobreza. Cita a necessidade de fortalecer o Programa Bolsa Família e partir desses programas de transferência direta de renda elabora o seguinte objetivo específico:

Por outro lado, o Governo brasileiro está dando muita ênfase no fornecimento de oportunidades para todos os brasileiros terem vidas dignas e produtivas. Isso exige ir além de garantir acesso a níveis mínimos de renda e serviços básicos. Isso implica em focar na **melhoria do capital humano**, da **capacidade de geração de renda** e das condições de vida das populações de baixa renda. (Idem, 2011, p.26).

Mesmo que não explicita, é perceptível a concepção de educação elaborada pelo Banco. É necessário formar a nova geração de modo que sejam capazes de produzir, que sua mão-de-obra não seja desperdiçada e possa gerar, formal ou informalmente (vide o incentivo ao micro empreendedorismo), sua renda. Ao indivíduo exige-se que produza e se encaixe no mercado de trabalho globalizado e flexível, auxiliando o país a produzir, permitindo que o crescimento econômico seja alcançado. Portanto, para esse tipo de indivíduo a educação não precisa ser omnilateral, científica, ela deve ser focada na melhoria das capacidades que auxiliarão nos processos de trabalho. Esse é o fundamento da teoria do capital humano, que atualmente aparece reconfigurada nas agências multilaterais a partir da Teoria do Capital Social, que abordaremos ao final do capítulo.

A partir da análise do EPP, temos, portanto, a consolidação de um quadro elaborado pelos intelectuais do capital e pela social-democracia, concentrada no trabalhismo inglês, de tentativas para amenizar os efeitos da crise do capital concentradas nos anos 80 e 90.

Entre as soluções desenhadas temos a contrarreforma do Estado a partir da terceira via e fortalecimento da sociedade civil, conformando o Estado ativo. O protagonismo da sociedade civil, entre outras determinações, se fundamenta na elaboração das políticas de desenvolvimento do milênio calcadas em uma nova concepção de educação, visando a adaptação das comunidades locais e da população mais pobre, que não tem assegurados a estabilidade de trabalho, a possibilidade de desenvolverem capacidades que os tornem flexíveis às rápidas transições entre empregos. Essa concepção de educação, segundo Motta (2012) funda um incentivo ao conformismo, pois dissemina junto à população um clima de não-confronto, solidário e coeso na tentativa de solucionar os problemas sociais, caracterizando o que Gramsci veio denominar de Estado educador.

3.2 O ESTADO EDUCADOR PARA O CONFORMISMO E PARALISIA

Antonio Gramsci foi o intelectual marxista que desenvolveu o conceito de Estado Ampliado. Essa concepção visa acrescentar novos elementos ao comitê executivo da classe dominante, denominação de Marx para conceituar o Estado. Para Gramsci, o Estado apresenta outras relações além de seu papel coercitivo. A partir da identificação de dois planos contidos na superestrutura, a sociedade civil e sociedade política, Gramsci amplia a concepção de um Estado-coerção atribuindo a disputa de interesses dos diferentes grupos sociais e suas ideologias visando exercer sua hegemonia um elemento essencial para construir consensos, ampliando a noção de Estado.

Motta (2012) se apoia em Gramsci ao argumentar que o papel educador do Estado é demonstrado na tentativa de dirigir e formar a sociedade para uma específica vontade política, em nosso caso, a formação da classe trabalhadora para o “fluído” mercado de trabalho. Destarte, os mecanismos de hegemonia precisam ser aprimorados, tornando-se sutis. A disputa pela direção intelectual e moral da sociedade se desconcentra na escola e passa a ocupar os espaços das mídias e, principalmente, das agências multilaterais e ONGs.

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2000, p. 23).

A educação nesse sentido ganha aspectos do que Motta (2012) considera de cultivo do potencial humano, ideia que se insere na teoria do capital humano. Para o Estado Educador, pautado pela terceira via, o trabalhador precisa estar inserido no processo educacional permanentemente, pois as condições de mutabilidade da sociedade gerada pelo processo de globalização e pelas tecnologias impõe a necessidade de estarem capacitados a toda e qualquer mudança e transições entre empregos, sendo possível desenvolver competências cognitivas e emocionais para sobreviver as rotativas mudanças do novo milênio, sem que minimamente questionem o estado atual da vida.

Na sociedade dividida em classes, o Estado assume sua especificidade de educador e a sociedade civil é o terreno de hegemonia da classe dominante, a qual tende a naturalizar a dominação de classe impedindo que as classes subalternas possam encontrar um caminho que leve à luta por uma formação política e étnica, procurando bases formativas para criar seus intelectuais orgânicos almejando uma cultura popular contrahegemônica. (SILVA; ZANELLA, 2013).

O BM enquanto aparelho privado de hegemonia influencia a educação, dado o agravamento das condições de vida da maioria dos trabalhadores, inclusive com a intensificação do pauperismo, o BM, entre outros organismos internacionais (ONU, UNESCO, BIRD, CEPAL) incorpora em suas indicações de políticas públicas as teses de Putnam e Coleman, como forma de amenizar possíveis tensões políticas, visando a formação de indivíduos produtivos. Vejamos como a educação é tratada por essa agência.

Voltamos a análise do EPP, onde o BM estabelece cinco medidas visando que a demanda do setor privado “de contratar trabalhadores com sólidas aptidões analíticas e a melhorar a introdução dos pobres no mercado de trabalho⁸⁷” seja garantida.

Em síntese, as medidas promovem que é necessário: a) *expandir o financiamento da IFC para as universidades e faculdades privadas*, seja por meio de programas de transferência de verba pública como o ProUni ou por patrocínio de empréstimos para estudantes como o FIES. Garantindo que o setor privado, o maior em expansão mundial visto a criação do monopólio da Kroton-Estácio⁸⁸ possa ter seus lucros garantidos. Segundo o Banco o investimento em empresas privadas de educação auxilia o desenvolvimento de um sistema fragmentado que possibilita a geração de padrões, diminuindo custos e expandindo o ensino superior para o interior do país; b) *promover parceria com o MEC fortalecendo políticas de desempenho* (ECD⁸⁹), a indexação dos salários com o desempenho dos próprios professores (como exigido no “ENEM dos professores”, o chamado Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente) é considerada pelo Banco como uma “abordagem inovadora”, e no estado de Pernambuco já existem “experiências” sob a responsabilidade do presidente do Consed e também secretário da Educação, Fred Amancio; mas por outro lado é a mais nova bandeira de luta dos movimentos sociais para assegurar a qualidade da educação e de suas vidas; e c) *elaborar documentos normativos* para educação brasileira como as DCNs e a própria BNCC.

⁸⁷ Para saber mais sobre empreendedorismo, ver Relatórios da ONU: PNUD. Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. Comissão para o Setor Privado & Desenvolvimento. New York, NY (USA), 1º de março de 2004.

PNUD. Criando valores para todos: estratégias para fazer negócios com os pobres. New York, NY (USA): ONU: Iniciativa Desenvolvendo Mercados Inclusivos, julho de 2008.

⁸⁸ “No caso de ciências sociais, negócios e direito a operação deixaria a Kroton-Estácio dominando de 50% a 60% do mercado. Em ciências, matemáticas e computação a nova empresa deteria de 30% a 40% do mercado” Disponível em: <<http://jota.info/concorrenca/kroton-estacio-desafia-cade-e-cria-monopolios-05022017>> Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

⁸⁹ Desempenho de professores e desenvolvimento da primeira infância (ECD). Segundo o documento o BM está promovendo programas de pagamento por desempenho, ou seja, vinculando o salário dos professores ao desempenho dos alunos no estado de Pernambuco e no município do Rio de Janeiro. “A IE de Pernambuco demonstrou que as escolas com metas mais ambiciosas obtiveram mais progressos e que os professores que gastavam mais tempo com instrução tinham muito mais probabilidade de conseguir o bônus. O programa de ECD mostra impactos significativos na participação da força de trabalho das mães; a avaliação também medirá os efeitos do programa sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças” (p.16).

É explícito a ampliação do foco da educação visando uma maior participação das camadas mais pobres nas decisões políticas e a ênfase no desenvolvimento do capital humano visando a contenção da crise. As medidas defendidas pelo BM no documento Estratégias de Parceira entre Países (2011) vão ao encontro ao favorecimento de uma educação voltada para a redução da pobreza mediada pelo conceito de cidadania promovida pelos aparelhos privados de hegemonia e empresas privadas, ideia que se apoia na Teoria do Capital Social.

Nas últimas orientações de políticas sociais de combate à pobreza, definidas pelas principais agências multilaterais para os países de capitalismo dependente, seguindo as metas do encontro Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, observa-se que a função atribuída à educação é ampliada. Para além da educação como fator determinante de crescimento econômico e de aumento de produtividade, ideologia difundida nas etapas iniciais de implementação do neoliberalismo, cuja expressão encontrava-se na teoria do capital humano, a função educativa incorpora a tarefa de transmitir valores culturais de solidariedade e civismo como uma estratégia fundamental para a redução da desigualdades sociais e da pobreza e na construção de uma sociedade coesa e harmoniosa, expressão da Teoria do Capital Social. (MOTTA, 2012, p. 168).

Logo, vamos analisar quais os elementos essenciais que fundamentam essa teoria em evidência nos documentos oficiais estudados.

3.3. CAPITAL SOCIAL – BRANCOS VESTINDO MÁSCARAS NEGRAS – OU COMO O CAPITALISMO REINVENTA SUA FACE COM TINTAS CIDADÃS E NADA HUMANIZADORAS.

A teoria do Capital Social, assim como a maioria das teorias, não apresenta uma conformidade e nem um consenso de quais são seus conceitos essenciais. As teorias não são blocos monolíticos e apresentam diversas tendências em seu bojo. Outra característica comum as teorias, principalmente as que são os pilares para sustentar a sociedade capitalista, racista e sua sede em busca do lucro, é que elas não são inéditas. Comumente são releituras, repaginação de teorias anteriores. A Teoria do Capital Social também se encaixa nesse quadro.

Essa teoria foi desenvolvida a partir da necessidade de contenção das crises mundiais, não em seu aspecto mais imediato na elaboração de planos econômicos para os países pobres

e de capitalismo dependente, mas para assegurar ideologicamente que a reformulação da agenda neoliberal alcançasse mentes e corações das populações mais atacadas. Um controle também das ideias para garantir a precarização da vida da maioria da população em benefício da minoria. Motta (2012) se fundamenta em Gramsci para definir que tal controle é a disputa pela hegemonia com função de direção intelectual e moral da sociedade.

A disputa pela hegemonia é realizada concretamente, é promovida por pessoas que tem empregos, endereço, em outras palavras é um controle efetivo e não algo fantasmagórico parafraseando Marx. Os agrupamentos desses intelectuais orgânicos do capital são reconhecidos como os aparelhos privados de hegemonia. Concentram-se nas grandes empresas de televisão, rádio, escolas e também nos organismos multilaterais. Um dos maiores financiadores de pesquisas e estudos na elaboração e aperfeiçoamento da Teoria do Capital Social é o FMI e o próprio Banco Mundial. A autora assevera que a burguesia mantém seus próprios intelectuais orgânicos do capital, assim denominados apesar de não objetivarem a elevação da consciência das massas, mas ao contrário, trabalham no convencimento da maioria para a manutenção da coesão social e no incentivo da ideia de que a falta de oportunidades pode ser melhorada com esforço pessoal e coletivo visando o aperfeiçoamento de capacidades úteis para o trabalho. Destarte, o tema do capital social perpetrou os espaços e discussões acadêmicas a partir do incentivo e exigência dos organismos multilaterais, pois havia o reconhecimento que essa teoria possibilitaria habilitar os mais pobres a participarem do processo de desenvolvimento almejado. Essas agências e seus intelectuais orgânicos influenciam a ciência a partir da necessidade de produzir conhecimento diante, segundo BM, de suas limitações em financiar grandes projetos. Essa é mais uma demonstração de poder dos aparelhos privados de hegemonia. O controle sob países pobres foi ampliado de sua questão financeira para seus aspectos de formulação de políticas e conhecimentos.

Mesmo com diferentes abordagens e aplicabilidades em diversos campos de conhecimento, a Teoria do Capital Social defende a ideia de que, na atual conjuntura, o enfrentamento da questão social e a superação da crise do Estado para o desenvolvimento econômico e social de um país são possíveis ao se considerara a necessidade de se desenvolver um tipo de comportamento social de **cooperação e confiança** entre os indivíduos, as comunidades e as instituições. Essa mudança comportamental dos membros da sociedade dar-se-ia através da disseminação de valores de solidariedade, de sentimento de prosperidade e coesão social, da **cultura cívica**, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando o capital financeiro e o material ao capital social, o que tonaria, assim, a *dimensão econômica mais humana*. (MOTTA, 2012, p.179-180, grifos nossos).

Logo as soluções encontradas para minimizar a crise das décadas de 1980-90 e continuar aplicando a agenda neoliberal nos países de capitalismo dependente foi o ajuste superestrutural representado pelas políticas voltadas para “eliminação da pobreza e fome até 2015”, condensadas nas políticas de desenvolvimento do milênio promovidas pelo BM e que se expressam particularmente no documento anteriormente analisado. Para tanto, foi necessário apresentar uma face mais humana ao capitalismo utilizando, ou melhor dizendo, modificando a ideologia do capital humano com novos elementos da ideologia do capital social desenvolvida por Robert Putman e Francis Fukuyama⁹⁰.(MOTTA, 2012). Contando como foco de atuação as camadas mais pobres da população, retomando o ideário desenvolvimentista, porém centralizado no aspecto local da população, ou seja, nas comunidades consideradas vulneráveis para despertar e formar uma cidadania e participação popular, a nosso ver, questionáveis.

A teoria do conhecimento que baliza o Banco Mundial apresenta dissonâncias comparadas a outras agências multilaterais, no entanto a essência da teoria do Capital Social é mantida. Motta (2012) defende que a concepção adotada pelo Banco focaliza a relação das instituições do Estado e da sociedade civil com as comunidades, para gerar cooperação e solidariedade entre os diferentes grupos sociais em busca do bem comum. Portanto, tem função unificadora, conectiva e vinculadora.

Significa a capacidade de a sociedade civil se associar para cumprir compromissos e controlar os estoques pessoais de ativos – saúde, educação, treinamento, capacidade inata do indivíduo e também a capacidade de controlar a criminalidade – necessários ao desenvolvimento social. Para o Banco Mundial, o capital social produz estoques pessoais de ativos que são incorporados individualmente e vão se refletir “na melhoria das condições de trabalho, no aumento da produtividade e, conseqüentemente, na capacidade das pessoas de produzirem bem-estar para si próprias e para suas famílias. (Idem, 2012, p. 176-177).

⁹⁰ A autora se debruça sob diversos autores reconhecidos como os pioneiros na elaboração da teoria do capital social e que influenciam as políticas do Banco Mundial. Os mais destacados são: Robert Putnam, James Coleman, Bernardo Kliksberg, Luciano Tomassini e Francis Fukuyama. Seus trabalhos foram tomados como pilares para a compreensão do conceito e balizadores para a elaboração das políticas de desenvolvimento do milênio.

Para o Banco Mundial existe uma relação íntima entre a valorização do capital humano, desempenhada a partir de políticas que favoreçam a capacitação individual da força de trabalho (única posse da classe trabalhadora), com a melhoria generalizada das condições de trabalho e aumento na produtividade e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida individual, familiar e social que a teoria do capital social defende ser o caminho para aumentar o acesso aos ativos sociais disponíveis na sociedade. Ao proporcionar o aumento da participação popular via associações, redes solidárias característica do capital social, as condições das camadas pobres da população desenvolveriam seu capital humano se tornariam mais efetivas e podendo garantir sua inclusão no mercado de trabalho tão exigente e flexível. Para a agência, o mecanismo principal de redução da pobreza e desigualdade social é o fortalecimento do mercado, mediado pela sociedade civil e pelo Estado, resta aos indivíduos e formar para participar desse mercado e aproveitar de suas benesses.

Portanto, ao investirmos na qualificação da mão-de-obra (tão abundante, mas má preparada e desperdiçada), poderemos ingressar no mercado de trabalho, garantindo uma melhora na qualidade de vida. Soma-se a melhora das capacidades individuais de trabalho à tentativa de formação de uma sociedade solidária e coesa a partir do desenvolvimento do capital social através da educação podendo formar, segundo o BM, um indivíduo também preparado para participar das redes de benefícios sociais proporcionando que ele exerça controle na gestão pública.

O fortalecimento do mercado não se dará pela retirada total do Estado de sua regulação, mas transfere-se a responsabilidade desta relação a sociedade civil que promoverá uma rede de contatos entre os indivíduos e o Estado fundamentada em uma relação moral. Temos um novo contrato social balizado pela cultura cívica, e para tanto, é necessário que a educação promova uma formação não mais crítica, mas sim cívica fundamentada na solidariedade entre os ricos e pobres para garantir a coesão social.

Seja em nível de desenvolvimento individual, institucional ou associativo, no entanto, é a questão moral e cultural que atravessa a concepção de produzir o capital social como um instrumento de superação da questão social, que no contexto da globalização é intensificada e deflagrada através de novas determinações. (MOTTA, 2012, p.179).

Fortalece-se a formação de uma sociedade idealizada como solidária, que evita o conflito tanto entre o Estado e o mercado, assim como entre as classes antagônicas. Destarte,

a educação deve desempenhar um papel de conformadora, que exalte a tolerância com o “diferente” gerando uma confiança mútua, elevando a educação como elemento primordial de influência do Banco Mundial, conformando a essência do Estado Educador. (MOTTA, 2012).

O investimento em educação torna-se prioritária para as agências multilaterais visando transmitir uma formação cultural e moral que promova a tranquilidade entre as classes antagônicas. Segundo Motta (2012),

(...) investe-se em um tipo de educação (ou treinamento) que dissemine, ou melhor, transmita mensagens culturais que reforcem a ideologia burguesa, não mais calcada somente na competitividade, na individualidade e na empregabilidade, como fora nos anos 1980-90, mas também na solidariedade, na cooperação, na autonomia produtiva, no bem-estar coletivo. Assim, permite-se que se construa um consenso em relação à necessidade de se manter a coesão social, com estabilidade econômica e política, para o enfrentamento dos riscos que impõe a economia globalizada, e perpetua-se a concepção de que somente através de uma sociedade harmônica, não conflitiva, os países de capitalismo dependente podem reduzir suas zonas de pobreza e se desenvolverem econômica e socialmente. (p. 181).

Finalmente, asseveramos que o movimento que o capital realizou para conter as crises despontadas na América Latina e Caribe nas décadas de 1980-90 como consequência da aplicação da agenda neoliberal, foi uma modificação apenas superestrutural, da ideologia que envolvia os pacotes de ajustes estruturais e redução dos gastos públicos direcionados aos países pobres. Cobriu-se a face bárbara do capitalismo com tintas instantâneas de cidadania e responsabilização dos pobres por seu próprio destino. O papel da educação foi redesenhado, ampliado a partir da nova concepção de pobreza e das tarefas necessárias para garantir a coesão social e os privilégios da burguesia internacional e nacionais. Amplia-se a exigência da capacitação da mão-de-obra individual como porta de entrada no céu do capitalismo, defendida pela teoria do capital humano, para uma responsabilização social do treinamento desse indivíduo mediada pelos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e o Estado ativo fundamentada em uma participação social mais parecida com seu simulacro.

De posse desses instrumentos que nos permitem relacionar a política educacional efetuada no Brasil pela social-democracia e por seu mais atual ilegítimo governo com as soluções encontradas pelo capitalismo para superar suas crises estruturais, seguiremos para o retorno a nosso objeto, em um patamar mais elaborado da abstração, para analisar os nexos

encontrados com os mecanismos de hegemonia de direção intelectual e moral implementados pelo Banco Mundial e suas expressões na construção do currículo nacional do Brasil, a BNCC.

4. DESVENDANDO A REAL FACE DA BNCC SOB A MÁSCARA DA INOVAÇÃO EDUCACIONAL

Ainda que o destaque sobre a discussão da BNCC tenha somente surgido recentemente, as discussões mais amplas que abarcam a criação de Sistema Nacional de Educação (SNE) remonta ao tempo do Império⁹¹. Saviani (2014) percorre esse longo caminho histórico da educação brasileira criticando as disputas políticas encerradas, concluindo que o real significado da política educacional pode ser expresso na equação: filantropia + protelação + fragmentação + improvisação = precarização geral do ensino no país (SAVIANI, 2014, p. 40).

Consideramos os elementos dessa equação como expressões da macro política, acirradas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e de sua mundialização, que atualmente conformam a essência da construção da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Vejamos, sinteticamente, os elementos dessa equação.

A análise realizada anteriormente sobre a contrarreforma do Estado e sua concepção de Estado Ativo e Educador encontra eco no elemento figurado como filantropia defendida pelo autor. O controle da educação foi delegado às organizações da sociedade civil, adotando-se a diretriz que “a educação passa ser dever de todos e direito do Estado” (p.37). Conformando o papel regulador do Estado através de suas avaliações censitárias, transferindo para a sociedade as responsabilidades de garantia de qualidade. Temos como exemplo o projeto “Amigos da Escola”, onde a responsabilidade pela melhora da educação é voltada para os indivíduos solidários, sem experiências e voluntários que adentram o espaço escolar visando “auxiliar” o Estado, assim como a criação da associação criada por uma fração de empresários, o Todos Pela Educação.

A protelação diz respeito ao adiamento constante que as políticas educacionais enfrentam. A cada novo plano para educação é estipulado um prazo de no mínimo 10 anos para seu cumprimento, sempre sendo prorrogado. O PNE é uma expressão, pois sua meta inicial era que o ano de 2001 culminasse sua realização, porém foi prorrogado para 2011.

⁹¹ Os debates realizados nessa época se dirigiam a elaboração de um sistema nacional de ensino, focando a instrução pública baseada nas escolas primárias, sob o controle do governo central. No entanto, após a mudança para a República essa expectativa não vingou.

Constatamos a fragmentação a partir das diversas medidas, elaboradas em diferentes períodos, sendo justapostas, mas que não lograram ainda a construção do SNE. A improvisação se expressa na intensa necessidade de promulgar emendas constitucionais sem se importar com sua real efetividade ou com sua somatória a outras emendas já realizadas. Adicionamos a esse elemento a imposição dessas emendas que são formuladas sem qualquer participação popular, dos próprios estudantes e professoras da educação pública.

A somatória desses elementos conformam o pano de fundo de nosso objeto, ou seja, uma conjuntura de precarização intensa da educação vista desde a rede física, nas condições de trabalho e salários às teorias pedagógicas, os currículos e na avaliação dos resultados. Elementos que encontram sua raiz na concepção de Educação voltada para os países ditos em desenvolvimento.

Para Saviani (2014) um efetivo SNE seria obtido caso assegurássemos o caráter público da educação, sem a intervenção do terceiro setor; se contássemos com um CNE isento dos interesses corporativos, expressos na confluência de interesses de empresas com e sem fins lucrativos e o governo; com o retorno da responsabilização da União, estados e municípios pela educação; a partir da organização pedagógica do SNE fundamentado no trabalho como princípio educativo e na politecnicidade (SAVIANI, 2007; GADOTTI, 2012; DORE, 2014) e, por fim, delimitando os conteúdos essenciais da ciência que devam ser transformados em conteúdos escolares.

As partes que conformam o todo da luta por um SNE efetivo são transformadas nas mais variadas bandeiras de luta dos movimentos sociais. Elas se enquadram em aspectos mais gerais da Organização do Trabalho Pedagógico (FREITAS, 1987), na política a elementos mais específicos de conteúdo de cada disciplina escolar. Nosso trabalho teve como intuito perceber o aspecto mais geral dessa disputa. Compreendemos que a elaboração de um SNE não irá se efetivar de modo que auxilie a maioria da população, pois as influências da política macroeconômica desenvolvida no Brasil direcionam sua construção a uma face mais brutal, a perpetuação das desigualdades sociais. Não nos cabe discutir qual elemento de enfrentamento é o mais urgente ou essencial, no entanto, a pura discussão dos conteúdos e a forma em que a BNCC está sendo estruturada não abarca a complexidade dessa elaboração que necessita ser barrada.

As consequências decorrentes do desenvolvimento das políticas para o novo milênio, da nova concepção de pobreza e da contrarreforma Estatal nos países pobres influenciam, em

última instância, os conteúdos e forma de nosso objeto. Não há possibilidade de humanizarmos a atual BNCC e a Reforma do Ensino Médio, pois as implicações mais gerais da política econômica se expressam no específico do documento, tornando-a um instrumento a favor de uma educação empresarial e imediata.

Um dos aspectos gerais que mais influenciam a BNCC, a nosso ver, foram encontrados na política voltada para o século XXI, ou seja, a nova concepção de pobreza subjetivada (MOTTA, 2012). Uma globalizada pobreza enraizada na falta de acesso ao mercado de trabalho e a serviços básicos de vida. A uma rasa abordagem do conceito de pobreza gera-se um teto de vidro igualmente frágil que é o entendimento que os serviços básicos para obter tanto a capacitação como as melhoras nas condições de vida deveriam ser supridos por um suposto setor externo ao Estado e ao livre-mercado, a sociedade civil.

Esse teto de vidro é duramente testado e almejado pelo pensamento da parcela que mais sofre os ataques, a classe trabalhadora de cor de nosso país que a cada “ajuste” sofre para reorganizar sua contra resposta. O conceito multidimensional de pobreza do Banco Mundial lança como alvo principal a camada da classe trabalhadora que compõe o exército de reserva e o pauperismo. Nossos intelectuais orgânicos, apesar de seu silenciamento, desnudam as aparências sólidas de nossos algozes. Milton Santos é uma expressão desses intelectuais. Ele se debruçava sobre a pobreza e asseverava que os países pobres conheceram pelo menos três formas dela durante o final do século XX. A primeira foi denominada de pobreza incluída e era produzida apenas em alguns momentos do ano, ocorria de forma sazonal e não se comunicava com outros territórios. A segunda surgiu como uma doença da civilização, que Santos (2006) denomina de marginalidade. Ela poderia ser corrigida a partir das políticas governamentais e era produzida pelo processo de divisão internacional ou nacional do trabalho. O terceiro tipo coaduna com a análise de Motta (2012), e se caracteriza enquanto uma pobreza estrutural, em outras palavras, ela não se localiza apenas em um local mas está dissipada pelo globo.

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Acatam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto

estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais. (SANTOS, 2006, p.36).

O suposto “combate da pobreza” está a tal ponto naturalizado que as opções elaboradas pelas agências internacionais se restringem a modificações na educação, ou melhor dizendo, na capacitação da mão-de-obra, na tentativa de humanizar o capitalismo. Expressão última do Estado Educador. Propõe-se que não seja mais desperdiçada a força de trabalho, e não vidas humanas, nas atuais zonas de pobreza, visando sua inclusão em um mercado de trabalho que não irá diminuir a pobreza, mas sim aumentar como a própria ciência vem apontando, pois o lucro não passará por mãos calejadas. O governo brasileiro colabora de forma ativa com o “grande produtor de pobreza” do Banco Mundial desde o governo de FHC, se desenvolvendo nos governos do PT e culminando no ápice do governo ilegítimo do PMDB, a partir de suas espúrias alianças com empresas da sociedade civil e seus representantes na política nacional, uma expressão brasileira da falência da social democracia.

A íntima relação dos governos federais com as agências internacionais é mediada pelo o deslocamento da sociedade civil para um suposto terceiro setor, externo tanto ao mercado como ao Estado. Inaugura-se uma nova instância de participação popular, sem que aja uma gota de popular nela, é o “novo mercado” onde os gastos supérfluos do Estado serão gerenciados por associações da sociedade civil, em sua maioria empresas de direitos privados controladas por monopólios internacionais. Cria-se o lobo em pele de cordeiro mais conhecido como a contrarreforma do Estado, logo vemos o nascer do controle das empresas privadas sob as áreas sociais, principalmente a educação como forma de aplicação da solidariedade entre os países ricos aos países pobres. A solidariedade é a pele no lobo do capitalismo, um lobo fantasiado com humanidade. O fortalecimento da concepção de terceiro setor é uma resposta elaborada pela social democracia e defende a necessidade de reduzir os gastos do Estado visando a manutenção do lucro tão em perigo nas décadas de 1980-90 na América Latina. (MOTTA, 2012).

Para as agências multilaterais e a burguesia internacional foi necessário retirar do Estado a responsabilidade pela educação, para tanto, o Estado deveria iniciar um processo em que as normatizações, gerenciamento e acompanhamento tivessem um protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia. As verbas do Estado que deveriam financiar as áreas sociais foram transferidas para a aplicação do dinheiro público voltado às políticas de combate à pobreza que assegurassem o crescimento econômico e o desenvolvimento das

empresas privadas, o atual foco das políticas para o novo milênio. O setor privado ganha prioridade nos repasses de verbas públicas, incentivos fiscais e investimento na educação, pois o BM assevera que essa inversão de prioridades auxiliaria as famílias pobres melhorarem de vida ao aumentar as possibilidades de escolhas entre eficientes instituições privadas, que a qualidade seria mantida a um custo unitário mais baixo e que o privado garantiria o aumento das inovações. (ROBERTSON, 2012).

Podemos perceber dois movimentos de expansão, tanto das empresas privadas de educação, como já citados o ProUni e FIES; e a expansão das organizações sociais empresariais com parceiras público-privadas que desempenham uma direção intelectual-moral a partir, também, de isenções fiscais, criando novos nichos de mercados como tecnologia didática e empresas de gestão. Esse movimento atribui ao mercado a face humana a partir da filantropia colaborativa da qualidade da educação e é acompanhada, subsidiada pelo protagonismo crescente da Corporação Financeira Internacional (IFC) e da OCDE. A análise do documento de Estratégias de Parceira de País, nos demonstrou o protagonismo que essa agência multilateral vem assumido no financiamento da educação voltada para os mais pobres. Consolidando a mercadorização da educação a nível mundial. Ela está sendo utilizada como argumento para possibilitar os pobres ascender de vida, mas que na realidade se torna concreto é o aumento dos lucros das grandes empresas educacionais.

Continuar a expandir o financiamento da IFC para instituições do setor privado de ensino pós-secundário focadas em estudantes de baixa renda e renda média, por meio de financiamento direto de faculdades ou do patrocínio de fornecedores de empréstimos para estudantes. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 27).

O IFC tem o papel de apoiar o setor privado dos países em desenvolvimento, segundo a ideia de que a pobreza generalizada em que vivemos deverá ser diminuída a partir do trabalho solidário desempenhado pela mediação da sociedade civil e de suas empresas. A sociedade civil caracterizada enquanto terceiro setor visa, segundo Motta (2012), disputar a hegemonia para defender interesses corporativos com resultados imediatos, fundamentados em uma lógica solidária e cívica. Conformando uma despolitização da população mais pobre que nos impede de construir uma contra-hegemonia. Ela enfraquece o debate político a partir da defesa que a pobreza será reduzida a partir do aperfeiçoamento do capital humano e social,

propiciado pelas próprias empresas privadas. Ao Estado cabe disseminar a ideia de solidariedade entre as classes, evitando assim, o confronto.

A retirada da responsabilidade do Estado com a educação de qualidade e pública, e sua recente financeirização, proporcionou o crescimento do número de empresas, em sua maioria de capital internacional, na condução, elaboração, gerenciamento e principalmente, avaliação de todos os elementos da educação. Não acontece por acaso o imenso número de associações civil de pessoa jurídica e de direito privado que encontramos na condução das atuais contrarreformas da educação brasileira.

Essas entidades são o que convenhamos em denominar de agentes mistos de hegemonia que subsidiam a reforma empresarial da educação em âmbito global e estão fundamentadas na política do Banco Mundial em reduzir a pobreza a partir da geração de capital humano e social como demonstrado no capítulo anterior. O combate à pobreza é uma prioridade da educação e das empresas privadas voltada aos pobres que ainda tem capacidade produtiva e que foram descartados do mercado de trabalho na crise neoliberal da década de 1990, proporcionando a possibilidade de retornarem aos seus postos de trabalho.

Na educação brasileira vemos diversas associações civis que contam como seus quadros representantes do governo, ganhando destaque na condução dos processos da contrarreforma, sendo o mais criticado o Movimento Todos Pela Educação, muito por sua amplitude de influência, pois esse movimento conduz a Reforma do Ensino Médio, o programa Escola Sem Partido, influencia na construção da BNCC e entre outros, assim como sua extensa relação com outras associações, políticos brasileiros e empresas internacionais. Inúmeras entidades e intelectuais vem elaborando críticas a esse movimento, como a União Nacional dos Estudante (UNE), ANPEd, Freitas (2014); Sobral, Sousa, Jimenez (2009); Martins (2013), entre outros. O volume de produções vem aumentando, sinalizando a urgência de analisarmos criticamente tais organizações sociais, porém diante da necessidade de ampliarmos o escopo de críticas a essas entidades, decidimos pesquisar as associações diretamente relacionada com nosso objeto, aguardando um momento futuro para estabelecer nexos com o Movimento Todos pela Educação tamanha sua importância.

Na apresentação da BNCC elencamos duas associações da sociedade civil como principais elaboradoras do documento, a Undime e a Consed. No próximo tópico aprofundaremos a análise referente a essas entidades relacionando com o novo papel do Banco Mundial discutido no capítulo 2.

4.1 POR UMA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO BALIZADA PELO MÁXIMO DESEMPENHO

Chegamos a um momento da pesquisa que nos é possível formular generalizações. Defendemos ser admissível a existência de uma íntima relação entre Undime, Consed e o Banco Mundial e suas formulações para a educação dos países em desenvolvimento.

Retomando os preceitos defendidos enquanto missão dessas associações nos é possível aferir a urgência na construção de consensos alinhada com a otimização de recursos físicos e financeiros. A otimização dos recursos encerra em si a teoria do capital social ao promover o não desperdício da mão-de-obra possivelmente capacitável e a necessidade do Estado manter sua balança financeira positiva a fim de quitar suas dívidas externas. Ambos os aparelhos mistos de hegemonia afirmam ser seu objetivo o acompanhamento aos governos visando a formulação, promoção, acompanhamento e avaliação das políticas nacionais de educação, característica também encontrada no Banco Mundial, necessária para a aplicação da política do novo milênio.

Os nexos entre as entidades e o BM superam os aspectos de suas missões e objetivos, elas ocorrem simultaneamente com relações de parceria, não somente com o BM, mas com outras agências multilaterais como a Unesco e a própria Embaixada Americana. Uma parceria em destaque entre a Undime e Consed é o Movimento Todos Pela Educação⁹², relação que não pudemos abarcar nesse estudo, mas que sinaliza pesquisas futuras.

Ambas associações apresentam vínculo com o papel de disputa pela hegemonia de direção intelectual e moral desempenhado pelo BM. São elas que estão operando as modificações superestruturais e estruturais na educação brasileira com vistas a manter a agenda neoliberal que as agências multilaterais desenvolvem e aplicam em conjunto com o governo brasileiro. Respeitando a renovação do conceito de pobreza desenvolvido pelo BM, Consed e Undime e outras associações promovem uma contrarreforma educacional fundamentada na eficácia para melhorar a produtividade da próxima geração, apostam na teoria do capital social sob o manto da solidariedade entre diferentes. É desenvolvendo a

⁹² Para saber mais, veja a dissertação de Erika Martins, intitulada “MOVIMENTO TOFOS PELA EDUCAÇÃO: UM PROJETO DE NAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA”, UNICAMP, 2013.

capacitação dos jovens mais pobres, mas que ainda podem se encaixar no mercado de trabalho, conciliando com a renovação dos já perdidos valores morais como cidadania, solidariedade que essas empresas, alinhadas com o Estado educador (MOTTA, 2012) que prega o não conflito entre os “diferentes”, constroem o consenso necessário para garantir a coesão social tão almejada pela burguesia e pelo BM. Sendo essa a expressão na realidade da aplicação da teoria do capital social.

Outro papel desempenhado pelas associações que as coloca enquanto expressão local do Banco Mundial é a busca pela efetivação dos quatro Objetivos Estratégicos descritos no EPP de 2011 e que tendencialmente, devem procurar efetivar os dos próximos relatórios. Retomando os objetivos relativos a educação encontramos: (i) aumentar a **eficiência** de investimentos públicos e privados; (ii) melhorar a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para **famílias de baixa renda**; (iii) promover o desenvolvimento econômico regional por meio de políticas melhoradas, investimentos em infraestrutura estratégica e apoio para o setor privado em áreas “de fronteira”; (BANCO MUNDIAL, 2011). A eficiência dos gastos públicos é garantida retirando a gerência do poder estatal, já que ele está corrompido e repleto de fraudes. Cabe as associações da sociedade civil, a partir das parcerias público-privadas que colocam gestão privada mas mantém a denominação de pública do serviço, manter a “transparência e a eficiência” nos gastos demonstrados em estudos quantitativos. A prestação de serviços da Consed, Undime e da maioria das associações civis se restringem as esferas que o Estado era responsável e hoje se isenta, ou seja, os serviços que garantem a manutenção da vida das populações pobres. As entidades recebem subsídios fiscais para atuarem na caridade para essas populações, como também dirigem o processo de formação humana que mais lhes favorecem. A democracia burguesa é permissiva na construção da educação, propõe-se que as empresas privadas e o Estado se articulem para formularem políticas que mais lhe auxiliam, no entanto, o limite dessa democracia está no favorecimento das empresas privadas subsumindo o Estado e o bem-estar da maioria da população à realização de seus interesses, em outras palavras, para assegurar seus privilégios.

Esses objetivos se expressam nos objetivos das próprias associações. Asseveramos que as políticas desenvolvidas para alcançar os quatro objetivos elencados pelo BM para o Brasil no período de 2011 a 2015⁹³, foram e continuam sendo realizados pela Consed e

⁹³ Mais em Relatório do BM, retomando o caminho da inclusão: http://documents.BANCO_MUNDIAL.org/curated/pt/686871468197371171/pdf/101431-REVISED-PORTUGUESE-v2-SCD-Sumario-Executivo.pdf e Estratégia 2020 – BM “aprendizagem para todos” <http://siteresources.BANCO>

Undime e as associações parceiras a partir de suas próprias missões de existência. O existir dessas empresas coaduna com a aplicação das condicionalidades apresentadas pelo BM, são elas que promovem relações com os governos e tomam de assalto dos movimentos sociais a participação na elaboração, condução e avaliação da educação pública. Na esfera local de nosso país elas representam o novo papel do Banco Mundial, em participar, da produção de documentos normativos da educação, dividem o espaço que o Estado deveria ocupar e colocam em prática políticas que visam seus interesses e o da burguesia internacional. São as associações civis e os altos cargos estatais da educação que subsidiam as ideias e o financiamento da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, visando desenvolver uma “sociedade mais justa e cidadã” ao mesmo tempo em que sugam as condições objetivas necessárias para sua efetivação.

Condensamos as características das associações civil participantes dos processos de disputa da educação como agentes misto de hegemonia, pois expressam a parceria público-privado e a ampliação do Estado visando promover o consenso e maximizar o desempenho das populações pobres. As associações da sociedade civil, e especificamente a Consed e Undime, são os agentes que promovem o intercâmbio entre a política internacional e destinada aos países em desenvolvimento com o governo federal. Não é por acaso que o ex-presidente da Consed ocupa atualmente, o cargo de presidente do Conselho Nacional de Educação e que seu vice-presidente está coordenando a Secretaria de Educação Básica, esfera que divide o poder estatal de controle da educação junto ao MEC, também responsável pela BNCC.

A relativa alta frequência de troca nos cargos aponta para a disputa de interesses concernentes a educação, como por exemplo, Deschamps também já foi docente avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), um dos parceiros do governo, responsável pelo desenvolvimento de avaliações censitárias foco de críticas como as elaboradas por Freitas (2017). A confluências de cargos de interesses não cessa, o atual secretário fiscal do Consed já trabalhou no Ministério da Educação, percebe-se como a disputa pela hegemonia da direção intelectual e moral aplicada pela burguesia se apropria tanto do Estado como das empresas do chamado terceiro setor, confundindo seus limites e atuação. A disputa pela direção é acirrada, sendo assim, essas empresas flexibilizam a

condição para se tornar membro considerando as articulações políticas que o pretendente apresente. Retira-se o Estado da construção da educação visando que os movimentos contestatórios e populares tenham o poder de sua crítica minimizado, enquanto os agentes privados tem livre acesso a associações civis, cargos no Estado e nos aparelhos mistos de hegemonia assegurando a aplicação da melhor política para manter os lucros.

4.2 LIMITAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO VIA CONSULTA VIRTUAL

Às entidades da sociedade civil e mistas é permitido o livre acesso para participação política no direcionamento de nossa educação pública, como podemos ver no conflito de interesses entre seus presidentes e a obtenção de cargos no Estado, na composição na elaboração da BNCC, porém à população destinada a “usufruir” essas políticas é indicado a participação popular, a nosso ver, somente em aparência.

A partir da política elaborada pelo Banco Mundial, expressa no EPP, em que as populações pobres deveriam participar mais das decisões políticas promoveu-se no Brasil a “democrática” participação via consulta virtual para construção da BNCC.

Historicamente, a participação popular concentrada em consultas virtuais e seminários restritos gera conflitos ainda atuais. Macedo (2014), demonstrou como a disputa para uma efetiva participação das camadas progressistas e contra hegemônicas na educação remonta ao início da década de 1990 e a elaboração de documentos como LDB e DCN, não isentando a BNCC desse mesmo debate.

O Ministro da Educação afirmou na abertura do último seminário realizado em janeiro de 2017⁹⁴, que a BNCC representa o que o país tem de melhor em relação a educação e a democracia a despeito das mudanças no âmbito político. O documento expressará a pluralidade, pois estão respeitando o mínimo de convergência que vem surgindo nos debates. Debates esses que apenas a Consed, Undime, Movimento Todos pela Educação, e seus deputados alinhados e pesquisadores participam.

⁹⁴ Ministério da Educação apresenta avanços da terceira versão da Base Comum Curricular. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/44481-ministerio-da-educacao-apresenta-avancos-da-terceira-versao-da-base-comum-curricular>> Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

O governo argumenta que a BNCC está sendo construída respeitando a democracia e pluralidade, pois contou com as esferas federal, estadual, municipal, universidades, escolas, ONGs, professores e especialistas da educação em sua elaboração. Essa “ampla” participação exemplificada pelas frentes participantes dos eventos é em essência mais um recurso discursivo ou modismo, pois estudantes, professores, e movimentos sociais não estavam presentes. A diversidade está sendo respeitada, segundo o governo, já que esferas tanto da sociedade política, como da sociedade civil estão presentes no processo, e para “ampliar” o debate a participação popular foi realizada via consulta virtual, entretanto, apenas para a crítica da primeira versão do documento. O sucesso, segundo o governo, foi alcançando visto que a consulta gerou 12 milhões de acessos.

A simples demonstração de um número, 12 milhões satisfaz o governo e as agências multilaterais para a “validação científica” de democracia ao processo, ficam na aparência quantitativa do instrumento utilizado, configurando-se como outro elemento que aproxima tanto o governo atual como as associações civis a tendência fundamentada pelo BM de busca pelo desempenho. Não importa a qualidade desses acessos. Entretanto, não nos satisfazemos com apresentações deslocadas da realidade brasileira ao tocante do número de 12 milhões e considerando que a polêmica de participação popular se repete historicamente, procuramos aprofundar sobre os dados de acesso à internet no país.

A pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC) foi divulgada em setembro de 2016, e afirma que no ano de 2015, 58% da população brasileira utilizava a internet, representando 102 milhões de usuários. Portanto, a taxa de participação da consulta sobre a BNCC abarcou um pouco mais de 10% dos internautas. Para seguir a lógica produtivista nem essa taxa por si só representa uma ampla participação. A contradição nos argumentos governamentais se aprofunda ao considerarmos as classes sociais consideradas como internautas. A mesma pesquisa encontrou que 95% das pessoas que se encontram na **classe A** tem acesso à internet, enquanto que na **classe D/E** apenas 28% tem o mesmo acesso. Considerando as casas que tem acesso à internet encontramos que as que concentram mais de **cinco salários mínimos** como renda *per capita* apresentam maior acesso, totalizando 88,9% dessas casas. Sendo que 97% das casas da **classe A** tem redes de internet, enquanto que apenas 16% as casas de **classe D/E** tem essa estrutura. Outro dado significativo na crítica a participação popular está na divisão entre as regiões do país. O Sudeste apresenta a maior taxa de internautas, em 17,4 milhões e

também a maior taxa de pessoas que não tem o acesso à internet, contabilizando 11,7 milhões. O nordeste apresenta 7 milhões de pessoas conectadas e perde somente para o sudeste no número de não conectados, totalizando 10,5 milhões de pessoas que não tem acesso a rede internacional de computadores.

Destarte, afirmar que o total de participação na crítica da primeira versão do documento por si só é um exemplo de democracia e respeito a pluralidade de ideias é uma falácia. A participação abarcou somente 10% dos internautas brasileiros, sendo que a camada que provavelmente mais participou dessa consulta se enquadre em pessoas do sexo masculino, brancos, de classe social A e que morem no sudeste, demonstrando o caráter de classe, raça que o filtro consulta virtual promoveu. Coadunamos com as críticas realizadas por Macedo (2014) ao questionarmos ainda sobre a qualidade das informações fornecidas pelos participantes da consulta virtual.

Asseveramos, ainda, que a participação popular desenvolvida no Brasil é consequência da política desenvolvida pelo Banco Mundial direcionada aos países em desenvolvimento e que, portanto, também expressa efeitos da globalização que rumam ao totalitarismo de ideia. Santos (2006), considerando o destino ao totalitarismo, assevera que a cultura hegemônica é derivada da ciência e que para reafirmar a ideologia burguesa e de mercado é produzido um ideário que a ciência é infalível, promovendo a fonte do pensamento único. “Desse conjunto de variáveis decorrem, também, outras condições da vida contemporânea, fundadas na matematização da existência, carregando consigo uma crescente sedução pelos números, um uso mágico das estatísticas.” (SANTOS, 2006, p.27).

Segundo o autor essas condições são férteis para a instalação da competitividade, supressão da solidariedade dificultando o convívio social e o exercício da democracia. Em nosso tempo a democracia e cidadania tem seus conceitos deturpados, e mais especificamente nos países pobres essas categorias nunca foram radicalmente definidas e nem exercitadas. Santos (2006), afirma que vivemos uma democracia de mercado, pois “as ‘pesquisas’ perfilam-se como um aferidor quantitativo da opinião, da qual acaba por ser uma das formadoras, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de ideias e a própria morte da política.” (IDEM, 2006, p.27).

Defendemos a aplicação dessa análise a suposta democracia e pluralidade de ideias que vem subsidiando a construção da BNCC. A participação popular defendida pelo governo pode ser considerada apenas como aferidor quantitativo de opinião, não tendo respaldo algum

em reuniões ampliadas com estudantes, professores e a comunidade da educação como um todo. Em uma consulta e formulação de um documento normativo da educação que apele para esse aferidor de opinião não pode ser considerado democrático e muito menos plural, e é contraditório em sua essência ao propagar uma cidadania que vai conformar uma utilitária condição de vida mediante a exacerbação do consumo, do imediatismo.

A realização de seminários que contemplassem somente intelectuais e associação da sociedade civil, desprezando a participação de estudantes (e não somente suas representações), movimentos sociais é novamente um empecilho para as forças contra hegemônicas se mobilizarem, e vem se tornando uma tônica na elaboração dos documentos oficiais da educação. Portanto, a participação popular exigida pelo Banco Mundial e aplicada pelo governo brasileiro em consonâncias com o terceiro setor se conforma como mais um elemento em busca da formação do consenso, realizada de forma aparente, fugindo dos principais mecanismos que possibilitariam as forças progressistas da educação atuarem com instrumentos possíveis para polarizar o desenvolvimento de uma educação realmente popular e humanizadora. A democracia foi despida de seu conceito para produzir uma narrativa que conforme a maioria da população de seu futuro, assim como a cidadania está sendo utilizada com outro caráter tanto pelo Banco Mundial como na BNCC.

4.3. A HUMANIZAÇÃO DO CAPITAL PRECISA DE CONSENSO E DE UMA IDEAL CIDADANIA

Ao nos depararmos com a BNCC, o debate sobre o conceito clássico de cidadania nos parece ser supérfluo, pois o retorno na busca das raízes desse conceito nas sociedades grega e romana em nada mais se assemelha ao seu tratamento no documento. A radicalidade do conceito tanto de cidadania como o de democracia está sendo comprometida pela mundialização do capital e de sua necessidade em busca do lucro, aspectos que se demonstram em maior intensidade nos países em desenvolvimento.

Assim como mascararam a barbárie desencadeada pelo capitalismo com formas defendida pela Teoria do Capital Social, usam, igualmente, máscaras brancas no conceito de cidadania.

Na segunda versão da BNCC, a palavra cidadania é citada 80 vezes, sempre acompanhada de seus complementos como “o pleno exercício da cidadania”, “fortalecimento da cidadania”, “direito à cidadania”, “voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática” (p.110); e foi transformada junto aos direitos humanos em Tema Especial, que deverá ser abordado em todos os componentes curriculares, via sua formulação nos direitos e objetivos de aprendizagem de cada disciplina, visando a “promoção da igualdade como o combate à desigualdade” (BRASIL, 2016, p. 50). Essa apropriação de termos considerados progressistas expressa uma contradição entre o texto e o contexto em que estão sendo utilizadas.

O estabelecimento de políticas para a promoção de direitos humanos tem se constituído em desafio para a construção de uma educação mais justa e acolhedora, capaz de contribuir para a formação de cidadãos **éticos e solidários**. Em sociedades desiguais como a brasileira, as garantias de direitos para todas as pessoas podem ficar comprometidas, mesmo havendo pactos públicos para a sua proteção, razão pela qual a educação precisa assumir compromissos com a manutenção dessas garantias. (IDEM, 2016, p. 50, grifos nossos).

Utilizar o “pleno exercício da cidadania” em documentos oficiais ao mesmo tempo que durante as ocupações estudantis de 2015 e 2016 os estudantes foram recepcionados com truculência, prisões e retaliações da polícia militar ao tentarem exercerem sua cidadania é a expressão concreta da contradição entre o texto e o contexto da conjuntura.

Relacionamos os pactos públicos para a proteção da população defendidos na BNCC com as políticas para o novo milênio e as tentativas de diminuição da pobreza a partir de uma educação voltada para o consenso, na formação de indivíduos solidários mas que não questionem em profundidade alguma os rumos dessa “proteção”. Característica que nem nada se assemelha a um cidadão participativo e que dite os rumos de sua sociedade. Asseveramos o esvaziamento do conceito quando ele é relacionado “a um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, individuais e coletivos, necessários à promoção da igualdade e à defesa da dignidade humana” (Idem, 2016, p. 51) sem que aja a elaboração de nexos com a conjuntura política e da mundialização do capital.

O documento assevera estar balizando o conceito de cidadania a uma perspectiva da educação humana integral, no entanto, ao resgatarmos as relações mais gerais de sua formulação encontramos sua fundamentação nas novas roupagens de educação e pobreza

elaboradas pelas agências multilaterais que em nada se assemelham a proposta que consideramos mais avançada na perspectiva de contraposição ao capital, a Pedagogia-Histórico Crítica. Segundo um dos intelectuais que a desenvolve, a promoção do homem deve ser caminhar rumo a capacidade de “(...) conhecer cada vez melhor os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens.” (SAVIANI, 2017, s/p).

Para que cada indivíduo possa ter a possibilidade de conhecer sua realidade a fim de modifica-la é necessário o acesso à cultura do saber sistematizado, sendo essa a razão última da escola. (SAVIANI, 2017, s/p). Entretanto, uma escola que terá o ensino médio fragmentado a partir de apenas quatro áreas do conhecimento, sem a possibilidade de acessar os conhecimentos mais avançados em outras áreas e que se subsidia na ideia de capacitação para o fluído mercado de trabalho, não assegurará a cidadania nem em seu aspecto mais vazio de conteúdo, em outras palavras, assegurará uma cidadania burguesa.

Não se pode, pois, dizer, que a sociedade atual carece de ética, de educação e de cidadania. O que ocorre é que ela tem uma ética, uma educação e uma cidadania que lhe são próprias e que estão referidas a alguns princípios gerais e abstratos que subsumem, entretanto, valores concretos que consubstanciam a forma de vida própria da sociedade burguesa. Assim, os princípios da liberdade, igualdade, democracia e solidariedade humana são subsumidos pelos valores do individualismo, da competição, da busca do lucro e acumulação de bens os quais configuram a moral burguesa que tem sua justificação teórica numa ética também burguesa, erigindo-se, sobre esses mesmos valores, a cidadania burguesa. E a educação é chamada, na sociedade burguesa, a realizar a mediação entre ética e cidadania, formando os indivíduos de acordo com os valores requeridos por esse tipo de sociedade. Assim, pela mediação da educação, se buscará instituir, em cada indivíduo singular, o cidadão ético correspondente ao lugar a ele atribuído na escala social. (SAVIANI,

A mediação realizada pela educação, sugerida por Saviani, se expressa na BNCC na aplicação e formulação da categoria direitos de aprendizagem e desenvolvimento. É a partir dessa categoria que a possibilidade de uma formação da cidadania burguesa alinhada com a capacitação da parcela mais pobre aos postos mais precários do mercado de trabalho se fundamentará.

4.4 A FRAGMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

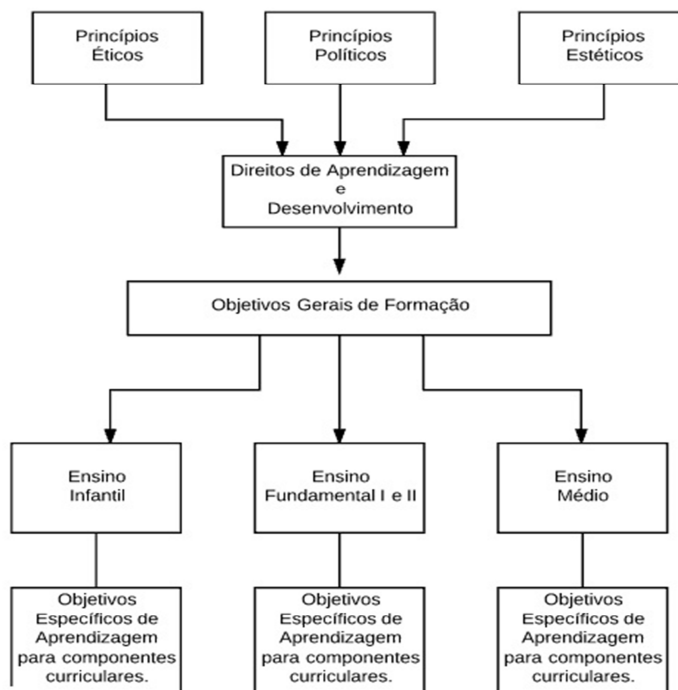
Uma das expressões mais singulares que nos foi permitido elaborar nesse trabalho foi a relação da categoria da política do novo milênio para os países em desenvolvimento e suas implicações na fragmentação da educação defendida na BNCC a partir da elaboração dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O documento ainda em vias de finalização apresenta, sem aprofundamento teórico explícito, o que compreende ser o conceito de direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A nosso ver esse conceito é utilizado para substituir, fragmentar a concepção de educação balizada.

Na BNCC, o respeito e a consideração a que alude o parecer se explicita na oferta de condições para que todos os brasileiros e todas as brasileiras **tenham acesso a conhecimentos e a condições de aprendizagem e desenvolvimento que lhes assegurem o pleno exercício da cidadania.** (BRASIL, 2016, p.27, grifos nossos).

O desenvolvimento da cidadania burguesa deverá ocorrer a partir de uma relação mais instrumental, pragmática da própria educação. Ela foi reduzida a condições e aspectos singulares, facilitando sua avaliação a partir de métodos censitários e de desempenho, proposta defendida pelo BM. Em nosso primeiro capítulo apresentamos um organograma para ilustrar quais os elementos que fundamentam tais direitos:

Figura 6: Organograma das principais categorias da BNCC



Fonte: Elaborado pela autora.

Os princípios elaborados na BNCC apresentam estreitos nexos com a política do novo milênio e suas recomendações para a educação dos países pobres, demonstrando o alinhamento teórico do documento com a fragmentação da educação e até sua substituição por direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Vejam os princípios balizadores desta categoria:

Figura 7: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios ético.

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito:

- ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer;
- à apropriação de conhecimentos referentes à área socioambiental que afetam a vida e a dignidade humanas em âmbito local, regional e global, de modo que possam assumir posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmos, dos outros e do planeta.

Fonte: BRASIL, 2016, p.34

Respeitando uma das proposições do BM voltadas para o não desperdício de mão-de-obra, a pauta LGBT se apresenta apenas como um princípio esvaziado de conteúdo, pois o respeito e o acolhimento da diversidade de gênero e sexualidade não apresentam efetividade real visto que no ano de 2016, diversos municípios e estados vetaram a inclusão dessa proposta em seus Planos para a Educação. A necessidade de inclusão das ditas minorias no mercado, ou seja, em postos de empregos que os possibilitem simplesmente gerar renda sem grandes estabilidades e direitos trabalhistas, aparece como uma condicionalidade elaborada pelo BM visando a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, balizada pela Teoria do Capital Social. No entanto, o conservadorismo político brasileiro não permite nem mesmo a exploração visando o lucro desta parcela da população.

O segundo elemento do princípio ético da BNCC se refere a aplicação de conhecimentos referentes a área socioambiental, que ao nosso ver, também coadunam com o direcionamento do BM ao não desperdício de recursos humanos, agora em seu aspecto

ambiental. Tal alinhamento é expressão da face humanizada do capitalismo conhecida como desenvolvimento sustentável. (MOTTA, 2012).

Figura 8: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios políticos.

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito:	
■	às oportunidades de se constituírem como indivíduos bem informados, capazes de exercitar o diálogo, analisar posições divergentes, respeitar decisões comuns para a solução de conflitos, fazer valer suas reivindicações, a fim de se inserirem plenamente nos processos decisórios que ocorrem nas diferentes esferas da vida pública.
■	à apropriação de conhecimentos historicamente constituídos que lhes permitam realizar leitura crítica do mundo natural e social, por meio da investigação, reflexão, interpretação, elaboração de hipóteses e argumentação, com base em evidências, colaborando para a construção de uma sociedade solidária, na qual a liberdade, a autonomia e a responsabilidade sejam exercidas.
■	à apropriação de conhecimentos e experiências que possibilitem o entendimento da centralidade do trabalho, no âmbito das relações sociais e econômicas, permitindo fazer escolhas autônomas, alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social.

Fonte: IDEM, p.34

Defendemos ser o princípio político o que mais apresenta nexos com as recomendações do BM, conformando como Motta (2012) assevera, uma educação para o conformismo. Destacamos o direito dos indivíduos em “respeitar decisões comuns para a solução de conflitos” e a “construção de uma sociedade solidária” como expressões singulares da BNCC às imposições do Estado educador, evitando que os antagonismos inerentes a sociedade capitalista se acirrem, perturbando a coesão social pretendida. São conceitos defendidos para a educação das populações pobres e que na realidade também se apresentam contraditórios, pois ao resgatarmos os episódios em que os próprios estudantes secundaristas se organizaram para dialogar com os governos estaduais de SP, RJ, CE, BA, GO, etc para defender suas posições divergentes em relação ao fechamento de suas escolas, a oportunidade

de exercitar o diálogo foi substituída por repressão policial e manipulação da opinião pública via as grandes mídias. A inserção nos processos decisórios da vida pública é apenas permitida quando se mostra satisfatória aos interesses do Estado e da sociedade civil, sendo assim, não diz respeito a processos decisórios, mas sim a processos de consultas de opinião visando o consenso.

Outro elemento que encontramos correspondência com a política macroeconômica é a delimitação dos instrumentos necessários para “realizar uma leitura crítica do mundo natural e social” baseada em evidências. Retornamos a quantificação da opinião criticada por Santos (2006) e que se torna cada vez mais necessária para o desenvolvimento de uma educação fragmentada e pragmática. É a partir do controle dos pares dialéticos Objetivos/Avaliação que esse princípio se tornará efetivo, possibilitando averiguar de forma quantitativa o desempenho dos estudantes. (FREITAS, 1987). No entanto, não é somente o desempenho dos estudantes que deverá ser evidenciado, mas também o desempenho das professoras e diretores das escolas, coadunando com as políticas de desempenho, consideradas pelo BM como instrumentos inovadores para a melhoria da qualidade da educação.

Por fim, a centralidade do trabalho nesse princípio expressa a preocupação do governo e da burguesia na obtenção de um lucro maior a partir da inclusão da parcela mais pobre ao mercado a partir do empreendedorismo, em outras palavras, empregos sem estabilidades ou seguridade social vide as desumanas contrarreformas da Previdência e Trabalhista. A centralidade defendida no documento não se propõe a questionar os efeitos da divisão internacional do trabalho que privilegia algumas poucas pessoas para ocuparem os melhores postos de trabalho em detrimento da maioria da população. A possibilidade de escolha da carreira está atrelada ao projeto de vida do estudante, responsabilizando-o por seus possíveis ganhos e perdas como resultado natural da sociedade vigente, característica essencial da Teoria do Capital Social.

Figura 9: Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios estéticos.

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito:	
■	à participação em práticas e fruições de bens culturais diversificados, valorizando-os e reconhecendo-se como parte da cultura universal e local;
■	ao desenvolvimento do potencial criativo para formular perguntas, resolver problemas, partilhar ideias e sentimentos, bem como expressar-se em contextos diversos daqueles de sua vivência imediata, a partir de múltiplas linguagens: científicas, tecnológicas, corporais, verbais, gestuais, gráficas e artísticas.

Fonte: IDEM, p. 35.

Destacamos nesse princípio a relação entre a criação do potencial criativo necessário para saber se expressar com as linguagens consideradas essenciais para esse desenvolvimento. Nos atentamos às linguagens científicas e tecnológicas, pois defendemos ser essas linguagens as que o BM, os governos e a sociedade civil consideram mais efetivas já que possibilitam a produção de evidências e quantificações. No entanto, não negamos a validade desses conhecimentos, mas sim como serão aplicados. Assim como possibilitam a expansão de um dos ramos produtivos que mais se desenvolve atualmente, a indústria de aparelhos tecnológicos como tablets, computadores, funcionando quase como substituição às professoras, alinhadas com a indústria dos materiais didáticos.

Em suma, é possível aferir a relação dos princípios balizadores do direito a aprendizagem e desenvolvimento com as recomendações do BM voltadas para os países pobres, principalmente nos aspectos de responsabilização do indivíduo com sua formação e do coletivo em que vive. Responsabilização defendida pela renovação da teoria do capital humano, agora em seu aspecto social. Na quantificação dos dados referentes ao desempenho de estudantes e professores e no incentivo a indústria dos materiais didáticos tecnológicos, ramos privados em desenvolvimento na educação. No não desperdício da mão-de-obra a partir da inclusão das ditas minorias no mercado de trabalho e na defesa de programas de sustentabilidade ambiental. Elementos que fundamentam uma educação voltada para o exercício de uma cidadania burguesa, que não questione a fundo os pilares em que a

sociedade está assentada, com uma participação social crítica apenas na forma, pois a construção de uma sociedade solidária necessita de soluções visando o não-conflito e para tal a participação deve se restringir a apenas a consultas de opinião.

Portanto, se os princípios balizadores do direito de aprendizagem e desenvolvimento apresentam íntimos nexos com a Política para o Novo Milênio desenvolvida pelo BM, com as teorias educacionais e pedagógicas de novas roupagens para o pragmatismo, conseqüentemente, os objetivos de cada componente curricular refletirão uma educação visando o conformismo e a manutenção da pobreza e das desigualdades sociais, prejudicando a parcela de cor do Brasil, a que mais necessita da escola pública, gratuita e de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – A LUTA PELA EDUCAÇÃO TEM PRESSA POR POSIÇÕES EM SUA REAL DEFESA

A intenção inicial de nosso trabalho era continuar o movimento do pensamento que se iniciou de seu aspecto mais geral, alcançando os elementos mais particulares do objeto. Pretendíamos avançar na discussão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e sua influência nos objetivos específicos dos componentes curriculares, em nosso caso, a Educação Física. Compreendemos a importância de continuar os estudos, pois demonstraríamos os efeitos concretos da política neoliberal do BM no trabalho pedagógico dos professores. Outros percursos também foram abertos e são tão inadiáveis de trilha-los como o debate sobre os conteúdos da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Delimitamos tais caminhos como os efeitos das políticas de desempenho na vida das professoras e estudantes; o controle do par dialético Objetivos/Avaliação encerrado na BNCC; o controle da política de materiais didáticos e tecnologia e a formação de professores na perspectiva empresarial. O aprofundamento nesses temas é inadiável visto os ataques concretos que a educação vem sofrendo, destarte, é essa concretude que influenciará na disputa da hegemonia de direção intelectual e moral.

Não devemos nos esquecer onde nos localizamos na história. Estamos realizando uma pesquisa no estado mais pobre da federação. A Bahia e sua capital é majoritariamente negra, sendo assim suas escolas públicas também são negras. Somos a cor da classe trabalhadora que está vivendo os duros e sanguinolentos processos de virar números estatísticos de quem sofre os “ajustes estruturais”. A Bahia, assim como Pernambuco, é um estado “parceiro” do BM, conseqüentemente, sofreremos com as “inovadas” políticas de desempenho. As precárias escolas sofrerão mais cortes de verbas, os irrisórios salários serão ajustados dependendo do desempenho em avaliações censitárias. Para tanto é improtelável nos armarmos também criticamente.

Uma de nossas armas é nos posicionarmos contra a BNCC em seu aspecto amplo. Nossos argumentos de defesa dessa posição foram construídos a partir da resolução de nossa pergunta científica. Partimos da indagação de quais os interesses que subsidiam a construção de documentos normativos da Educação e podemos concluir que a BNCC não irá proporcionar a construção de um currículo comum e nem um SNE voltado para a formação de indivíduos críticos e donos de seus destinos, primeiro, pelo protagonismo dos aparelhos mistos de hegemonia na educação. Apesar de vivermos uma democracia, onde todas as

instituições tem a liberdade de defender seus interesses, não podemos consolidar o monopólio promovido pela defesa irrestrita dos interesses corporativos e burgueses.

A presença desses interesses está disseminada na maioria dos cargos de alto poder na elaboração dos documentos educacionais sem admitir a presença de estudantes, suas possíveis representações, estudiosos contra hegemônicos. Não existe participação concreta de outras pessoas e entidades representantes da além convencionalizações da sociedade civil e da sociedade política, predominantemente conservadoras. Forjou-se a narrativa de que a BNCC foi democrática, embasada em quantificações. Entretanto, essa defesa ignora a historicidade dos fatos expressos na corriqueira mania de termos problemas de cunho “democráticos” na construção dos mais diversos documentos normativos.

Ao retornamos a história da elaboração desses documentos podemos afirmar existir uma repetição histórica desde pelo menos a década de 1980 de críticas questionando a validade de documentos oficiais como as DCNs, PCN, PNE e de dos argumentos de defesa governamental. O argumento atual está estruturado no instrumento da consulta virtual como expressão de participação democrática mais parecido com tragédia do que como farsa. Para os aguerridos jovens que ocuparam suas escolas e receberam gás de pimenta, desmoralização e até prisão por procurarem canais de diálogo e de exercício de sua cidadania esse argumento soa como piada. Todavia, quem ri são as parcerias de mãos dadas frouxamente realizada pelas empresas milionárias sob a máscara da sociedade civil e o governo. O casamento interessado toma forma no troca-troca de cargos dessas associações civis e cargos no MEC, CNE e SEB assim como em outras instâncias decisórias.

Quando nossos inimigos tomam formas, deixam de ser fantasmagóricos, é necessário atacarmos, por isso a luta da juventude e secundarista expressas nas consignas de Fora Temer, Fora Mendonça Filho poderiam ser ampliadas para Fora Rossieli Soares. Fortalecendo um instrumento que vem abalando a hegemonia de controle intelectual e moral, os privilégios dos 1% mais poderosos e a estrutura racista, elitista, misógina e lgbtfóbica em que a burguesia tanto se assegura.

Vivemos o nascer do novo se confortando com o ainda senil. Refletindo na política nacional de questionamento do instrumento do PT enquanto filho desta jovem gestação de indignação. A falência do PT demonstra mais um elemento que conforma a tese da derrocada da social-democracia. Foi a “renovada” concepção de Estado como local em que seus cargos poderiam funcionar como mecanismos democráticos possíveis de regular o capital, tornando-o mais humano que abriram os punhos para as parcerias público privadas, associações civis tomarem de assalto a educação pública de seus principais sujeitos.

Esse equívoco teórico, releitura ou para quem a pele dilacera ainda pelo açoite clama de traição dos partidos trabalhistas do mundo foi a porta de entrada das políticas desenvolvidas pelas agências dos países mais ricos na exploração dos sugados, destruídos e descolonizados países dito em desenvolvimento. O BM é um caixeiro viajante que bate de porta em porta, auxiliado militarmente, que em troca da disponibilização de supostos “melhores cientistas” em acabar com a pobreza e a desigualdade social e um pouco de dinheiro, recebe uma casa segura para lucrar e descansar sob a sombra refletida do capitalismo humanizado e sua ainda exploração da humanidade pelo homem. A agência é um poderoso instrumento de controle global, utilizam o Brasil como laboratório de aplicação das inovadoras políticas educacionais de desempenho visando o destino em outros países da América Latina. As implicações dessa política de desempenho no sistema de avaliação dos estudantes e das professoras é gestado na BNCC, assim como as consequências da política de materiais didáticos.

O presente trabalho objetivou responder uma pergunta científica enquanto abriu mais inúmeras questões, demonstrando a coletividade do fazer ciência. Conseguimos identificar pontos falhos na BNCC e em seus diversos aspectos gerais dirigindo a formação de uma Educação voltada para o conformismo, cabe-nos ampliar nossas problemáticas não somente no plano teórico, mas principalmente no plano real para frearmos mais uma vez nossos algozes, agora presente em nossos currículos.

É necessário enfrentar a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, aproveitando os elementos da fragmentação e protelação da equação educacional brasileira e pressionarmos o regime e os altos cargos empresariais e governamentais para recuarem.

Os secundaristas nos mostraram o caminho, se os poderosos recuaram uma vez, poderão recuar ainda mais. Usemos da ciência jovem para nos motivar a seguir em frente.

6. REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação Básica. **Orientações curriculares e subsídios didáticos para a organização do trabalho pedagógico no ensino fundamental de nove anos**. Salvador: Secretaria da Educação, 2013.

BANCO MUNDIAL. *Brazil - Country Partnership Strategy (CPS) for the period FY2012-2015*. Washington, DC: World Bank. 2011. Disponível em: <<http://documents.BANCO MUNDIAL.org/curated/en/801861468016829855/Brazil-Country-Partnership-Strategy-CPS-for-the-period-FY2012-2015>> Acesso em 20 de jan. de 2017.

_____. **Realizing Brazil's Potential and Fulfilling its Promises**. Systematic Country Diagnostic. 2013. Disponível em: <<https://openknowledge.BANCO MUNDIAL.org/bitstream/handle/10986/23954/Brazil000Reali0c0country0diagnostic.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 28 de abr. de 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª Edição Revista. 2016.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª Edição. 2017.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. SP: Ed. Alfa-Omega, 1982.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. SP: Ed. Cortez, 1992.

DORE, R. Afinal o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci? **Cad. Cedes**: Campinas, v.34, p297-316, Set/Dez. 2014.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. 4ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da chamada sociedade do conhecimento. In **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov. No 18, 2001a. Disponível em <<http://nt5.net.br/aulas/As%20pedagogias%20do%20Aprender%20a%20aprender.pdf>> Acesso em 5 de jul. de 2016.

_____. **Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ENGUITA, M.F. **Trabalho, escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação.** Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1993.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 4a ed. São Paulo: ED.Global. 1990.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **I. Teoria social pós-moderna: introdução crítica.** Porto Alegre: Sulinas, 2007.

FREITAS, C. C. R. **Trabalho Docente e Expropriação do Conhecimento do Professor: Movimento Todos Pela Educação e legislação educacional 2007-2014.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS,L.C. **Base Nacional Comum: personagens.** Disponível em: <<http://avaliacaoeducacional.com/2014/07/06/base-nacional-comum-personagens/>> Acesso em 10 de abr. de 2016.

_____. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 11ª Ed. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. Projeto histórico, ciência pedagógica e “didática”. **Educação e sociedade**, v. 27, p. 122-140, 1987.

GADOTTI, M. Trabalho e Educação numa perspectiva emancipatória. **II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.** Florianópolis, Mai/Jun, 2012.

GENRO, Luciana; ROBAINA, Roberto. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista.** Porto Alegre: L&PM ,2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (p.55-75).

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LENIN, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo.** Editorial Avante!: Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>> Acesso em 18 de mar. 2016.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In: _____. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa:Horizonte, 1978. p: 261-284.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014

MARTINS, L.M **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. 2008.

MELO, A. A. S. O projeto neoliberal de sociedade e de educação: um aprofundamento do liberalismo. In: **Liberalismo e educação em debate**. LOMBARDI, J.C; SANFELICE, J.L (org). Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: **Marx e o Marxismo** v.2, n.2, jan/jul 2014.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORENO, N; PETIT, M. **Conceitos políticos básicos**. São Paulo, 2010. Disponível em: http://issuu.com/bernardocorrea/docs/moreno-e-petit-conceitos_politicos_/1?e=7822951/13537705 Acesso em 15 de jul. de 2016.

MOTTA, V.C. **Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2012.

MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA (MÊS). **Resolução do Secretariado Nacional do MÊS/PSOL**. Disponível em: <http://esquerdasocialista.com.br/resolucao-do-secretariado-nacional-do-mespsol/> Acesso em: 8 de dezembro de 2016.

NEIRA, M.G; NUNES, M.L.F. Contribuições dos Estudos Culturais para o Currículo da Educação Física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 33, n. 3, 2011. pg 671-685.

ROBAIANA, R. Avançar na disputa pelos rumos do novo ciclo político no Brasil. In: **Marxismo: crítica, teoria e ação** / Movimento Esquerda Socialista. Ano 1, v.1 , n.1. (abr./jun. 2016). Porto Alegre: Movimento, 2016. p. 23-39.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAVIANI, D. **Educação: do Sendo Comum à Consciência Filosófica**. 11ª Ed. Campinas : Ed. Autores Associados, 1996. p. 243.

_____. Ética, educação e cidadania. **Revista Nº. 15**. Disponível em: < portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/saviani.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2017..

_____. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.34. Jan/Abr. 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Q. C. ; ZANELLA, J. L. O Estado educador e as avaliações externas de larga escala da educação básica no Brasil – o IDEB. In: **XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização, 2013, Cascavel-PR**. Anais da XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização. Cascavel: Unioeste, 2013. v. 1.

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.J; HADDAH,S (org). **O Banco mundial e as políticas educacionais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRAL, K; SOUSA, N; JIMENEZ, S. O Movimento de educação para todos e a crítica marxista: notas sobre o marco de ação de dacar. In: **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1. Jan. 2009.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAFFAREL, C.N.Z. **Teoria do Conhecimento: O que São Categorias?** Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=400> Acesso em 13 de ago. de 2016.

TROTSKI. L. **O programa de transição**. 1938. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/>> Acesso em 17 de jul. 2016.

7. ANEXOS

Banco de dados com notícias sobre a BNCC:

Data	Jornal	Título	Link	Impressões	Autora
Jan. 2016	Blog pessoal – Uma crítica da BNCC – História	Apanhado de textos e vídeos	https://criticabncchistoria.wordpress.com/	Blog com alguns vídeos e textos sobre a impressão de um prof. de História da retirada de conteúdos importantes do componente.	Denis Correa
2015	Site próprio da Universidade	Discussões sobre a BNCC para a Ed. Básica na UNIFESP	http://www.unifesp.br/reitoria/prograd/servicos-menu/servicos-da-graduacao/noticias-sub-	Compilado de vídeos e textos oficiais sobre a BNCC, tem vídeos em seminários iniciais de 2014 e 2015 sobre a BNCC. Parece bem institucional.	

			servicos/309-convite-para-as-discussoes-sobre-a-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-a-educacao-basica-na-unifesp		
2016		Conselho Nacional de Secretários de Educação	http://www.consed.org.br/	Blog com artigos sobre BNCC Esse conselho está auxiliando o governo na elaboração da BNCC.	
	Abrelivros – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares	Contribuições da Abrelivros – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares à proposta preliminar de discussão da Base Nacional Comum Curricular.	http://www.abrelivros.org.br/home/imagens/Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_Abrelivros_%C3%A0_BNCC.pdf	Apresenta pedidos de maiores esclarecimentos em relação aos objetivos de aprendizagem de cada etapa. Apontam que os direitos que não são traduzidos em desempenhos devem ser retirados. “5. Objetivos que não direcionem a indicadores de avaliação específicos devem ser eliminados ou reescritos. Sugerimos, da prescrição ao uso, a opção pelo caminho mais direto e objetivo possível.	
2015	Revista Retratos da escola	O conceito de diversidade na BNCC - Relações de poder e interesses ocultos	http://www.esforce.org.br/index.php/se-mestral/article/view/582	O ensaio tem como foco a concepção de currículo nacional comum da educação brasileira, com o objetivo contribuir para a reflexão acerca do conceito de diversidade. Um novo documento oficial sobre currículo (BNCC) não é necessário, pois o Brasil já possui inúmeros documentos oficiais com a função de orientar as escolas das redes de ensino	<i>Windyz Brazão Ferreira</i>
2015	Associação de Educação Financeira do Brasil	Educação Financeira vai compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	http://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacao-financeira-compor-base-nacional-comum-curricular-	Essa entidade constrói a educação financeira em educação, coaduna com a construção da BNCC.	

			bnc/		
Dez. 2015	CBCE	Sobre a dança na base nacional comum curricular (bnc) da educação física escolar	http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/GTTS_DANCA_TEMA_EF_BASES_CURRICULARES_13_12_2015%20A.pdf	Artigo composto por 5 GTT do CBCE em que analisam como a Dança poderá ser abordada na BNCC. Alguns desses GTT criticam a fundamentação teórica assumida na Base (GTT Formação profissional e mundo do trabalho). Em geral discutem como modificar a BNCC por dentro sem qualquer crítica as empresas que estão organizando a BNCC e a vinculação a avaliação censitária e salários de professores.	
Out-Dez 2014	Artigo no e-curriculum	Base nacional comum curricular: novas formas de sociabilidade e produzindo sentidos para educação.	http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21666/15916	Tece críticas importantes à BNCC, como a tentativa de reformar a educação a partir de parâmetros empresariais que relacionam a avaliação a desempenho, segundo modelos privados de gestão.	Elizabeth Macedo.
Out. 2015	Documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Ed.	Considerações da CNTE sobre o projeto de base nacional comum curricular, elaborado preliminarmente pelo MEC.	http://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC_analise_CNTE.pdf	Posicionamento do CNTE	
Out. 2015	Site de Responsabilidade Social	Pesquisa revela os consensos e dissensos sobre a Base Nacional Comum Curricular no país	http://www.responsabilidadesocial.com/noticias/pesquisa-revela-os-consensos-e-dissensos-sobre-a-base-nacional-comum-curricular-no-pais/	O site apresenta uma pesquisa realizada pelo Cenpec e Fundação Lemann (a mesma fundação que participa da elaboração da BNCC e seu dono é o 34º homem mais rico do mundo segundo a Forbes). Entrevistaram 102 pessoas no Brasil todo. E encontraram que todos os professores da rede básica são favoráveis a BNCC, que os que são contra estão nas universidades e são militantes da sociedade civil, os sindicalistas. Pesquisa: http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/biblioteca/Consenso_e_Dissenso_Relatorio_Pesquisa_Cenpec_Final.pdf	
Nov. 2015	GEPPC – grupo de	Carta Aberta contra a	http://www.geppc.org	Não apresenta argumentos apenas aponta que coadunam com o	

	estudos e pesquisas em políticas curriculares	BNCC	rg.br/?q=noticia/cart-a-aberta-contra-a-bncc	documento “Exposição de motivos contra a BNCC” elaborado pelo GT 12: currículo da ANPED e ABdC.	
Dez. 2015	Artigo GT dos teóricos da Física	Considerações sobre a base nacional comum curricular e a física na bncc.	http://www.sbfisica.org.br/v1/arquivos/diversos/noticias/dezembro2015/Documento_GT-BNCC_06dez2015.pdf	De forma geral defende a implementação da BNCC de forma gradual e com algumas ressalvas para a física, sugere algumas modificações. Inicia-se com uma consideração geral que talvez nos ajude.	
Dez. 2015	Laboratório de Educação	Parecer do Laboratório de Educação – SP E RJ, e tem pessoas que compõem o Movimento pela Base. Apresenta esses sites ao final da página: www.todacriancapodeaprender.org.br www.aprenderlinguagem.org.br	http://labeleduimages.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2015/12/11182208/2015-12-Laboratorio-de-Educacao-%E2%80%93-93-Parecer-sobre-a-BNCC.pdf	Concepção de Educação para resolução dos problemas de desigualdade social, nos parece estar em consonância com os documentos do BM. A Categoria Educação e sua função é balizadora das entidades que concordam ou discordam da BNCC. Concordam com a teoria educacional e pedagógica utilizada para caracterizar a área de linguagens.	
Dez. 2015	Revista Educação	Como ficam as ciências humanas com a nova base nacional curricular	http://revistaeducacao.com.br/textos/224/o-campo-da-discordia-366345-1.asp	Levanta a polêmica de alguns conteúdos serem abordados e outros não, como na História, argumentam como se fosse uma disputa natural e saudável.	
Jan. 2016	Gazeta do povo	Quem deve aprovar a BNCC?	http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/quem-deve-aprovar-a-bncc-	Critica a discussão de gênero na escola, e aponta que o Congresso Nacional deva assumir a construção da BNCC.	Miguel Nagib presidente da Associação Escola Sem Partido

			462lhgu7e v4ytnvq6r 2vc0lio		
Jan. 2016	ADUFMA T	O debate que não haverá	http://www.adufmat.org.br/2015/index.php/comunicacao/espaco-aberto/item/671-o-debate-que-nao-havera	O prof. retoma a polêmica da falta de consulta e debates para a construção da BNCC. O documento está sendo elaborado por teóricos das universidades, em sua grande maioria por pós-modernos/neoliberais/construtivistas, utilizando o argumento de que as outras camadas da população podem contribuir eletronicamente. Porém, os especialistas irão acatar apenas as sugestões que apontem na mesma direção de suas perspectivas pedagógicas. Aponta que a BNCC não deve existir.	Roberto Boaventura da Silva Sá Dr. Jornalismo/ USP; Prof. Literatura/ UFMT
Jan. 2016	ComKids	ABTU envia carta de contribuição para a BNCC	http://comkids.com.br/abtu-envia-carta-de-contribuicao-para-a-base-nacional-com-curricular/	Apresenta a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) que enviou ao MEC uma proposta de adesão da Mídia-Educação na BNCC, proposta em parceria com The International Clearinghouse on Children, Youth & Media , centro de referência e informação sobre pesquisas e iniciativas sobre crianças, jovens e mídia, localizado na Universidade de Gotemburgo, na Suécia.	
Fev. 2016	Associação Nacional de História Seção RJ	Compilados de textos.	http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia	Coletânea de textos que criticam a BNCC e o componente História.	
Mar. 2016	Estadão opinião	Revolução no ensino médio e a BNCC	http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,revolucao-no-ensino-medio-e-a-bncc,10000021462	Os autores defendem e criticam a posição do Consed em flexibilizar os conteúdos do Ens. Médio, em retirar disciplinas importantes de sua obrigatoriedade, mas critica que as áreas opcionais sejam linguagens, matemática, ciências naturais e humanas. Para eles apenas as ciências naturais e sociais deveriam ser optativas. Cita um inglês Kenneth Baker como um exemplo a ser seguido para escolher as disciplinas optativas e obrigatórias. Gostariam da maior participação do Sistema S e do setor produtivo. Ignoram, portanto, a presença dos bancos e institutos privados tão orientadores da BNCC.	Simon Schwartzm an e João Bastista Araújo e Oliveira
Mar. 2016	Apresentaç ão	BNCC	https://prezi.com/efvzne34jkku/bncc-base-nacional-	Elenca de forma sintética pontos essenciais para análise da BNCC, como as entidades privadas que estão organizando o documento, o histórico da América Latina e Mercosul e suas	Thais Rodrigues

			comum/	políticas para a educação. Apresenta um artigo científico de Macedo. E.	
Mar. 2016	Educação & Participação	Para especialistas, há muito que melhorar na Base Nacional Comum Curricular	https://educacaoemparticipacao.org.br/acontece/para-especialistas-ha-muito-que-melhorar-na-base-nacional-comum-curricular/	Traz a ponderação de Antonio Augusto Gomes Batista sobre a área de linguagens, pois ela precisa de uma revisão. Chama a atenção para as críticas nos conteúdos, e sua organização e explicitação, porém não critica a falta de democracia na elaboração do documento, nem o financiamento privado, nem a controle da avaliação. Criticam a BNCC apenas em uma melhoria de sua formula mas não de sua essência.	<i>Thamara Bogolenta e Elisângela Fernandes</i>
Mar. 2016	Carta Capital	A Base Nacional Comum Curricular e a educação brasileira	http://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-brasileira	Nesse artigo sintético aparece as críticas da prof. Macedo, apontando elementos cruciais que a BNCC quer modificar. Está fundamentada nas Charters Schools dos EUA, incentivando a gestão por OS, contendo o Núcleo Comum (tb experiência dos EUA), elementos essenciais da reforma empresarial da educação.	<i>Alexandre Freitas</i>
Mai 2016	Brasil247	Segunda versão da base curricular incorpora sugestões de consulta pública	https://www.brasil247.com/pt/247/ultimas-noticias/229875/Segunda-vers%C3%A3o-da-base-curricular-incorpora-sugest%C3%B5es-de-consulta-p%C3%BAblica-base-nacional-comum-curricular-BNCCConselho-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-NEMECMercadanteEduca%C	Relata a entrega da segunda versão do documento pelo MEC ao CNE. Aluizio Mercadante ainda era ministro. Dilma ainda não estava afastada.	

			3%A7%C3%A3o.htm		
Mai. 2016	Sinpro - DF	Comissão de Educação descarta professores e realiza seminário ilegítimo sobre BNCC	http://www.sinprodf.org.br/comissao-de-educacao-descarta-participacao-dos-professores-e-realiza-seminario-ilegitimo-sobre-bncc/	Apresenta a posição do Dep. Federal Rogério Marinho (PSDB-RN) que convocou a sessão sem a participação de outros setores da educação e acusou a BNCC de ser marxista-leninista pois os teóricos das universidades federais tem essa “ideologia”, defesa da escola sem partido, criticou que o Ensino médio tem muitas disciplinas, que 14 componentes é um exagero e deve-se retirar. Ele condensa o discurso mais fortes de ataques à educação.	Maria Carla
Mai. 2016	Centro de Referências em Educação Integral	Formação integral é foco da proposta formativa em nova versão da BNCC	http://educacaointegral.org.br/noticias/formacao-integral-e-foco-proposta-formativa-em-nova-versao-da-bncc/	Essa entidade pontua avanços na 2ª versão do documento. A definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento representam ‘um desses avanços, pois assegura uma formação ampla e integral.’. Elogiam a organização por etapas e não por áreas do conhecimento, pois assim o foco fica no estudante e as suas necessidades de formação, favorecendo o desenvolvimento integral em detrimento de uma fragmentação e descontextualizadas dos conteúdos.	
Mai. 2016	Brasil Marista em foco	UMBRASIL realiza “Diálogos Prospectivos” para debater a BNCC	http://www.umbrasil.org.br/umbrasil-realiza-dialogos-prospectivos-para-debater-a-bncc/	A partir da realização do “Diálogos Prospectivos” e da presença do MEC, CNE, foi defendido pelo MEC na figura da Profa. Zilma Ramos de Oliveira que a BNCC é uma exigência que pretende dar ao país um norte que faça com que a aprendizagem seja um direito de todos e todas”. Categorias como Aprendizagem x Financiamento.	
Mai. 2016	Juntos pela Educação – formado pelo Instituto Arcor Brasil e Instituto C&A	País debate nova versão da BNCC e o Sistema de Avaliação da Educação Básica	http://juntospelaeducacao.com.br/pais-debate-nova-versao-da-bncc-e-o-sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica/	Sua relevância está na apresentação desses dois Institutos e na apresentação pelo governo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) no dia 5 de maio, dois dias depois da BNCC, que Inclui a Avaliação Infantil (Anei). “O Sinaeb amplia os indicadores educacionais existentes e tem entre seus objetivos qualificar a gestão escolar, diminuir as desigualdades no ensino e investir na formação docente. Segundo o Ministério da Educação, no momento de anúncio do Sistema, o Sinaeb busca corrigir desigualdades na avaliação educacional. Com esse propósito o	

				<p>Sistema inclui a análise da universalização do atendimento escolar, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática, além de sugerir caminhos de superação das dificuldades educacionais.</p> <p>A Avaliação Nacional da Educação Infantil (Anei) foi lançada com a previsão de acontecer de dois em dois anos. O primeiro ciclo avaliativo começará em 2017 e vai contemplar diagnósticos sobre as condições de oferta da educação infantil pelos sistemas de ensino público e particular do País. A Anei é fruto de ampla discussão na comunidade da Educação Infantil.”</p>	
Jun. 2016	Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio	Escola sem Partido mira na Base	http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/rep-ortagem/escola-sem-partido-mira-na-base .	Aborda a reunião composta pela Escola Sem partido. Condensa todos os ataques que a Ed. vem sofrendo pela direita. A BNCC na visão deles é anticapitalista. E querem que o Congresso reacionário tome para si a elaboração dela. Criticam até a perspectiva cultural.	Maíra Mathias
Jun. 2016	ZENIT o mundo visto de roma	O Ministério da Educação dá passos para uma ditadura na educação brasileira: “O sistema único de educação	https://pt.zenit.org/articles/o-ministerio-da-educacao-da-passos-para-uma-ditadura-na-educacao-brasileira-o-sistema-unico-de-educacao/	<p>Entrevista com Padre Dr. José Eduardo de Oliveira</p> <p>O padre critica a adoção de um sistema único de educação, se baseia em Anísio Teixeira e cita a formulação por esse professor do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Crítica a BNCC em sua primeira versão por ser “querer superar o capitalismo” ou seja ser inspirada no marxismo e na sua segunda versão isso está mais diluído. Afirmar que essa ideologia não irá se restringir na BNCC, o marxismo é “o primeiro passo de uma verdadeira revolução educacional” como se a BNCC fosse realmente marxista.</p>	
Out. 2016	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte	Carta aberta do Fórum em defesa da Educação Física entregue ao Congresso Nacional Brasileiro	http://www.cbce.org.br/noticias-detalle.php?id=1173 http://www.cbce.org.br/noticias-	<p>Artigo critica a MP da Reforma do Ensino Médio quando foi retirada a EF.</p> <p>Após a aprovação da retomada da EF na Reforma do EM, as críticas se diluíram. Estão no bojo de “exigir” dos Secretário Estaduais da Ed. Para que todos os componente da BNCC seja trabalhados em todas as escolas. Portanto, estão contribuindo para a construção da BNCC.</p>	

			detalhe.php?id=1187		
Fev. 2017	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso	Manifesto contra a exclusão do ER da 3ª versão da BNCC	http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=1924	Artigo criticando a retirada do ER da BNCC. Partem da defesa do processo anti-democrático que vem se dando a construção do documento. Aprovam a condução da Codime e Undime sem profundos questionamentos. Critica o MED diretamente pela retirada do “componente”.	
Abr. 2017	UBES – União Brasileira dos estudantes secundaristas	Base curricular quase pronta: continuidade preocupa	http://ubes.org.br/2017/base-curricular-quase-pronta-continuidade-de-preocupa/	A entidade defende a BNCC. A UBES compactua com a BNCC, apresenta limitações apenas a retirada do gênero do documento, defende que a precisa delimitação dos objetivos não se caracteriza como obrigatoriedade e limitante ao trabalho pedagógico. Aponta que é um projeto de Estado, mas não discute qual projeto é esse e nem como incidir nos governos que os desenvolve.	
Abr. 2017	Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987.		http://www.cenpec.org.br/2017/04/07/cenpec-lamentacoes-na-3a-versao-da-base/	Defendem a BNCC. Embora o Cenpec continue a fazer globalmente uma avaliação positiva do documento, considera um retrocesso a retirada do trabalho pedagógico com questões de gênero e de orientação sexual	
Abr. 2017	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE	Moção de Repúdio à proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, apresentada pelo MEC, que retira as expressões “orientação sexual” e identidade	http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/mocoes/18239-mocao-de-repudio-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-	Criticam o MEC por excluir da BNCC os termos orientação sexual e identidade de gênero.	

		de gênero” de seu texto	apresentad a-pelo- mec-que- retira-as- expressoes - orientacao -sexual-e- identidade -de- genero-de- seu- texto.html		
--	--	----------------------------	--	--	--

Banco de dados com artigos científicos encontrados no sítio google acadêmico:

	Título	Link
1.	O público e o privado na educação. Projetos em disputa? Vera Maria Vidal Peroni* Maria Raquel Caetano**	http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46859020/O_publico_e_o_privado_na_educacao_Peroni_Caetano_Retratos_da_Escola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1470942522&Signature=9Sn9BfIKCa8GRUmBcqxbWWOiKA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_publico_e_o_privado_na_educacao_Projet.pdf
2	Base nacional comum curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação Elizabeth Macedo	http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666
3	Uma base à Base: quando o currículo precisa ser tudo Talita Vidal PEREIRA Hugo Heleno Camilo COSTA Érika Virgílio Rodrigues da CUNHA	<periodicoscientificos.ufmt.br>
4	Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil <i>Amurabi Oliveira</i>	https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p6
5	Editorial Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Danielle Nicolodelli Tenfen e o próximo, por Fernanda Ostermann e Erika Mozena	https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/viewFile/2175-7941.2016v33n1p1/31597
6	Base nacional comum curricular (BNCC): comentários críticos Cláudia Maria Mendes Gontijo	http://abalf.org.br/revistaelectronica/index.php/rabalf/article/view/68
7	Essa base nacional comum curricular: mais uma tragédia brasileira? Maria do Rosário Longo Mortatti	http://abalf.org.br/revistaelectronica/index.php/rabalf/article/view/69
8	Base nacional comum curricular (bncc)	http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tes

	CAMPOS BORGES	
9	Religiões afro-brasileiras: em um debate a partir da Base Nacional Comum Curricular Autor(es): Araújo, Maria José Monografia de base	https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2217
10	A geografia na base nacional comum curricular: inconsistências e impropriedades da proposta do MEC Maria do Céu de Lima, Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira, Antônia Carlos da Silva, Fernando Rocha dos Santos, Francisca Jardélia Lima Damasceno, Maria Edivani Silva Barbosa, Estefânia Maria Carneiro Portela, Valmir Pereira da Silva	http://uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/286
11	Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborado preliminarmente pelo MECL	Scheibe - Retratos da Escola, 2016 - esforce.org.br
12	Síntese consolidada Base nacional comum curricular. Contribuições da rede jesuíta de educação	http://anec.org.br/wp-content/uploads/2016/02/S%C3%8DNTSESE-CONSOLIDADA-BNCC.pdf
13	Avaliação da Base Nacional Comum Curricular para Educação em Ciências Fundamental I e II (1-9) e Ensino Médio (1-3) Fundação Lemann	https://lemanncenter.stanford.edu/sites/default/files/Pareceres%20BNCC%20v2_Centro%20Lemann_0.pdf
14	A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015 Ileizi Luciana Fiorelli Silva, Henrique Fernandes Alves Neto, Daniel Vitor Vicente	http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.10
15	História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI Jean Carlos Moreno	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158
16	Base nacional comum curricular: desafios e implicações para o ensino religioso	http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/27466

	Deyve Redyson, Mirinalda Santos	
17	<p>Currículo e projetos de formação: base nacional comum curricular e seus desejos de performance</p> <p>Jorge Luís Umbelino de Sousa</p>	http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/27463
18	<p>Base nacional comum curricular: que direitos de aprendizagem relativos à língua escrita defendemos para as crianças na educação infantil?</p> <p>Artur Gomes de Moraes</p>	http://abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/view/67
19	<p>Entre as possibilidades de transgressão dos muros escolares e as grades de uma base nacional comum curricular</p> <p>Simone Luz Ferreira Constante</p>	http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo9_SIMONE-LUZ-FERREIRA-CONSTANTE.pdf
20	<p>Formação docente frente às políticas no cenário de centralização curricular</p> <p>Rosanne Evangelista Dias</p> <p>Branca Jurema Ponce</p>	http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76643232002
21	<p>O ensino de língua portuguesa - e a Base Nacional Comum Curricular</p> <p>João Wanderley Geraldi</p>	http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/587
22	<p>Guarda isso porque não cai na provinha”: pensando processos de centralização curricular, sentidos de comum e formação docente.</p> <p>Alexandra Garcia, Helena Fontoura</p>	http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/25297
23	<p>Currículo, tradução e controle.</p> <p>Érika Virgílio Rodrigues da Cunha – PPGEdU/UFMT</p> <p>Hugo Heleno Camilo Costa – UERJ – FAPERJ</p>	http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-4152.pdf
24	<p>Currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas.</p> <p>Monica Ribeiro da Silva*</p>	http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/586/660
25	<p>A autonomia do educador: um olhar a partir dos documentos oficiais, em especial o referencial pedagógico para a educação infantil do município de</p>	http://www.revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/2135

	Palmas Jilvanny da Silva Cunha, Eduardo Cezari	
26	A entronização do ensino religioso na bncc Luiz Antônio Cunha	http://submission.scielo.br/index.php/es/article/view/158352
27	Relações de poder e interesses ocultos Windyz Brazão Ferreira*	WB Ferreira - Retratos da Escola, 2016 - esforce.org.br
28	Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente Maria Fátima Cóssio	http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/25957
29	Temos uma crise no currículo brasileiro? Sobre a BNCC, Geni e o Zepelim e cortinas de fumaça! Isaac Gabriel Gayer Fialho da Rosa	http://cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/669